

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

ALTINO SILVEIRA SILVA

**O “Massacre de Nanking” e a violência de gênero contra as
mulheres, China (1937-1938)**

VITÓRIA
2011

ALTINO SILVEIRA SILVA

**O “Massacre de Nanking” e a violência de gênero contra as
mulheres, China (1937-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Beatriz Nader

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586m Silva, Altino Silveira, 1978-
O “Massacre de Nanking” e a violência de gênero contra as
mulheres, China (1937-1938) / Altino Silveira Silva. – 2011.
174 f. : il.

Orientadora: Maria Beatriz Nader.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Guerra Mundial, 1939-1945 - China - Atrocidades. 2. Violência
contra as mulheres - China. 3. Patriarcado - China. 4. Patriarcado -
Japão. I. Nader, Maria Beatriz, 1956-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ALTINO SILVEIRA SILVA

**. O “Massacre de Nanking” e a violência de gênero contra as
mulheres, China (1937-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Luciane Munhoz de Omena
Universidade Federal de Goiás

Esta dissertação é dedicada à minha tia, Profa. Ms. Maria Célia Barros da Silveira. A pesquisa traz em seu bojo todo o carinho e admiração que tenho por ela, uma vez que foi a pessoa que cultivou o meu interesse pelo saber e me ensinou o ofício do magistério.

“Não concordo com uma palavra do que dizes, mas defenderei até o último instante seu direito de dizê-la”.

François-Marie Arouet (1694-1778)

AGRADECIMENTOS

Durante a pesquisa a solidão foi uma companheira da reflexão, todavia, não significa que esta não tivesse a contribuição de outras pessoas. Muito pelo contrário, eu preciso agradecer a diversas pessoas, pois mesmo sendo a reflexão uma ação individual, para o desenvolvimento desta dissertação tive o apoio direto ou indireto de forças, pessoas e instituições que acreditaram em mim e no meu trabalho.

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo suporte incondicional que, com sua presença constante, deu-me a paz e a saúde necessárias. Dedico ao Senhor toda a sua digna honra e glória!

Em segundo lugar, agradeço à colaboração criteriosa, perspicaz e segura da minha orientadora, Profa. Dra. Maria Beatriz Nader. Logo no primeiro contato ela traçou os eixos da orientação, confirmando um relacionamento pautado na sinceridade e apoio mútuo. Afirmando sem falsa modéstia que esta dissertação não chegaria ao seu fim sem a sua preciosa colaboração, pois ela me deu preciosas indicações intelectuais dos caminhos a seguir e me estimulou constantemente, permitindo, assim, concluir a pesquisa no prazo estipulado.

Sou grato às três mulheres de minha vida: minha amada esposa, Inês Yoriko Yamamoto, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência e tensão decorrente das horas ininterruptas de pesquisa e produção. Minha querida mãe, Maria Olanda Barros da Silveira Silva, que me tirava alguns risos com suas “molecadas” e forçosamente me fazia participar das reuniões familiares. E, minha estimada tia, Maria Célia Barros da Silveira, pelos ensinamentos e apoio na produção desta pesquisa, mulher que me influenciou a seguir os passos do magistério superior.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, na pessoa dos seus Coordenadores, principalmente à Profa. Dra. Adriana Pereira Campos, e de seus funcionários, especialmente à Secretária Ivana Ferreira Lorenzoni, pela acolhida

simpática e cordial, e pela demonstração de boa-vontade em resolver as questões que lhes propus no curso de minha permanência.

Agradeço aos excelentes comentários e críticas feitos, durante a qualificação, pelos Professores Doutores Gilvan Ventura da Silva e Sebastião Pimentel Franco, ambos pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES. Boa parte da correção nesta dissertação se deveu, também, à preciosa colaboração desses professores.

Aos meus colegas de Mestrado agradeço pela amizade que cultivamos neste período de superação dos limites. Desejo-lhes os mais felizes votos de prosperidade na trajetória intelectual e profissional.

Agradeço aos meus amigos André Kustler e Erica Hitomi Iwamoto, que me assistiram revisando minhas traduções das fontes nos idiomas inglês, alemão e japonês.

Sou grato ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisa ora apresentada.

Sou grato, também, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta dissertação que, para mim, representa a realização de um sonho.

RESUMO

A Segunda Guerra Mundial no cenário do Oceano Pacífico compreende dois conflitos armados distintos, mas entrelaçados, que se desenrolaram ao longo de oito anos. São eles: a Segunda Guerra Sino-japonesa (1937-1945) e a Guerra do Pacífico (1941-1945) que, podem ser considerados como um único conflito, ou como etapas inseparáveis de uma mesma trajetória. Dentre todas as localidades situadas no delta do Rio Yangtze, onde foram travados os principais embates entre as forças chinesas e japonesas durante os dois conflitos, na cidade de Nanking ocorreu um massacre de enormes proporções, que ficou conhecido como “Massacre de Nanking”, e que ocorreu durante as oito semanas que se seguiram à capitulação da cidade, em 13 de dezembro de 1937. Esse evento sintetiza as arbitrariedades cometidas pelos militares japoneses durante todo o período da guerra. Estima-se que mais de 200.000 pessoas foram assassinadas e 20.000 mulheres foram estupradas. Na tentativa de contribuir para uma melhor compreensão sobre o assunto, a presente pesquisa focaliza suas atenções sobre a violência de gênero, em especial a de cunho sexual, sofridas pelas mulheres chinesas, perpetrado pelos soldados japoneses nos primeiros 67 dias da ocupação. Seu principal objetivo é verificar até que ponto essa violência decorreu das assimetrias de poder entre os gêneros, pautando-se em valores morais, preconceitos patriarcais relacionados à mulher e práticas sociais que estabeleciam uma relação desigual entre homens e mulheres, colocando essas últimas em situação de debilidade e submissão diante dos homens. A pesquisa ainda focaliza até que ponto o aspecto ideológico do ‘massacre feminino’ em Nanking foi intensificado pela situação de fragilidade social e desamparo, decorrentes da falência dos aparelhos de controle e repressão. Para a realização da pesquisa optou-se por trabalhar os aspectos da história e da cultura do Japão e da China que possuíssem correlação com as relações de gênero. Com o propósito de se obter informações sobre os casos de violência perpetrados durante o massacre, foi desenvolvido um estudo quantitativo e qualitativo a partir dos relatos contidos nos diários e correspondências escritos por estrangeiros residentes na cidade. O exame das anotações transformou os relatos em dados, e a partir da apuração destes foi possível desvendar as especificidades da violência, produzindo estatísticas e desenvolvendo descrições dos casos e sua distribuição no tempo e no espaço.

ABSTRACT

The Second World War in the campaign of the Pacific Ocean comprehends two different, but interweaved, armed conflicts which lasted over a span of eight years. They are the Second Sino-Japanese War (1937-1945) and Pacific War (1941-1945), which can be considered only one conflict, or as phases of the same path. Of all the locations sitting atop the Yangtze River delta, where the main battles among the Chinese and Japanese were fought during the conflict, in the city of Nanking was place of a massacre of enormous proportions. This episode came to be known as the “Nanking Massacre”, and during the eight weeks that followed the day December 13, 1937. This event summarizes the violence committed by the Japanese military during the whole war. The estimates are that over 200,000 people were murdered and 20,000 women were raped. In an attempt to contribute towards a better understanding of the subject, the present research aims to offer an approach that focused its attention on gender-based violence, especially that of a sexual nature, suffered by Chinese women, carried out by Japanese soldiers in the firsts 67 days of occupation. We intend to interpret the sexual abuse that victimized as an action greatly due to the asymmetries of power between the male and female gender. These asymmetries were based on values, prejudices and social practices which established an unequal relationship between men and women, putting the latter in a situation of debility and submission in face of the men. The ideological aspect was intensified by the situation of social frailty and dereliction due to the bankruptcy of the control and repression apparatus. In order to do so, we will work historical and cultural aspects from Japan and China, which possessed a correlation with gender issues. We intent to provide information about the cases of violence perpetrated during the “Nanking Massacre”, a quantitative study was developed from the recountings found in diaries and pieces of correspondence belonging to the foreigners who resided in the city. The perusal of the notes has turned the stories into data, and out of their inspection it was possible do decipher the specificities of the violence committed, producing statistics and developing case descriptions and their distribution in time and space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – FONTES, MÉTODO E BALIZAMENTOS	25
1.1 Análise das fontes	25
1.2 Delimitação dos balizamentos geográfico e temporal	32
1.3 Biografia dos escritores-testemunhas	34
1.3.1 Wihelmina Vautrin	35
1.3.2 John Rabe	36
1.3.3 Miner Searle Bates	38
1.3.4 George Ashmore Fitch	40
1.3.5 John Gillespie Magee	41
1.3.6 James Henry McCallum	41
1.3.7 Robert Ory Wilson	43
1.3.8 Clifford Sharp Trimmer	44
1.3.9 Ernest Herman Foster	45
CAPÍTULO II – PATRIARCALISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	47
2.1 Guerra, patriarcalismo e estupro na contemporaneidade	47
2.2 Relações de gênero, cultura e dominação masculina	58
2.3 Relações de gênero e violência	67
CAPÍTULO III – RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO JAPÃO	73
3.1 A dialética das relações de gênero	73
3.1.1 O modelo familiar tradicional e os papéis/representações de gênero	75
3.1.2 O controle masculino sobre a reprodução	85
3.1.3 O trabalho produtivo	89
3.2 O patriarcalismo e a exploração comercial do sexo	96
3.2.1 Os tipos femininos estigmatizados no sistema patriarcal	97
3.2.2 Patriarcalismo e sexualidade no contexto cultural	101
CAPÍTULO IV – STATUS E SEXUALIDADE FEMININA NA CHINA	105
4.1 Status social da mulher no período imperial e republicano	105
4.2 Sexualidade feminina e estupro	110
4.2.1 Patriarcalismo e sexualidade no contexto cultural	110
4.2.2 O estupro	111
CAPÍTULO V – A VIOLÊNCIA SEXUAL NO “MASSACRE DE NANKING”	115
5.1 Estupros coletivos e em massa	115
5.1.1 Faixa etária das vítimas e gravidade das agressões	119
5.1.2 Distribuição temporal das ocorrências	124
5.1.3 Distribuição espacial das ocorrências	134
5.1.4 Fiscalização e censura	136
5.2 Tipos especiais de exploração sexual	141
5.2.1 Prostitutas	142
5.2.2 Amantes	144
5.2.3 Escravas sexuais	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
BIBLIOGRAFIA	163

INTRODUÇÃO

A guerra travada no Oceano Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial compreende dois conflitos armados distintos, mas entrelaçados, que se desenrolaram ao longo de oito anos. São eles: a Segunda Guerra Sino-japonesa (1937-1945) e a Guerra do Pacífico (1941-1945). O entrelaçamento entre os dois conflitos armados faz alguns historiadores avaliarem como um único conflito, ou como etapas inseparáveis de uma mesma trajetória, essa corrente, entende dessa forma, pois advoga ser condizente com a série de medidas tomadas pelas autoridades políticas e diplomáticas do Japão, da China e dos EUA. Portanto, para eles, a Segunda Guerra Mundial tem seu início em julho de 1937, quando os japoneses invadiram a China.¹

As atrocidades cometidas pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial deixaram vastas reservas de ódio em seu rastro. Milhões de pessoas sofreram os efeitos da ocupação militar das forças armadas nipônicas ou de seus colaboradores civis, tanto japoneses quanto chineses. De todas as localidades situadas no delta do Rio Yangtze, onde foram travados os principais embates entre as forças chinesas e japonesas durante o conflito, Nanking ocupa um local especial. Usando a terminologia formulada por Pierre Nora², Nanking é um *lugar de memória*, uma vez que nessa cidade era a época a capital da China e após a sua capitulação, em 13 de dezembro de 1937, ocorreu nas oito semanas seguintes um massacre de enormes proporções, sendo, portanto, investida de uma aura simbólica e de significado identitário.

O “Massacre de Nanking” é um evento que sintetiza as arbitrariedades cometidas pelos militares japoneses durante a guerra expansionista contra a China. Então, ele

¹ Os historiadores asiáticos consideram que a escolha de uma data para o início do conflito trata-se de uma convenção. Eles ressaltam que para os historiadores europeus a guerra foi deflagrada em 1º de setembro de 1939, com a invasão do território polonês pela *Wehrmacht* (Forças Armadas Alemãs). Por sua vez, parte dos historiadores estadunidenses considera que o conflito só se tornaria mundial em 7 de dezembro de 1941, quando as forças aéreo-navais nipônicas atacaram a base militar dos Estados Unidos da América (EUA) situada no Hawaii. Outros historiadores apontam que o início do conflito se deu com a conquista da Etiópia pelos italianos, em 1935, ou com a anexação dos sudetos tchecos pelos alemães, em 1938. Há ainda aqueles que vislumbram os primeiros ensaios do conflito armado com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

pode ser considerado um evento-chave para a compreensão das relações político-diplomáticas do Japão com seus vizinhos do Extremo Oriente, notadamente a China, Taiwan e as Coreias, durante toda a Guerra Fria (1945-1991). Mesmo com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, o “Massacre de Nanking” continuou a ser assunto de debates e desentendimentos entre aqueles países, demonstrando que, embora o tempo presente seja uma noção evolutiva que não pode abarcar infinitamente novos conteúdos sem abandonar os velhos,³ a marcação do período considerado História do Tempo Presente não pode ser uma convenção universal. Não houve ainda nesses países a *ruptura cognitiva* com as terríveis experiências vividas durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez ser a guerra um elemento que forma parte das noções de continuidade histórica ininterrupta. O Massacre de Nanking, ainda está vinculado aos dois paradigmas contraditórios da História: a preservação e a emancipação. Preservar, significa lembrar reiteradamente o fato no meio político e educacional, sendo o historiador o arauto-sacerdote da memória coletiva. Emancipação significa analisar o fato criticamente sem que haja a intervenção de fatores estranhos à Academia, sendo o historiador um cientista social no exame criterioso das fontes.⁴

Ainda que haja um acalorado debate político-diplomático entre os países do Extremo Oriente sobre o massacre, o evento foi chamado por Iris Chang de “o holocausto esquecido da Segunda Guerra Mundial”.⁵ A autora aventa essa idéia porque o “conhecimento” sobre a história do “Massacre de Nanking” se limitava àqueles países, e a justifica ao salientar que os principais clássicos sobre a Segunda Guerra Mundial não teciam nenhum comentário sobre ele. Por exemplo, no livro de Winston Churchill⁶ não é feita nenhuma remissão ao evento; na obra de Henri Michel⁷ está igualmente ausente; no texto de Gerhard Weinberg⁸ é sucintamente mencionado apenas duas vezes; e no livro de Robert Leckie⁹ é comentado em um único parágrafo. Uma pesquisa anterior, desenvolvida para a especialização em História,

³ LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007. p. 31-45.

⁴ LAGROU, 2007.

⁵ CHANG, Iris. **The rape of Nanking: the forgotten holocaust of World War II**. New York: Penguin, 1997.

⁶ CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

⁷ MICHEL, Henri. **La Second Guerre Mondiale**. Paris: Presses Universitad de France, 1968.

⁸ WEINBERG, Gerhard L. **World at arms**. New York: Cambridge University Press, 1994.

⁹ LECKIE, Robert. **Delivered from evil: the saga of World War II**. New York: Harper Collins, 1989.

sobre os conteúdos da Segunda Guerra Mundial, especificamente sobre os crimes de guerra cometidos pelos países do Eixo e Aliados, constatou que nenhum dos seis livros didáticos de história publicados no Brasil fazia remissão ao “Massacre de Nanking”.¹⁰

Atualmente, essa situação está sendo gradativamente modificada. Todavia é oportuno ressaltar que o “Massacre de Nanking” adquiriu maior visibilidade no Ocidente há menos de duas décadas. Isso fica demonstrado pelas datas de publicação dos livros e produção dos documentários audiovisuais. Pode-se perceber que foi somente na década de 1990 foram publicados os primeiros livros, nos idiomas inglês e francês, e apenas na década de 2000 foram produzidos os primeiros documentários audiovisuais e filmes.¹¹

Com base em provas testemunhais e documentais, o Tribunal Internacional de Tokyo, criado pelos países Aliados, após o termino da Segunda Guerra Mundial, para julgar os crimes de guerra cometidos pelos políticos e militares japoneses, estimou que mais de 200.000 chineses foram mortos pelos japoneses nas seis primeiras semanas que se seguiram à capitulação da cidade. A dimensão das atrocidades cometidas pelos invasores aos habitantes da cidade, como saques, incêndios criminosos, execução de prisioneiros de guerra e assassinatos de civis e incidência contra as mulheres, chegou a computar 20.000 casos de estupros, além da criação de bordéis, nos quais as mulheres eram obrigadas a praticar sexo com militares.

Entre os vários enfoques sobre essa carnificina, este trabalho interessou-se em adotar como eixo condutor a preocupação em examinar um único aspecto: a violência de gênero que acometeu as mulheres na cidade de Nanking durante aquele evento. Os abusos de natureza sexual foram uma constante durante a

¹⁰ SILVA, Altino Silveira. 2006. 98 fls. **Todos erraram:** os crimes de guerra e contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial no conteúdo do Livro Didático Brasileiro. Monografia (Especialização em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

¹¹ Entre os materiais audiovisuais consultados para a produção da presente dissertação se destacam os seguintes: BLACK SUN: the Nanking massacre. Produção de T. F. Mou. Los Angeles: Unearthed films, 1995, DVD (95 min): son., color. Idioma: Mandarim. Legendado. Inglês. NANKING. Produção de Bill Guttentag e outros. Los Angeles: Thinkfilms, 2008, DVD (110 min): NSTC, son., color. Idioma: Inglês. Legenda: Inglês. THE RAPE OF NANKING. Produção de Lou Reda. New York: A&E Television, 2008, DVD (50 min): NSTC, son., color. Idioma: Inglês. Legenda: Inglês. JOHN RABE. Produção de Florian Gallenberger. Berlim: Strand, 2010, DVD (134 min): NTSC, son., color. Idioma: Alemão. Legenda: Inglês.

ocupação japonesa na cidade, e as mulheres foram suas principais vítimas. Os homens também foram sujeitados a essa modalidade de violência, mas nas fontes documentais utilizadas por esta pesquisa foram identificados apenas dois abusos de cunho homossexual.¹² Mesmo que o abuso homossexual fosse um tabu, e por isso por vezes omitido nas fontes, evidentemente as mulheres foram as principais vítimas da violência sexual. Isso porque as mulheres estavam submetidas a formas legítimas desta violência, tais como a prostituição, a venda de esposa e o direito masculino dentro do matrimônio. Acrescenta-se, ainda, as violências simbólicas que infligem danos e discriminações sobre as mulheres e sobre o gênero feminino como forma de reafirmar a exploração sexual dos homens sobre elas, dando a essa violência um caráter “natural” e “normal”, ou seja, decorrente das “características biológicas” de cada sexo. Essa situação de fragilidade social que as mulheres se encontram sob o signo da dominação masculina, portanto, fazem sê-las atingidas sobremaneira.

A guerra entre os japoneses e chineses desenvolveu-se paulatinamente ainda no decorrer da década de 1930, mas assumiu um caráter generalizado após o “Incidente da Ponte Marco Pólo”, em 7 de julho de 1937, perdurando a ocupação japonesa até o ano de 1945. O marco cronológico inicial da presente pesquisa se dá no primeiro dia do “Massacre de Nanking”, uma vez que a data histórica de 13 de dezembro de 1937, impressionou profundamente a vida daquela cidade. As milhões de pessoas, dentre elas as mulheres, as maiores vítimas dos japoneses. A violência perpetrada pelos soldados japoneses contra as mulheres durou todo o período em que a cidade esteve sob a ocupação nipônica, mas diminuiu consideravelmente a partir da segunda metade de fevereiro de 1938. Esta pesquisa estendeu suas análises até o dia 18 de fevereiro de 1938. Esse marco cronológico final foi escolhido porque é simbolizada a desconstituição derradeira da Comissão Internacional da Zona de Segurança de Nanking (CIZSN), que administrava a cidade

¹² O primeiro caso que faz remissão a abusos sexuais foi feito por Minnie Vautrin nas anotações do dia 21 de janeiro de 1938. Ela escreveu que “muitas jovens damas de 16 e 17 anos foram levadas, e foi reportado o desaparecimento de um garoto de 12 anos” (VAUTRIN, Minnie. **Terror in Minnie Vautrin’s Nanjing: diaries and correspondence**. Chicago: University of Illinois press, 2008, p. 129). O segundo caso é mais explícito, pois no documento da CIZSN, datado de 8 de fevereiro de 1938, foi relatado o caso que “Em 5 de fevereiro, um soldado japonês foi a casa do Senhor Chen situada Ta Chung Chiao, próximo ao Portão Hsi Hwa, e pediu por uma garota. Como não havia nenhuma garota ele pulou sobre um rapaz de 17 para 18 anos de idade e cometeu sodomia” BROOK, Timothy (Org.). **Documents on the rape of Nanking**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003, p. 153.

em sua porção *intramuros*, e da transferência do poder de gestão daquela para o governo municipal em colaboração com os japoneses. Naquele dia a denominação da CIZSN mudou para Comitê Internacional de Assistência de Nanking (CIAN).

O recorte espacial deste estudo restringiu-se à Zona de Segurança de Nanking (ZSN), área requisitada pelos estrangeiros residentes às autoridades militares japonesas a fim de proteger a população civil enquanto a cidade ainda não estivesse com a situação normalizada. A finalidade inicial da CIZSN era de substituir, temporariamente, a administração da cidade. Lá, na ZSN, é que foram organizados acampamentos para os refugiados e adotadas outras providências para abrigá-los e alimentá-los. Houve também a preocupação de salvaguardar o patrimônio estrangeiro e chinês dos roubos e pilhagens. A justificativa para a adoção dessas medidas era para prevenir que, com a fuga das autoridades políticas chinesas ocorreu a falência dos serviços públicos e os aparatos de repressão, pondo em perigo a vivência coletiva. A intenção inicial da CIZSN não era de ser uma entidade para contrapor-se à autoridade japonesa, mas de assistir no processo de reorganização da cidade durante os primeiros momentos da ocupação japonesa. Porém, com a ocupação e a série de pilhagens e violências cometidas pelos soldados japoneses por toda a cidade, a CIZSN se tornou então uma entidade que visava não somente garantir a sobrevivência da população civil sob sua tutela, mas, também, defender seus os direitos.

Ainda que aquele massacre tenha durado por um curto espaço de tempo¹³ e em um espaço reduzido, aproximadamente 3,8 km², as atrocidades cometidas pelos japoneses chamaram atenção e motivaram a realização de uma pesquisa sobre a violência cometida às mulheres nesse episódio. Interessava-nos saber como essa violência foi cometida e como foi vista pelas pessoas nela envolvidas. Para tanto, buscamos conhecer diários e correspondências de pessoas que viviam na cidade de Nanking durante a invasão nipônica. Dentre o corpo documental encontrado, destacaram-se o diário pertencente a John Rabe¹⁴, empresário alemão e membro do

¹³ Os japoneses permaneceram na China durante toda a Guerra Sino-japonesa (1931-1945), mas, o massacre de Nanking foi um evento que teve sua intensidade nas seis ou oito primeiras semanas da ocupação japonesa.

¹⁴ RABE, John. **The good man of Nanking**: the diaries of John Rabe. New York: Vintage books, 2000.

partido nazista, residente na China desde 1910, e o diário de Minnie Vautrin¹⁵, uma missionária estadunidense que atuava como professora na China desde 1912. Ambos eram figuras-chave na cidade, uma vez que atuavam junto à CIZSN e por isso tinham uma posição privilegiada no acesso às informações sobre o que ocorria na cidade e nos estratos mais elevados da hierarquia político-militar japonesa, chinesa e estrangeira. Nosso interesse não se pautou no estudo indiciário dos protagonistas dessas fontes; antes, buscamos, a partir de seus relatos, obter as informações que interessassem ao aspecto selecionado com o tema desta pesquisa.

Nosso trabalho não se restringiu aos diários dos personagens para traçar o cenário e identificar os casos de violência de gênero contra as mulheres. Buscamos outras fontes e dentre o material coletado, destacamos quatro grupos de fontes complementares. O primeiro grupo é composto pelas cartas escritas por outros estrangeiros, missionários estadunidenses na grande maioria, residentes na cidade, tais como George Ashmore Fitch, John Gillespie Magee, James Henry McCallum, Clifford Sharp Timmer, Robert Ory Wilson e Miner Searle Bates.¹⁶ O segundo grupo constitui-se de reportagens escritas por correspondentes estadunidenses e britânicos que estiveram na cidade até os primeiros dias da ocupação japonesa, tais como Frank Tillman Durdin, Charles Yates McDaniel, Arthur Von Briesen Menken, Archibald Trojan Steel e Leslie C. Smith.¹⁷ O terceiro grupo são dos diários e testemunhos de soldados japoneses, tais como os de Aso Tetsuo¹⁸, Hosaka Akira¹⁹, Nohara Teishin, Tanida Isamu, Tominaga Shôzô²⁰ e Hayashi Ichizô²¹. O quarto grupo é composto pelos documentos emitidos pela CIZSN endereçados às autoridades militares japonesas.²² O diálogo entre as fontes principais com as complementares teve o duplo propósito de confrontá-los, verificando a veracidade dos relatos, e complementá-los, enriquecendo seus conteúdos, mutuamente.

¹⁵ VAUTRIN, 2008.

¹⁶ ZANG, Kaiyuan (Org.). **Eyewitnesses to massacre: american missionaries bear witness to japanese atrocities in Nanjing**. New York: East Gate Book, 2000.

¹⁷ LU, Suping (Org.). **They were in Nanjing: the Nanjing massacre witnessed by american and british nationals**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

¹⁸ ASO, Tetsuo. **From Shanghai to Shanghai: the war diary of an imperial japanese army medical officer, 1937-1941**. Norwalk: Eastbridge, 2004.

¹⁹ YANG, Daqing. Diary of a japanese army medical doctor, 1937. In: DREA, Edward et al. (Org.). **Researching japanese war crimes records**. Washington: Nara, 2006.

²⁰ TAYA-COOK, Haruko; COOK, Theodore F. (Org.). **Japan at war: an oral history**. New York: New Press, 1995.

²¹ HAYASHI, Ichizô. **Hi nari tate nari: nikki, haha eno tegami, Hayashi Ichizô ikôshû**. Fukuoka: Tôka Shobô, 1995.

²² BROOK, 2003.

De forma acessória foram usadas outras fontes, em especial documentos oficiais, fotografias, pinturas, jornais londrinos e japoneses entre outros materiais, disponibilizadas pela extensa historiografia consultada, com o objetivo de compreender as relações de poder estruturadoras e estruturantes. A partir da historiografia específica sobre o período, almejamos cruzar suas informações com os acontecimentos relatados nas fontes principais e complementares.

Feitas as apresentações sobre as fontes e os objetivos, cabe-nos apresentar como se desenvolveu essa pesquisa. Decerto o “Massacre de Nanking” foi um evento de singular importância, mas, a presença da mulher nas guerras é, sem dúvida, um dos assuntos a aflorarem na nova polemologia, dando a elas maior visibilidade. Atrelada à presença delas, há também a violência de gênero contra as mulheres, porém esse é um assunto demasiadamente delicado, que provocava certa timidez moralista. Na história clássica, esse foi um assunto para representar a vitória de um grupo sobre o outro, associando o domínio masculino à conquista militar. Os positivistas raramente discutiam a violência de gênero contra as mulheres, exceto de maneira superficial, mesmo que fosse onipresente na guerra, e sua análise é algo recente. Foi apenas em meados da década de 1970 que Susan Brownmiller²³ escreveu o primeiro estudo científico dedicado exclusivamente sobre o estupro nos conflitos armados, destacando a sua recorrente prática.

Os métodos clássicos e positivistas não deram conta de analisar a guerra como fenômeno social complexo. Detalhavam o quadro de destruição e sofrimento de forma generalizada, sem explicar o como e o porquê de sua ocorrência. Como uma resposta à autocrítica e às limitações das escolas clássica e positivista, os estudos sobre a História das Guerras adquiriram novas nuances após o término da Segunda Guerra Mundial. Para a produção historiográfica posterior à década de 1950, os conflitos armados passaram a significar não somente um evento político ocorrido durante um tempo delimitado, mas também todo um processo que apresenta diversas fases e faces. Ou seja, a guerra passou a ser tomada simultaneamente como um acontecimento e um processo. Essas novas visões sobre os conflitos armados possibilitaram melhor retratar historicamente a articulação dos fatores internos e externos que as influenciaram. As técnicas de análise propostas para uma

²³ BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women and rape**. New York: Bantam, 1975.

Nova História Política,²⁴ principalmente a interdisciplinaridade, permitiram a renovação da polemologia. Dentre as obras marcantes da nova polemologia podemos destacar as escritas pelos historiadores britânicos John Patrick Desmond Keegan²⁵ e Antony James Beevor²⁶. Seus trabalhos trazem narrativas que intercalam acontecimentos-chave da macro política com acontecimentos microscópicos e relações de poder capilares. As abordagens não se restringem às decisões tomadas pelas autoridades e lideranças políticas, mas demonstram também a dimensão da mudança no cotidiano. Essa técnica permitiu aflorarem as relações de gênero não apenas como um crime praticado por soldados para satisfazerem seus desejos sexuais, mas, também, como uma ação decorrente das relações de poder e das desigualdades sociais que estruturavam as sociedades, ou seja, eram decorrentes das tensões intestinas e externas. Os trabalhos de Keegan e Beevor levaram ao incremento de novas posturas e compreensões definidoras da realidade da guerra para os sujeitos envolvidos na contenda.

Os novos historiadores, tais como Richard Bessel²⁷, Jörg Friedrich²⁸, Norman Davies²⁹ e Rodric Brainwhitte³⁰, por exemplo, pautando-se nas técnicas da Nova História Política ou influenciados pela forma de escrever de Keegan e Beevor, ao abordarem o tema “guerra” constatam que existem ainda diversos aspectos ainda inexplorados. Nesse sentido, Arlette Farge³¹ afirma que mesmo havendo o recrudescimento do interesse do público pelo pensamento estratégico a polemologia não recuou e os estudos atuais têm dialogado, em seus conteúdos, as relações macro-hegemônicas com os aspectos do cotidiano e da violência microscópica.

²⁴ RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

²⁵ Dentre as principais obras de John Patrick Desmond Keegan consultadas para a produção desta pesquisa se destacam as seguintes: KEEGAN, John P. D. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. KEEGAN, John P. D. **A batalha e a história**. São Paulo: Biblex Cooperativa, 2006. KEEGAN, John P. D. **A face da batalha**. São Paulo: Biblex Cooperativa, 2000. KEEGAN, John P. D. **A máscara do comando: como os grandes líderes militares determinaram o curso da história**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2009.

²⁶ Dentre as principais obras de Antony Beevor consultadas para a produção desta pesquisa se destacam as seguintes: BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha: a guerra civil espanhola, 1936-1939**. Rio de Janeiro: Record, 2007. BEEVOR, Antony. **Stalingrado: o cerco fatal**. Rio de Janeiro: Record, 2002. BEEVOR, Antony. **Berlim 1945: a queda**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

²⁷ BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²⁸ FRIEDRICH, Jörg. **O incêndio: como os aliados destruíram as cidades alemãs**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

²⁹ DAVIES, Norman. **Europa na guerra, 1939-1945: uma vitória nada simples**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

³⁰ BRAINWHITTE, Rodric. **Moscovo 1941: uma cidade e seu povo na guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

³¹ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.

Diante do que foi exposto procuramos esclarecer que a nossa proposta de analisar a violência de gênero contra as mulheres se vincula à nova forma de se estudar a guerra, pautada na interação do macro com o micro, ao fazermos uso de novos conceitos e métodos da Nova História Política.

Essa técnica realça os aspectos culturais e as relações de poder capilares, sendo suficiente para dar conta das especificidades da guerra como fenômeno social complexo. Ela possibilitou retratar e recuperar a vivência humana em sua amplitude e particularidades, evidenciando o relacionamento em rede das forças estruturadoras e estruturantes com as particularidades e singularidades atômicas das trajetórias de vida.

Os estudos consultados sobre a violência durante conflitos armados deixaram evidente que a tarefa de contextualizá-la não é fácil. A guerra gera efeitos diferenciados no tempo, no espaço e na categoria social privilegiada no estudo. Os impactos da guerra não foram distribuídos uniformemente no tempo-espaço, uma vez que “[...] em alguns casos, os horrores da guerra duraram anos e não cessaram nem com o término oficial da guerra. Em outros casos, eles trouxeram sofrimento na primeira parte da guerra, mas não depois, ou então apenas no estágio final e não antes”.³² As assimetrias sociais, notadamente as de classe e étnicas, faziam com que os impactos e sofrimentos fossem sentidos de forma desigual. Significa então que durante o conflito algumas pessoas sentiam-se ultrajadas de serem obrigadas a comerem ovo em pó. No ponto extremo estavam aqueles que passavam fome, vivendo no limiar da inanição, perdiam suas casas ou famílias, ou ainda acabavam entre os milhões de pessoas assassinadas.³³

Soma-se às diferenciações no tempo, no lugar e na categoria social envolvidas no conflito um outro aspecto igualmente importante – o fator cultural. A definição clássica sobre a eclosão da guerra apresenta por causas subjacentes a violência entre as forças contrárias como o resultado das decisões das elites políticas. Contesta-se veementemente essa opinião, pois as guerras são, também, resultado de ódios ideológicos, religiosos, nacionalistas e racistas originados de sentimentos populares. A guerra, portanto, não pode ser explicada puramente em termos das

³² DAVIES, 2009, p. 315.

³³ Ibid., p. 315.

necessidades estratégicas dos militares, dos desejos dos políticos, dos interesses dos capitalistas, das dissimulações do clero e da cegueira ideológica do ser humano. Para ser possível a formulação de uma explicação plena da guerra como evento e fenômeno socialmente construído é imprescindível que se considere o contexto cultural, em especial das idéias e dos sistemas de valores, embora essas especificidades ideológicas possam ser manipuladas pelas forças sociais e políticas que se posicionam a favor do irromper do conflito. Uma dessas relações de valores vincula-se às representações do masculino e do feminino e, se há de levar em conta os papéis de gênero, então as assimetrias de poder e as desigualdades sociais pautadas no sexo são uma premissa essencial para se entender a guerra.

Ao falarmos sobre o nosso objeto de estudo, consideramos importante examinar uma ampla gama de estudos sobre as relações de gênero e sobre os conflitos militares contemporâneos. Esse material permitiu ter contato com teorizações e reflexões sobre a violência que afligiu as mulheres, tanto nos momentos ordinários quanto nos de conflitos armados. Dentre as principais obras sobre violência de gênero, podemos destacar de cunho geral as de Pierre Bourdieu³⁴, Heleieth Saffioti³⁵, Maria de Fátima Araujo³⁶ e Lana Lage da Gama Lima³⁷. Já especificamente sobre os períodos de conflito armado os textos escritos por Claude Quétel³⁸, Luc Capdevila³⁹, Jacques Sémelin⁴⁰ e Carmen Silvia Rial⁴¹. Os estudos gerais e específicos municiaram-nos com um arcabouço teórico.

Sabemos que a violência de gênero contra as mulheres nos períodos ordinários e durante os conflitos armados é detentora de especificidades, e o primeiro aspecto que aflora é o do patriarcalismo, como instrumento de domínio e sistema cultural, e das representações e relações de poder que privilegiaram o masculino sobre o feminino.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

³⁵ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

³⁶ ARAUJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência**. São Paulo: Arte&Ciência, 2004.

³⁷ LIMA, Lana Lage da Gama. As delegacias especializadas de atendimento à mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In: NADER, Maria Beatriz; LIMA Lage da Gama Lima. (Org.). **Família, mulher e violência**. Vitória: PPGHis/UFES, 2007.

³⁸ QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra**. São Paulo: Larousse, 2009.

³⁹ CAPDEVILA, Luc et al. **Hommes et femmes dans la France en guerre (1914-1945)**. Paris: Payot, 2003.

⁴⁰ SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

⁴¹ RIAL, Carmen Silvia. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na guerra do Iraque. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, p. 14-49, 2007.

Todavia, o patriarcalismo somente não é suficiente para explicar sua ocorrência nos períodos de conflitos armados, mesmo que tal seja o alicerce fundacional dessa violência. A partir da conjugação dos estudos sobre a violência de gênero nos períodos ordinários e sobre a violência cometida nos períodos de conflitos armados foi aventada a ideia de que ela resultou do patriarcalismo numa forma particular, uma vez que se agregou ao domínio masculino e às desigualdades sociais de classe e etnia. Trata-se, portanto, de um fenômeno fruto do longo processo de sedimentação do domínio masculino que submeteu o feminino como ser-sexo e ser-indivíduo em meio a um período de crise na qual se intensificaram as concepções de gênero que atribuíam uma inferioridade inata às mulheres no momento em que acresceram às assimetrias de gênero os dois outros eixos estruturadores – desigualdades de classe e estranhamento étnico.

A pesquisa alicerçou-se em duas hipóteses principais. A primeira é que a violência de gênero contra as mulheres durante os conflitos armados é um fenômeno intrínseco ao patriarcalismo, acrescentado este das estigmatizações étnicas. A segunda é que a condição social de fragilidade socioeconômica e a condição biológica das mulheres as fizeram serem vítimas especiais da violência.

Para seguir nesse raciocínio, então, a presente dissertação foi estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, “Fontes, método e balizamentos”, fizemos apresentamos as fontes, tecendo em seguida comentários sobre o método utilizado para analisá-las. Por fim, visamos explicar as razões que definiram as delimitações geográficas e temporais.

No segundo capítulo, “Patriarcalismo e violência de gênero”, é feita uma apresentação geral sobre o fenômeno da violência de gênero de cunho sexual nos conflitos armados contemporâneos, enfatizando a reincidência do fenômeno e demonstrando assim a relevância do assunto. Para compreender o tratamento desigual e a própria violência perpetrados durante os períodos de conflito armados coube desenvolver um estudo em que visasse definir o patriarcalismo como instrumento de domínio e sistema cultural que delineou as relações de poder

desiguais entre os gêneros. A partir dessa relação de poder desigual abordamos a violência como uma estratégia para a manutenção do domínio masculino.

No terceiro capítulo, “Relações de gênero no Japão”, são abordadas as especificidades das relações de gênero como relações de poder no contexto cultural nipônico. Nesta parte, foram focalizadas as especificidades do sistema patriarcalista japonês a fim de delinear as práticas, costumes e preconceitos de gênero em vigor no período analisado. Além dos estudos culturais, fizemos uma exposição sobre a sexualidade, abordando os direitos desiguais em relação à sexualidade e a consequente exploração sexual das mulheres pelos homens.

No quarto capítulo, “Status e sexualidade feminina na China”, almejou expor as relações de gênero no contexto cultural chinês. No seu desenvolvimento as atenções se focalizaram nas práticas sociais e representações que impunham a submissão feminina e legitimavam a dominação masculina. Feitas tais ponderações passamos a examinar a sexualidade diante dessas relações assimétricas de poder entre os gêneros, demonstrando o tratamento diferenciado dado a homens e mulheres, beneficiando os primeiros em detrimento dos segundos. Por fim, abordou-se o estupro, buscando compreender a relação entre o ato e as desigualdades de gênero. A partir dos estudos desenvolvidos neste capítulo e no anterior, buscamos traçar as linhas-mestras para o raciocínio que avaliou a violência de gênero cometida pelas tropas japonesas durante a ocupação da cidade de Nanking.

No quinto capítulo, “A violência sexual no ‘Massacre de Nanking’”, se apresentou as conclusões obtidas com o exame das fontes. Entre as diversas formas que foram praticadas uma se destacou sobre as demais: a violência de gênero de cunho sexual. Diante a essa constatação optamos por dedicar esse capítulo a essa modalidade específica. A partir de um detalhado escrutínio, foi feita a identificação dos casos listados nas fontes e sendo apresentada a distribuição da violência contra as mulheres no tempo e no espaço geográfico nas mais diferentes formas, tais como quadros, tabelas, gráficos e mapas. Após desenvolver o estudo sobre os estupros em massa e coletivos, foi feita uma nova análise, desta vez com o propósito de analisar a escravidão sexual praticado pelas forças armadas japonesas.

Por fim, tecemos nossas considerações finais e avaliamos a violência de gênero durante os períodos de conflitos armados como um tema de extrema complexibilidade e variabilidade, pois sua ocorrência é uma intrincada relação entre as tensões socioeconômicas e estruturas culturais consolidadas com as transformações e contingências específicas que transcorrem durante o percurso do evento no tempo e espaço. No presente trabalho, apresentamos uma breve explanação quanto à violência a que as mulheres estavam sujeitas, porém permaneceram dúvidas sobre o fenômeno analisado, uma vez que as premissas que delimitam o contexto são específicas de um evento singular – o “Massacre de Nanking”.

CAPÍTULO I

FONTES, MÉTODO E BALIZAMENTOS

1.1 ANÁLISE DAS FONTES

As fontes principais correspondem a cartas e diários escritos escritas por duas pessoas, Minnie Vautrin e John Rabe. Ambos produziram um extenso material que, somado correspondem a 170 e 198 páginas respectivamente. O primeiro grupo de fontes acessórias é composto pelas cartas e diários escritos por George Ashmore Fitch, John Gillespie Magee, Ernest H. Foster, James Henry McCallum, Clifford Sharp Timmer, Albert N. Steward, Robert Ory Wilson e Miner Searle Bates. A consulta desse material foi incompleta, pois a pesquisa teve acesso somente a parte de seus conteúdos, compendiados e organizados no livro de Zang, porém, ainda assim, foi uma ferramenta valiosa, pois o material consultado totaliza 391 páginas. O segundo grupo de fontes acessórias foi escrito por Frank Tillman Durdin, Charles Yates McDaniel, Arthur Von Briesen Menken, Archibald Trojan Steel e Leslie C. Smith. Esse material é de pequena dimensão, pois consiste de reportagens sucintas. As publicadas logo após a capitulação da cidade de Nanking guardam maior relevância, pois relatam os testemunhos colhidos pelos correspondentes estadunidenses e britânicos. Passados os primeiros dias da ocupação, eles abandonaram a cidade. Assim, as notícias que publicavam eram sínteses das correspondências enviadas pelos missionários estadunidenses que permaneceram em Nanking. O terceiro grupo de fontes compreende os documentos emitidos pela CIZSN, correspondendo a 167 páginas. Somadas as fontes principais e acessórias totalizam aproximadamente 970 páginas.

As fontes principais e complementares examinadas nesta dissertação consistem de diários e correspondências pessoais. Essas fontes foram relegadas por muito tempo pelos historiadores, pois os historiadores positivistas as avaliavam como uma

curiosa, mas sem importância, produção literária. Os registros privilegiados pela Escola Positivista eram os documentos públicos sobre os grandes eventos políticos e personalidades.

Os diários e correspondências pessoais abrem várias possibilidades aos pesquisadores, permitindo estudar a linguagem utilizada, a maneira de narrar em uma determinada época, o uso da língua, os níveis de escolaridade expressos na caligrafia e no vocabulário, entre outras abordagens. Essas fontes, portanto, revelam muito dos protagonistas que as escreveram bem como as transformações da língua e da escrita. Outra possibilidade diz respeito aos diários como registros de vida e acontecimentos. Por eles é possível recuperar o cotidiano específico, os acontecimentos atômicos e as relações de poder capilares que muitas vezes estariam perdidos no tempo, pois não seriam dignos de nota nos documentos públicos. Outras vezes, os acontecimentos registrados nos diários referiam-se a assuntos polêmicos, que deveriam ser escondidos. Eram segredos de alcova, tabus sociais ou segredos políticos e de Estado. Ainda assim, a reincidência das ações e acontecimentos diminutos reforçavam ou contestavam os poderes macro-hegemônicos, deixando evidente a interação entre as forças estruturadoras com a vivência coletiva.

Os episódios narrados nos diários e nas correspondências particulares ocorreram concomitantemente ou em época próxima ao seu registro, podendo sugerir uma maior veracidade do que as lembranças da memória obtidas pelas fontes orais. Não porque elas fossem menos parciais, mas por questões de ordem mental, condicionadas ao próprio resgate. As lembranças colhidas das “pessoas-presentes” resgatando “eventos-passado” pecam pelo embaralhamento dos acontecimentos. Outra vantagem dos diários sobre a memorização da história oral diz respeito à incerteza do desfecho ou, pelo menos, dos acontecimentos que se seguiriam ao ato praticado ou ao “acontecimento futuro”. Ou seja, as anotações nos diários eram escritas imediatas e seus escritores-testemunhas não sabiam ainda o que iria resultar de suas ações/decisões e o que aconteceria nos dias seguintes.

Em que pese à espontaneidade e ao imediatismo para os acontecimentos que as fontes pessoais relatam, garantindo certa dose de veracidade maior que as fontes

orais utilizadas para se resgatar o passado, elas ainda assim encerram, nas suas entrelinhas, uma mescla de realidade e fantasia.

Por exemplo, em muitas anotações feitas por Minnie Vautrin fica clara sua fé religiosa, porém em algumas delas esse sentimento soa em tom artificial. Na nota de 14 de agosto de 1937 ela fala sobre um plano para a organização de uma entidade de “Mobilização Moral Internacional”, convocando os religiosos a clamarem pela paz. Essa entidade ecumênica forçaria os japoneses a desistirem de seus planos de invasão. Noutras vezes suas anotações são similares a preces. A nota do dia 16 de dezembro de 1937 segue nessa linha. Dando voz à fonte:

Oh Deus, controle a bestialidade cruel dos soldados nesta noite em Nanking, conforte os corações partidos de mães e pais que tiveram seus filhos alvejados por tiros hoje, proteja as jovens mulheres e garotas através das longas e agonizantes horas desta noite. Chegará o dia em que as guerras não mais existirão, que seu reino virá, assim será sua vontade na terra e no céu.⁴²

Noutras vezes essa realidade é apresentada com humor irônico. O sarcasmo, por exemplo, foi percebido em vários momentos nas fontes, principalmente naquelas escritas por John Rabe e Ernest H. Foster. Essa redação fica evidente em diferentes momentos das correspondências e anotações feitas por John Rabe em seu diário. Na nota do dia 25 de setembro de 1937, por exemplo, ele comenta a notícia publicada no jornal *Ostasiatischer Lloyd*. No artigo a que ele fazia remissão era comunicado o plano de evacuação da comunidade alemã do embaixador alemão de sobrenome Trautmann. Ele escreveu em tom sarcástico: “Nós estamos todos muito curiosos como ele está a lidar com isso. Numa conferência na Embaixada ontem ele divulgou seu plano, e não era de todo ruim”.⁴³

Por sua vez, Ernest H. Foster descreveu, em sua carta datada de 26 de janeiro de 1938, um caso de estupro coletivo. Depois de fazê-lo ele comenta em tom irônico o seguinte desfecho: “[...] mas é claro que o exército japonês nunca faz nada do gênero, e somos nós, estrangeiros, que inventamos essas mentiras para encorajar os chineses!”.⁴⁴ Por ser uma correspondência, essa frase talvez tivesse um propósito mais pragmático e menos emocional: passar pela fiscalização das autoridades

⁴² VAUTRIN, 2008, p. 83.

⁴³ RABE, 2000, p. 8.

⁴⁴ FOSTER, apud ZANG, 2001, p. 138.

japonesas, visto que elas controlavam o serviço postal e as comunicações com o exterior.

Também constatamos comentários sobre a árdua missão dos estrangeiros para salvar os chineses dos soldados japoneses, por vezes retratando a si mesmos como os únicos capazes de conduzir essa empreitada. Leia-se nas entrelinhas, somente os estrangeiros tinham a capacidade de gerenciar e dialogar com as autoridades japonesas. No trabalho de policial, eles, os estrangeiros, eram auxiliados por uns poucos chineses, na maioria empregados das testemunhas-escritores; o serviço dos chineses eram contribuições meramente complementares. A grande massa era pacífica e desorganizada para efetivamente adotar uma atitude proveitosa. Essa postura é flagrantemente encontrada nas anotações de Minnie Vautrin, pois rotineiramente ela, ao fazer remissão aos “chineses”, conjuga o adjetivo “pobre”, ao sentido de coitado ou sofredor.

Outras vezes os chineses eram considerados um povo indigno de confiança. Esse preconceito era tarjado como algo típico da cultura chinesa e pode ser visto, por exemplo, nas palavras de John Rabe quando, em sua nota de 21 de setembro de 1937, ressalta:

Nossos servos e empregados chineses, em torno de 30 pessoas ao todo, incluindo suas famílias, têm olhos somente para seu “mestre”. Se eu ficar, eles permanecerão leais em seus postos até o fim. [...] Se eu fugir, então a companhia e minha própria residência não ficarão apenas abandonadas, mas eles provavelmente irão saqueá-las também.⁴⁵

Em meio às palavras de autoelogios ou preconceituosas escondiam-se as próprias deficiências dos membros da CIZSN, e davam, ainda, uma explicação para os seus insucessos como consequência da falta de suporte das massas, que somente sabiam recorrer a eles.

Como o pesquisador poderia precaver-se dessas subjetividades, preconceitos e fantasias, e, mais importante, como exprimir dessas palavras a realidade contida nas entrelinhas? Primeiro seria necessário compreendê-la, para somente em seguida

⁴⁵ RABE, 2000, p. 5.

analisá-la. Neste sentido, autores tais como Gay⁴⁶, Chartier⁴⁷ e Bourdieu⁴⁸ nos dão ensinamentos importantes.

Gay chama essas fantasias de *realidades interiores* e elas consistem num jogo de ocultação/revelação da verdade. Essa ação se dá, segundo o autor, por razões conscientes e inconscientes. As primeiras ocorriam quando os escritores-testemunhas expunham suas idéias e informações sobre suas vidas privadas, principalmente em seus detalhes mais íntimos, e faziam de forma codificada ou de acordo com as normas de comportamento decorrentes dos valores socioculturais. As razões inconscientes eram oriundas das posturas defensivas de proteção ao “Eu”, fazendo em suas narrativas mais ocultar do que revelar.

Chartier faz ressalvas similares às de Gay, pois aquele autor aconselha ao pesquisador nutrir “sempre uma certa prudência com questões pessoais”. Ele ressalta que, na construção do “Eu”, os indivíduos escrevem e falam de si construindo algo impossível de ser completamente sincero, pois os escritores-testemunhas produzem uma representação de si mesmos para os que lerão aquilo que foi escrito, que podem ser tanto eles mesmos quanto terceiros. Mais à frente no mesmo texto, Chartier recomenda a nos precavermos da “ilusão da singularidade das pessoas frente às experiências compartilhadas ou à ilusão da coerência perfeita numa trajetória de vida”.

Bourdieu compartilha das mesmas preocupações de Gary e Chartier, porém denominou essas fantasias de *ilusões biográficas*. Sem meias palavras, o autor salienta que esse tipo de narrativa acaba em vários momentos por relatar a vida como uma trajetória retilínea e sequencial. A vida, todavia, não segue fielmente uma linha traçada, muito pelo contrário, a existência social e a vivência individual são marcadas por casualidades, oportunidades, azares e acontecimentos estranhos à nossa vontade. Ou seja, efeitos de toda sorte influenciam e alteram o viver, sendo, portanto, uma trajetória sinuosa, de altos e baixos e de avanços e retrocessos.

⁴⁶ GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁴⁷ CHARTIER, Roger. **Entrevista, história, conversa com Roger Chartier, por Isabel Lustosa**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004, p. 3 (mimeo).

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *Ilusões biográficas*. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMANDO, Azevedo (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Para entender a existência humana como uma trajetória não linear de vida há de observar o que Thompson⁴⁹ chama de *congruências*, *contradições* e *mudanças involuntárias*. As duas primeiras são as múltiplas ações que são praticadas durante o percurso da vida por diferentes atores sociais, e a terceira são os fenômenos alheios à vontade do protagonista, que perpassam e influenciam tais ações no processo. Detalhando, o autor define como congruência a capacidade de os indivíduos praticarem ações e comportamentos de forma relacional com as regras impostas para o viver social, ou seja, eram as atitudes em sintonia com os papéis sociais esperados. As contradições são as condutas efetivamente realizadas, que, por vezes, divergem dos papéis sociais idealizados; afinal durante o percurso da vida, os indivíduos ora aceitam os ditames, ora os contestam. A contestação tem por motivo tanto a simples estratégia para contornar as adversidades que os indivíduos sofrem quanto ser o estabelecimento de uma postura em oposição às forças hegemônicas e aos preceitos estruturantes e hierarquizantes da sociedade. Em meio às ações humanas, ocorrem fenômenos fortuitos que são estranhos à vontade dos homens entrosados na relação, podem ser fenômenos provocados por ações de terceiros ou até da natureza.

Percebe-se, então, que trabalhar com os diários e correspondências pessoais é uma prática radicalmente diferente, em razão tanto das oportunidades únicas oferecidas pelas fontes quanto das cautelas específicas que elas trazem em seu bojo. É preciso, portanto, ter a preocupação de se municiar de um conhecimento histórico sobre o evento e somente após ter contato com as fontes primárias. Aconselha-se a não subestimar a diferença entre o acontecimento histórico e o acontecimento apresentado pelas fontes, visto que este último é marcado pela subjetividade.

Para nos precavermos contra a subjetividade, Cunha⁵⁰ aconselha o pesquisador a adotar três atitudes. A primeira é ter o foco bem delimitado sobre o assunto que pretende estudar nas fontes. Prender-se aos objetivos é essencial, não se deixando seduzir pelas sensações transcritas, pois, caso aconteça isso incorrerá no desvio de seus objetivos. A segunda é coletar o máximo de informações sobre os escritores-testemunhas que redigiram as narrativas analisadas. A terceira é obter um profundo

⁴⁹ THOMPSON, E. P. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

⁵⁰ CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a história. PINSKY, Carla Bassanezi et al (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

arcabouço historiográfico sobre o contexto histórico e sobre o evento privilegiado em que são encenadas as ações e acontecimentos relatados nas fontes.

Seguindo esses conselhos pesquisa buscou se firmar nos seguintes fundamentos. O primeiro passo foi desenvolver um estudo empiricamente mensurável e delimitado – a violência de gênero de cunho sexual. O segundo foi de se aprofundar sobre o evento e sobre o contexto sócio-cultural do “Massacre de Nanking” e seus antecedentes. O terceiro foi de obter informações sobre os autores das fontes. Essas preocupações é que determinaram a estruturação da presente dissertação.

O estudo de caso desenvolvido a partir das fontes disponibilizadas adotou o método quantitativo e qualitativo para a explicação e descrição do “Massacre de Nanking”. O método quantitativo contribuiu tanto para a coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão). O método qualitativo viabilizou uma análise global, relacionando o indivíduo com a sociedade, ou seja, o modo pelo qual as mulheres chinesas integravam ou estavam marginalizadas na sociedade durante a ocupação japonesa. Ressalta-se, ainda, que para desenvolver o estudo qualitativo foi necessário que nos afastássemos das fontes e obtivéssemos informações na historiografia. O material consultado possibilitou produzir várias partes dessa dissertação que antecederam ao estudo de caso. Noutras palavras, o método quantitativo foi útil para a mensuração da violência, mas para desenvolver uma análise do cenário de violência sexual. Porém, para compreendermos as razões socioculturais e políticas que levaram ao “Massacre de Nanking”, o método qualitativo mostrou-se de fundamental importância.

No caso desta pesquisa, os objetivos específicos foram identificar, mapear, caracterizar e quantificar a violência de gênero durante o “Massacre de Nanking”, em especial a de cunho sexual. Para tanto, então, desenvolveu-se um exame das fontes a fim de identificar todas as anotações que versassem sobre esse assunto. Para fazer isso foi desenvolvido um estudo composto por cinco etapas.

1.2 DELIMITAÇÃO DOS BALIZAMENTOS GEOGRÁFICO E TEMPORAL

Para compreender a escolha dos balizamentos geográfico e temporal, é preciso fazer um estudo sobre a constituição e desmantelamento da CIZSN. Somente a partir desse estudo é que se pode se ter uma noção espacial clara da ZSN e da convenção historiográfica em torno da duração do “Massacre de Nanking”.

A ZSN foi inicialmente concebida em 16 de novembro de 1937 e a CIZSN foi formalmente organizada em 22 de novembro daquele mesmo ano, com a indicação dos 15 membros dirigentes. A primeira prioridade da CIZSN foi a escolha de um local para o estabelecimento da ZSN. Isso significa, portanto, que os fatos registrados nas fontes não apontam uma noção espacial clara de suas atuações: remetiam ao que ocorrera naquela região, sem, contudo, terem a preocupação de narrar os acontecimentos dentro ou fora da ZSN. As fontes relatam os acontecimentos ocorridos na cidade como um todo, eventos estes sobre os quais haviam testemunhas ou informantes.

Após obter a aprovação e o suporte dos embaixadores da Grã-Bretanha, dos EUA e da Alemanha foi que a ZSN como espaço delimitado se tornou mais palpável. Por não haver autoridades diplomáticas francesas e italianas estacionadas em Nanking à época, não foi possível contar com a ratificação dos delegados desses países.⁵¹ Ainda assim, para a área ser reconhecida formalmente, era necessário obter o reconhecimento pelas autoridades chinesas e japonesas, o que seria extremamente difícil visto que tanto os chineses quanto os japoneses se recusavam a aceitar a constituição da ZSN e outorgar uma autoridade reconhecida para a CIZSN.

A primeira medida efetiva das autoridades chinesas para a viabilidade da ZSN como mantenedora e da CIZSN como instituição de autoridade política ocorreu no dia 1º de dezembro de 1937, ou seja, apenas 14 dias após a sua concepção e nove da organização do comitê internacional que a presidiria. Naquele dia, o prefeito de Nanking transferiu “virtualmente” praticamente todas as funções governamentais para a CIZSN. Cabia ao comitê a supervisão dos serviços essenciais, tais como policiamento, prevenção de incêndio, saneamento e regulamentos de habitação e

⁵¹ RABE, 2000, p. 28.

ocupação do solo. As autoridades chinesas prometeram a doação de U\$ 100.000,00, 1.800 toneladas de arroz, 1.200 toneladas de farinha e 350 sacas de sal para a venda ou distribuição de caridade à população civil. Do prometido, a CIZSN recebeu U\$ 80.000,00, 9.067 sacas de arroz e 350 sacas de sal.

O reconhecimento da ZSN e da CIZSN por parte dos japoneses foi ainda mais moroso. No dia 22 de novembro de 1937, o comitê enviou por telegrama, via cabo telegráfico da Embaixada estadunidense, uma proposta para as autoridades japonesas em Shanghai.

Os membros da CIZSN estavam ansiosos por uma resposta das autoridades japonesas, uma vez que lhes preocupava continuar com a desocupação das áreas marginais da cidade, podendo, todavia, ter seus campos de refugiados desmantelados, caso não obtivessem a autorização dos japoneses. Ainda que pesassem esses receios, os membros do comitê internacional continuaram o trabalho para colocar a ZSN em operação, a fim de garantir à população civil as condições elementares, tais como alimentação, atendimento médico e abrigos.

O embaixador japonês, no consulado de Shanghai, transmitiu a mensagem oficial sobre a ZSN para o consulado estadunidense em 4 de dezembro de 1937. A CIZSN tomou conhecimento da posição japonesa no dia seguinte, quando receberam o telegrama enviado pela embaixada dos EUA. A resposta consistia de 5 pontos; o último tranquilizou os membros de CIZSN, pois para eles soava como um reconhecimento.

Ainda assim, os membros do comitê tinham ressalvas para declarar às autoridades chinesas e japonesas que a ZSN estava em operação, uma vez que as tropas chinesas ainda estavam posicionadas na cidade. A comunicação ocorreria apenas três dias após receberem a resposta da embaixada japonesa. A declaração pública mencionava o estabelecimento de uma zona de segurança em Shanghai como forma de explicar a intenção e os propósitos da CIZSN. Em seguida, informou que a ZSN contava com o reconhecimento das autoridades da China e do Japão. Depois da publicação da referida declaração o fluxo de pessoas rumo à ZSN foi intensificado.

Pouco depois da capitulação de Nanking, a posição do consulado japonês sobre a ZSN mudou radicalmente. O consulado geral japonês em Shanghai proferiu em sua visita à Nanking, em 16 de dezembro de 1937, que o CIZSN não tinha “status” legal para negociação com as autoridades políticas e militares japonesas. Esse posicionamento fundamentaria as intenções das autoridades japonesas em desconstituição do comitê e da zona especial em favor do comitê de autogoverno de Nanking.

Os boicotes feitos pelos militares japoneses à CIZSN dificultavam o gerenciamento da ZSN, principalmente no que se referia à distribuição de alimento, porém esta ainda persistiu em seus trabalhos de suporte à população civil e de negociações com os militares para garantir o direito dos chineses. As dificuldades eram acrescidas pelo descaso das autoridades japonesas para com os pedidos administrativos feitos pela CIZSN. Paralelamente, os militares japoneses adotaram várias medidas que visavam à evacuação dos campos de refugiados. Diante dessas circunstâncias, os membros da CIZSN decidiram concentrar seus esforços nos trabalhos de assistência em detrimento das funções semiadministrativas. A adoção dessa medida tem por marco simbólico o dia 18 de fevereiro de 1938, quando a denominação da CIZSN foi modificado para CIAN.

1.3 BIOGRAFIAS DOS ESCRITORES-TESTEMUNHAS

A pesquisa focalizou a atenção sobre um objeto específico e fez um estudo empírico quantitativo e qualitativo, porém houve ainda a necessidade de obter informações sobre quem eram os escritores-testemunhas. Assim, foi desenvolvido paralelamente um estudo sobre cada um dos autores das fontes para se prevenir contra alguma possível contaminação com os juízos de valor e para compreender as subjetividades proferidas em suas narrativas. A adoção dessa providência visou analisar as fontes adequadamente, não sendo, entretanto, o objetivo precípua desta pesquisa. Com as informações contidas na historiografia consultada, foram obtidas informações mais detalhadas sobre 9 dos 15 escritores-testemunhas. Foram eles Minnie Vautrin,

John Rabe, George Ashmore Fitch, Ernest H. Foster, John Gillespie Magee, James Henry McCallum, Clifford Sharp Timmer, Robert Ory Wilson e Miner Searle Bates.

1.3.1 Wilhelmina Vautrin

Mais conhecida pelo apelido Minnie Vautrin, ela nasceu em 27 de setembro de 1886 na cidade de Secor, estado de Illinois (EUA). Passou sua infância naquela localidade, uma comunidade rural, e lá fez as séries do ensino fundamental.⁵² Após terminado o colegial, cursou a *Illinois Normal School* e, em seguida, matriculou-se na *University of Illinois*. Graduou-se no ano de 1912, tendo cursado Educação.⁵³ Naquele ano Minnie Vautrin foi comissionada pela *United Christian Missionary Society* (UCMS) como missionária e partiu para a China em agosto do mesmo.⁵⁴

Nos dois primeiros anos de sua estadia, Minnie Vautrin dedicou-se a aprender o mandarim. Somente após esses estudos é que assumiu o cargo de diretora no colégio mantido pela UCMS em Hefei, na província de Anhui. Retornou anos depois para os EUA, tendo ingressado na *Columbia University*, onde obteve, em 1919, o grau de Mestre em Administração Escolar. Depois de concluído o mestrado, voltou para a China e assumiu o cargo de diretora do Colégio Ginling.⁵⁵

Durante o “Massacre de Nanking” ela ocupava esse cargo e, quando da organização da CIZSN, compunha o quadro de membros dirigentes do *Comitê Internacional da Cruz Vermelha* (CICV), sendo a uma das duas mulheres de um grupo com 17 pessoas.⁵⁶ Manteve um campo de refugiados exclusivo para mulheres e crianças no campus do Colégio Ginling, que abrigou mais de 10.000 pessoas, superando as cifras iniciais que estimavam em torno de pouco mais de 2.000 pessoas.⁵⁷

⁵² HU, Hua-ling. **American goddess at the rape of Nanking: the courage of Minnie Vautrin.** Carbondale: Southern Illinois University Press, 2000, p. 3-14.

⁵³ LU, 2004, p. 159.

⁵⁴ ZANG, 2001, p. 329.

⁵⁵ HU, 2000, p. 17-19.

⁵⁶ LU, 2004, p. 12.

⁵⁷ BROOK, 2003.

Sua posição de diretora dava-lhe acesso a membros da elite política e intelectual chinesa, o que lhe permitia relatar muitas das ações e comportamentos adotados por essa classe durante o período que antecedeu à capitulação. Na ocupação japonesa, ela igualmente teve relativo acesso às autoridades consulares e das patentes superiores do exército. Por conviver com membros da CIZSN e ter muitos funcionários e voluntários espalhados pelo campus do Colégio desfrutava de uma condição favorável para tomar conhecimento do que ocorria na propriedade e em suas proximidades. Ela relata as dificuldades de gerenciar um campo de refugiados e os perigos a que as mulheres estavam sujeitas.

Minnie Vautrin permaneceu na cidade gerenciando o Colégio e fazendo trabalhos de caridade até abril de 1940, quando, devido à saúde debilitada, retornou para os EUA.⁵⁸ Os traumas que Minnie Vautrin levou consigo por ter presenciado a violência durante o “Massacre de Nanking”, faziam-na sofrer e ter pesadelos constantemente. Ela entrou em depressão e, em 14 de maio de 1941, acabou cometendo suicídio, pois não conseguia esquecer os horrores que presenciara.

1.3.2 John Rabe

John Rabe nasceu em 23 de novembro de 1882, na cidade de Hamburg (Alemanha). Com o falecimento precoce do pai, que era capitão da marinha mercante, abandonou os estudos após ser aprovado nos exames gerais. Seu primeiro emprego foi numa empresa de comércio exterior, onde passou dois anos e meio como aprendiz para, em seguida, tornar-se escriturário. Por recomendação de seu chefe ele foi enviado para a cidade de Lourenço Marques (Moçambique), então colônia portuguesa na África, onde trabalhou numa empresa britânica. Lá ele aprendeu a língua inglesa, tornando-se fluente.⁵⁹ Retornou para a Alemanha em

⁵⁸ LU, 2004, p. 165.

⁵⁹ WICKERT, Erwin. Foreword. In: RABE, John. **The good man of Nanking: the diaries of John Rabe**. New York: Vintage, 2000, p. vii.

1906 por razões médicas: havia contraído malária. Passados dois anos, em 1908, ele viajou para a China.⁶⁰

Inicialmente dirigiu para Beijing, mas, em 1909, chegou a Shanghai, casando-se em seguida com Dora, seu amor de infância. Dois anos depois, veio a trabalhar no escritório da empresa alemã Siemens, onde permaneceu durante toda sua estadia na China. Ele trabalhou na China de 1908 a 1938. Durante os trinta anos que lá residiu, voltou apenas esporadicamente à Alemanha.⁶¹

O mercado chinês era avaliado pela Siemens como promissor, e a capital era de singular importância. Sob a direção de John Rabe, a Siemens foi contratada para implantar o sistema telefônico e a distribuição de energia elétrica de Nanking. Ela também intermediava a aquisição de equipamentos hospitalares e medicamentos. Paralelamente à sua atuação profissional, John Rabe também tornou-se uma referência na comunidade alemã residente na cidade. Em 1934 fundou uma escola alemã em sua residência particular. Naquele mesmo ano John Rabe se tornou membro do partido nazista, porém sua posição era moderada.⁶²

Durante o “Massacre de Nanking” esteve ativamente envolvido na preparação e estabelecimento da ZSN. Foi eleito presidente do CIZSN desde a sua criação e permaneceu no cargo até seu retorno para a Alemanha. Essa posição, conjugada com a de presidente do partido nazista em Nanking e de diretor do escritório da Siemens na China, fazia-o ter acesso às esferas mais elevadas das autoridades políticas/consulares e das patentes superiores dos exércitos chinês e japonês. Isso lhe proporcionava uma condição favorável para tomar conhecimento dos acontecimentos e travar negociações com as lideranças políticas e militares para o estabelecimento da ZSN e o abastecimento de alimento à população civil abrigada nos campos de refugiados. Muitas dessas ações foram registradas em seu diário particular ou nas correspondências, permitindo conhecer os trâmites com as autoridades japonesas durante a ocupação de Nanking.

⁶⁰ LU, 2008.

⁶¹ WICKERT, 2000.

⁶² Ibid.

Ele também esteve envolvido na vigilância ostensiva e manteve em sua propriedade particular um campo de refugiados que abrigou mais de 600 pessoas, dando ainda suporte financeiro àqueles que necessitavam.⁶³

Ele deixou Nanking em 23 de fevereiro de 1938, pois a direção geral da Siemens o transferiu para o escritório sediado em Berlim. Na Alemanha ele enviou um telegrama para Adolf Hitler pedindo-lhe que este desse apoio aos chineses. Essa correspondência foi acompanhada de uma série de fotos. A resposta viria com a Gestapo, que o deteve e interrogou, e depois o liberou sendo liberado por interferência de um diretor da Siemens. Foi-lhe permitido guardar as evidências do massacre, desde que não fizesse nenhum pronunciamento nem escrevesse aos jornais. Todavia foi mantido sob estrita vigilância pela Gestapo, em cujo escritório deveria inclusive apresentar-se rotineiramente.⁶⁴

1.3.3 Miner Searle Bates

Miner Searle Bates nasceu em 28 de maio de 1897, em Newark, estado de Ohio (EUA).⁶⁵ Graduou-se em 1916 no *Hiram College*, instituição particular de ensino onde seu pai era diretor, e deu continuidade aos estudos na *Oxford University*, onde foi agraciado com a bolsa de estudos *Rhodes Scholarship*. Durante a Primeira Guerra Mundial, interrompeu seus estudos e juntou-se à *Young Men's Christian Association* (YMCA), serviu como secretário do exército britânico na Índia e na Mesopotâmia.⁶⁶ Retornou para os EUA no verão de 1918, ingressando primeiramente na *Artillery Officers' School* (Escola de oficiais de artilharia) em Louisville, estado de Kentucky.⁶⁷ Ao final da guerra, reingressou na faculdade para terminar os estudos, concluídos em 1920, obtendo, assim, o título de mestre em História.⁶⁸ No verão daquele ano foi comissionado como missionário pela UCMS

⁶³ CHANG, 1998.

⁶⁴ WICKERT, 2000.

⁶⁵ ZANG, 2001, p. 03.

⁶⁶ Mesopotâmia era denominação que os britânicos davam à região que compreendia o Iraque e o Irã.

⁶⁷ LU, 2004, p. 89.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 89.

para exercer o magistério na Universidade de Nanking. Lá conheceu Lilliath Robbins, uma professora canadense que trabalhava no Colégio Ginling, com quem se casou em 1932.⁶⁹ Entre os anos de 1934 a 1935 ele obteve a bolsa de estudos *Rockefeller Foundation Fellow* para estudar o japonês e o russo na *Harvard University*. Ao final daquele período, Miner Searle Bates recebeu o título de doutor em História da China pela *Yale University* e retornou para Nanking.⁷⁰

Viajou com esposa e filhos para o Japão no verão de 1937, mas com o início das hostilidades sua família voltou para os EUA. Retornou para Nanking em outubro daquele ano.

Tornou-se um dos membros do CIZSN desde a fundação assumindo a presidência em maio de 1939, na época já tendo a denominação CIAN. Na Universidade de Nanking ele ocupou a cadeira do *Conselho de Emergência da Universidade de Nanking* (CEUN) e, posteriormente, no transcurso do massacre assumiu o cargo de vice-reitor da Universidade de Nanking, em 13 de janeiro de 1938. Durante o “Massacre de Nanking”, trabalhou para providenciar alimento, abrigo e proteção aos refugiados de vários campos, atuando tanto na administração da ZSN quanto na vigilância ostensiva.⁷¹

Miner Searle Bates permaneceu em Nanking até pouco antes do ataque japonês a Pearl Harbor. Com a conseqüente eclosão da guerra entre os EUA e o Japão o retorno para a China ficou impossibilitado. Trabalhou, então, na *Yale University* como professor convidado entre os 1942 a 1945. Na primavera de 1945 retornou para a China e reassumiu, em outubro daquele ano, sua cadeira de professor na Universidade de Nanking. Com o estabelecimento do Tribunal de Tokyo, foi intimado a comparecer em 29 de julho de 1946, como testemunha do “Massacre de Nanking”, do qual fez um relatório em fevereiro de 1947. Seu testemunho oral e o documento escrito foram as peças que fundamentaram a decisão do tribunal.⁷²

⁶⁹ ZANG, 2001, p. 3-4.

⁷⁰ LU, 2004, p.90.

⁷¹ ZANG, 2001.

⁷² LU, 2004, p. 96.

1.3.4 George Ashmore Fitch

George Ashmore Fitch era filho de um missionário presbiteriano. Nasceu na região de Soochow (China) e passou sua infância e adolescência na China. Viajou para os EUA para dar continuidade aos seus estudos. Graduiu-se pelo Wooster College, estado de Ohio, em 1906, e pelo *Union Theological Seminary*, estado de New York, em 1909.⁷³ Em meio aos seus estudos em New York, trabalhou como capelão na *Riverview Military Academy*. Ao final dos estudos retornou para a China para trabalhar no escritório do YMCA, sediado em Shanghai, onde permaneceu até 1936, quando foi transferido para Nanking, onde assumiu a direção do escritório da YMCA.⁷⁴

Foi membro do CIZSN, onde ocupou o cargo de diretor administrativo, de dezembro de 1937 a fevereiro de 1938. Suas ações durante o “Massacre de Nanking” foram principalmente de gestão, tendo intermediado a negociação de compra de alimentos com os militares japoneses. George Asmore Fitch foi o primeiro estrangeiro a sair de Nanking, ainda em janeiro de 1938, dirigindo-se para Shanghai a fim de negociar a compra de alimentos naquela cidade. Retornou para Nanking em 10 de fevereiro. Antes de deixar a cidade, reuniu-se com os nove superintendentes distritais e os 25 diretores dos campos de refugiados para apreciarem uma resolução que transferia seu cargo para Hubert L. Sone.⁷⁵ Partiu para Shanghai em 20 de fevereiro de 1938, e de lá seguiu para Hong Kong. Após permanecer ainda algum tempo na China, viajou para os EUA, onde passou a dar palestras e entrevistas sobre o “Massacre de Nanking”, tendo inclusive feito exposições das gravações feitas por John Gillespie Magee. Retornou para a China ao final da guerra, retornando suas na YMCA. Após a Revolução Chinesa de 1949, foi transferido para os escritórios da entidade sediados na Coréia e em Taiwan.⁷⁶

⁷³ ZANG, 2001, p. 82.

⁷⁴ LU, 2004, p. 97.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 104.

⁷⁶ ZANG, 2001, p. 82.

1.3.5 John Gillespie Magee

John Gillespie Magee nasceu em 10 de outubro de 1884, em Pittsburg, estado da Pennsylvania (EUA). Coursou o colegial numa escola em Connecticut e deu continuidade aos seus estudos na *Yale University*, graduando-se em 1906.⁷⁷ Entre os anos de 1907 e 1911, estudou teologia na *Episcopal Theological School*, em Cambridge, uma instituição associada com a *Harvard University*, obtendo o título de bacharel. No ano seguinte, viajou para a China como missionário da Igreja Episcopal, atuando desde o início em Nanking. Lá conheceu a missionária inglesa Faith E. Backhouse, com quem se casou em julho de 1921 e com quem teve quatro filhos.⁷⁸

Assumiu em dezembro de 1937 a presidência do Comitê Internacional da Cruz Vermelha sediado em Nanking (CICVN). Na mesma época tornou-se membro da CIZSN. Durante o “Massacre de Nanking”, continuou seus trabalhos de evangelização e, em paralelo, atuou nos trabalhos de vigilância ostensiva e serviços de caridade mantidos na ZSN.⁷⁹

Viajou pela primeira vez para os EUA em junho de 1938, mas retornou para a China em maio de 1939 para substituir Ernest H. Foster. Lá continuou com sua missão evangelizadora e permaneceu até o ano de 1940, quando voltou para os EUA em definitivo.⁸⁰ John Gillespie Magee foi intimado a comparecer no Tribunal de Tokyo, servindo como testemunha, apresentando em sua acareação detalhes substanciais sobre as atrocidades, tendo inclusive cenas de muitos momentos filmadas com sua câmera de 16 mm.⁸¹

1.3.6 James Henry McCallum

⁷⁷ ZANG, 2001, p. 166.

⁷⁸ LU, 2004, p. 111-2.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 112.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 119.

⁸¹ ZANG, 2001, p. 201.

James Henry McCallum nasceu em 19 de novembro de 1893, na cidade de Olympia, estado de Washington (EUA), mas cresceu na cidade de Eugene, estado de Oregon (EUA). Graduou-se na *University of Oregon* em 1917. Depois dela, veio a frequentar outras instituições de ensino, tais como o *Eugene Bible College* (1918), o *College of Missions* de Indianápolis (1920) e a *Yale Divinity School* (1921). Depois de concluir seus estudos na Yale Divinity School retornou a Indianápolis para se casar com Eva Anderson. Logo após contraírem matrimônio partiram para a China, no verão de 1921.⁸²

No primeiro ano na China, dedicou-se a aprender o idioma do país. Terminado esse treinamento, foi alocado como missionário em Nanking.⁸³ Retornou para os EUA em 1927 para concluir seus estudos de pós-graduação, obtendo o título de mestre em teologia pela *Chicago Divinity School* e de doutor em teologia pelo *Union Theological Seminary*.⁸⁴ Em 1931, retorna para a China, mas com a eclosão da guerra em 1937 voltou novamente para os EUA. Com a fuga de grande parte do quadro de funcionários, médicos e administradores nos meses seguintes a Universidade de Nanking ficou numa situação de fragilidade e abandono. James Henry McCallum foi convidado a assumir o cargo de administrador do hospital. Separou-se da família, pois sua esposa e filhos abandonaram a cidade, rumo a Hong Kong.⁸⁵

James McCallum ajudou a organizar o CIZSN e a ZSN, após a capitulação da cidade em dezembro de 1937. Esforçou-se na procura de alimentos para abastecer os campos de refugiados, principalmente do Hospital de Nanking. Praticou ações de vigilância ostensiva e foi motorista da ambulância do hospital. Permaneceu na cidade durante as oito semanas que duraram o massacre. Após a desconstituição da CIZSN ingressou como membro do CIAN. Retornou para os EUA em julho de 1939, todavia iria para a China novamente em 1940. Com a declaração de guerra entre os EUA e o Japão, foi detido pelos militares japoneses, sendo repatriado em

⁸² ZANG, 2001, p. 228.

⁸³ LU, 2004, p. 119.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 120.

⁸⁵ ZANG, 2001, p. 228.

agosto de 1942.⁸⁶ As cartas enviadas por James H. McCallum à sua esposa foram apreciadas como prova pelo Tribunal de Tokyo.⁸⁷

1.3.7 Robert Ory Wilson

Robert Ory Wilson era filho de um missionário metodista estadunidense. Nasceu em 5 de outubro de 1906 na cidade de Nanking (China) e cresceu nesta cidade até 1922, quando partiu para os EUA cursar o colegial. Deu continuidade aos estudos na Princeton University, graduando-se em medicina em 1927. Em seguida, matriculou-se *Harvard Medical School*, onde obteve, em 1933, o título de mestre.⁸⁸ Foi apontado pelo conselho diretor do Hospital de Nanking para ocupar o cargo de cirurgião, em 1935, apresentando-se na instituição no ano seguinte.⁸⁹

Desde agosto de 1937 os médicos chineses começaram a abandonar a cidade, indo para o interior do país. Assim, durante o “Massacre de Nanking” o número de médicos e enfermeiros estava reduzido. Robert Ory, entretanto, decidiu permanecer na cidade, juntamente com o médico estadunidense Clifford Sharp Trimmer e outros dois chineses, mesmo após a capitulação da cidade. Durante os três meses que se seguiram os dois únicos hospitais abertos para os civis eram o Hospital de Nanking e o Hospital Central, todavia o primeiro era o único localizado na ZSN. A carência de profissionais sobrecarregava os médicos que permaneceram, porém a falta de pessoal foi mais sentida por Robert Ory Wilson, pois ele era o único cirurgião na cidade, fazendo por vezes 10 operações em um único dia.⁹⁰

O seu trabalho como médico dava-lhe acesso a relatos de vítimas, colocando-o numa situação favorável para registrar os acontecimentos. Aliada a isso, a perícia profissional, dada a sua formação em medicina, permitiu que ele relatasse em suas cartas e diários particulares os casos com descrições detalhadas. Ele comenta

⁸⁶ LU, 2004, p. 126-7.

⁸⁷ ZANG, 2001, p. 228.

⁸⁸ LU, 2004, p. 166.

⁸⁹ ZANG, 2001, p. 361.

⁹⁰ LU, 2004, p. 173.

muitas das condições das vítimas, os tratamentos ou procedimentos médicos adotados.

Robert Ory Wilson permaneceu em Nanking até meados de junho de 1938, quando viajou para Shanghai, porém somente voltaria para os EUA em 1940. Com o ataque de Pearl Harbor o seu retorno para a China tornou-se uma tarefa difícil. Foi testemunha no Tribunal de Tokyo, tendo escrito alguns relatórios detalhando casos que havia atendido à época do massacre.⁹¹

1.3.8 Clifford Sharp Trimmer

Clifford Sharp Trimmer nasceu no dia 5 de fevereiro de 1891, em Middle Valley, estado de New Jersey (EUA), mas cresceu na fazenda da família situada em Raritan Valley. Estudou no Lafayette College de Easton, estado da Pennsylvania, bacharelando-se em Filosofia em 1913. Retornou para Middle Valley onde trabalhou como professor no *High Bridge High School*. Lá conheceu Ruth Barkman, também professora do colégio, com quem se casou anos depois. Retornou aos estudos ao ingressar na University of Pennsylvania Medical School, obtendo o título de mestre em medicina em 1918. Após trabalhar em vários hospitais de New York e de New Jersey, foi convidado pelo *Methodist Episcopal Board of Foreign Mission* para trabalhar no Hospital de Nanking, tendo partido para a China no verão de 1922.⁹²

Durante o “Massacre de Nanking” atuou como médico no Hospital de Nanking, juntamente com Robert Ory Wilson, atendendo os pacientes e os feridos de menor gravidade. Não era cirurgião, atuava somente nos atendimentos de triagens e nos acompanhamentos pós-operatórios. Não significava, entretanto, que seu trabalho fosse menos fatigante; afinal ele atendia diariamente dezenas de pessoas.⁹³ Tal qual Robert Ory Wilson, as cartas escritas por Clifford Sharp Trimmer detalham com precisão muitos casos de agressão, listando a gravidade da lesão e os danos colaterais provocados pelos excessos de violência cometidos pelos soldados.

⁹¹ LU, 2004, p. 174.

⁹² *Ibid.*, p. 155-6.

⁹³ *Ibid.*, p. 156-7.

Sua família retornou para os EUA após o ataque de Pearl Harbor, todavia ele permaneceu em Nanking. Com a guerra ele foi detido pelos militares japoneses e enviado para um campo de prisioneiros, local onde permaneceu até 1943, quando foi repatriado.⁹⁴

1.3.9 Ernest Herman Foster

Ernest Herman Foster nasceu em 1^o. de novembro de 1896, na Philadelphia. Graduou-se pela *Princeton University* em 1917 e, nos dois anos seguintes, trabalhou como assistente de reitoria na *St. Paul's School* de Baltimore. No ano de 1920 viajou rumo à China como missionário episcopal, indo trabalhar como evangelizador e professor na *Mahan School*, situada em Yangzhou, uma cidade próxima a Nanking.⁹⁵ Em 1936 ele retornou para os EUA, onde se casou com Clarissa Townsend. O casal então partiu novamente para a China, estabelecendo-se em Yangzhou. Ele foi transferido para Nanking um mês antes de a cidade ser ocupada pelos japoneses, e passou a residir junto com sua esposa numa casa paroquial.⁹⁶ Quando as tropas japonesas estavam próximo à capital sua esposa embarcou em um navio alemão, chegando a Hankow no dia 21 de novembro de 1937. De lá seguiu para Shanghai, via Hong Kong, em janeiro de 1937.⁹⁷

Ele decidiu permanecer em Nanking para auxiliar a CIZSN nos cuidados da sua congregação. Quando os japoneses sitiaram a cidade, a congregação refugiou-se na ZSN, mudando-se para dois campos de refugiados em cujo organização colaborou. Com a capitulação, Ernest Herman Foster assumiu não apenas postos de gestão, mas, também, de vigilância ostensiva, montando guarda com John Gillespie Magee e outros dois russos nos locais onde estavam acampados os membros da

⁹⁴ LU, 2004, p. 158-9.

⁹⁵ ZANG, 2001, p. 107.

⁹⁶ LU, 2004, p. 106-7.

⁹⁷ ZANG, 2001, o. 107.

congregação.⁹⁸ Durante o massacre testemunhou muitos casos de violência, presenciando inclusive assassinatos e flagrantes de estupros.

Em julho de 1938, sua esposa obteve um salvo-conduto autorizando-a a voltar para Nanking. O casal continuou com os serviços de caridade aos refugiados e às populações pobres da cidade até junho de 1939, quando retornaram para os EUA. Ernest Herman Foster desembarcaria novamente na China em 1941, mas, após o ataque de Pearl Harbor, ficou sob a custódia dos militares japoneses, sendo repatriado apenas no ano de 1943.⁹⁹

⁹⁸ LU, 2004, p. 107.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 110-111.

CAPÍTULO II

PATRIARCALISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

2.1 GUERRA, PATRIARCALISMO E ESTUPRO NA CONTEMPORANEIDADE

Os polemologistas clássicos ignoraram o papel das mulheres nos conflitos armados tecendo apenas breves notas sobre a esperança que elas haviam nutrido enquanto seus maridos e filhos pelejavam em nome da *polis*, do reino, da fé ou do Estado-nação. Outras vezes descreviam superficialmente os sofrimentos que as afligiam, objetivando engrandecer a vitória ou ampliar o martírio de uma sociedade específica durante a guerra. Raramente eram feitas narrativas sobre a participação das mulheres nos conflitos armados, restringindo-a a alguns casos singulares, tais como os da história da francesa Joana D'Arc ou da chinesa Hua Mulan, entre outras. A polemologia clássica era uma história escrita por homens e ela prosperou até as feministas começarem a quebrar o silêncio e dar visibilidade à contribuição no esforço de guerra, à participação nos movimentos de resistência e aos sacrifícios e martírios a que foram submetidas durante a ocupação ou os ataques. Essa produção historiográfica, desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), propôs-se a recuperar a participação das mulheres e deixou evidentes as incoerências e inconsistências do domínio masculino.

A violência de gênero durante os conflitos armados era igualmente pouco discutida pela historiografia clássica e positivista, exceto por anotações pontuais e superficiais. Entretanto, embora fosse raramente abordada nos documentos ou na literatura acadêmica, ela foi uma prática onipresente na guerra. Mesmo com o advento dessa nova história da guerra, a violência impingida às mulheres permaneceu um tabu até meados da década de 1970, quando o primeiro estudo

focalizando essa questão foi publicado. O texto de Susan Brownmiller¹⁰⁰ rompeu com esse persistente silêncio e concluiu, com um profundo estudo comparativo, que a violência de gênero, principalmente as de natureza sexual, foi uma constante nos conflitos armados ao longo da história.

Na produção historiográfica consultada na elaboração do presente estudo, o livro de Brownmiller foi uma referência central para pensar a violência de gênero, especialmente de natureza sexual, que acometeu as mulheres durante os conflitos armados, servindo assim como um suporte nos estudos que foram desenvolvidos posteriormente.

Brownmiller faz uma retrospectiva histórica, que remonta à obra *Ilíada* e ao alto-relevo celebrando a Batalha de Kadesh. Ela percebeu que existe uma relação íntima entre o patriarcalismo e a guerra, mais especificamente na questão dos valores patriarcais da virilidade e da honra. Essa ligação apresentou-se de maneira elementar, bastando observarem-se os valores associados à virilidade e ao comportamento idealmente esperado para o masculino e para o feminino. As divisões constitutivas da ordem social, em especial das relações de dominação e exploração intrínsecas aos gêneros, estabeleciam dois comportamentos diferentes, ambos sob a forma de *hexis*¹⁰¹ corporais opostos e complementares que se dividem em desigualdade de condições. Esses simbolismos fizeram com que coubesse aos homens realizar todos os atos perigosos e espetaculares que causam as rupturas nos períodos ordinários. Um desses eventos era a guerra, representada como a expressão radical das trocas de desafios e de morte entre os homens ou a expressão máxima do poder político atribuído às autoridades masculinas que governavam as sociedades.¹⁰² A aventura guerreira era assim o coroamento das virtudes masculinas de força e virilidade.¹⁰³

¹⁰⁰ BROWNMILLER, 1975.

¹⁰¹ *Hexis* é uma expressão grega utilizada na Sociologia para designar o *habitus*, trata-se de um conceito chave complexo e em linhas gerais se refere as estruturas mentais construídas no processo coletivo de aquisição de sensibilidades, disposições e gostos.

¹⁰² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 40.

¹⁰³ *Ibid*, p.90-91.

Scott corrobora a opinião de Brownmiller nesse entendimento ao salientar que em ambos os casos extremos existe um atrelamento com o patriarcalismo, fosse ele a evocação da *virtú*¹⁰⁴ masculina ou o compromisso-dever à hierarquia política patriarcal. Nas palavras da autora:

A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e crianças que de outro modo estariam vulneráveis), até a crença no dever que teriam os filhos de servir a seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e até as associações entre masculinidade e poderio nacional.¹⁰⁵

Essa linha de raciocínio faz pairar uma questão crucial no eixo relacional entre quem exerce a violência e quem a sofre. Para compreender na totalidade essa questão foi necessário articulá-la a partir de três pontos, podendo-se, assim, captar os efeitos gerados pela pesada carga simbólica do estupro tanto na mulher-vítima quanto na sociedade à qual ela pertence.

O primeiro ponto está diante da situação de estranhamento e de disputa entre dois grupos humanos pela posição privilegiada de domínio. Esse estranhamento se dá a partir da identidade étnica. O etnocentrismo é fundamental, pois a referência do indivíduo não é a humanidade, mas sim o grupo ao qual ele pertence.¹⁰⁶ As crenças e práticas etnocentristas contêm em seu âmago o “germe do racismo, da intolerância e frequentemente são utilizadas para justificar a violência praticada contra os outros”.¹⁰⁷ Isso porque os agressores membros do “grupo Nós” se veem como pessoas “melhores” e de “valor superior”, pois acreditam compartilhar um *carisma grupal* específico. Por outro lado, esse mesmo grupo considera que as vítimas integrantes do “grupo Outros” são *carentes de virtude*.¹⁰⁸

Assim os estupros coletivos e em massa agem como um instrumento para destruir, corromper e transformar o “grupo Outros”: destruir, pois é a forma de não apenas violentar as mulheres, mas, principalmente, de solapar a estrutura patriarcal e o domínio masculino da sociedade de que elas fazem parte; corromper, pois o abuso

¹⁰⁴ *Virtú* é uma expressão formulada por Nicollo Machiavelli e significa as qualidades do indivíduo, podendo elas serem a força, a honra, a inteligência.

¹⁰⁵ SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995. p. 18.

¹⁰⁶ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

¹⁰⁷ *Ibid*, p. 43.

¹⁰⁸ ELIAS, Nobert et al. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 23-25

sexual é a prova irrefutável da derrota dos homens de uma sociedade estruturada no patriarcalismo que defende a “pureza” étnica e a sua linhagem; transformar, pois o invasor, ao submeter sexualmente a mulher do “grupo Outros”, toma-a para si, como se ela fosse um objeto, e a prole resultado do estupro iria figurar no limbo étnico ou seria reconhecida como membro do “grupo Nós” violador, e não da mulher-vítima. Isso se dá porque, nas sociedades patriarcais, a linhagem era paterna. Afinal, há a apropriação da função reprodutora da mulher.¹⁰⁹

Há uma segunda relação identitária que liga o agressor, estando próxima deste. O “grupo Nós-imediato” era a corporação militar. Embora possa parecer com aquilo que os marxistas chamam de *falsa consciência*, na maioria das vezes os soldados não culpavam as lideranças de seu país pelas mazelas que sofriam; somente uma minoria fazia essa alegação. Eles concentravam as condenações contra o “grupo Outros” com o qual estavam lutando. O ambiente de insegurança que é a guerra fazia estreitar os laços entre os soldados, pois eles acreditavam que a coesão do grupo era o meio para sobreviver às ameaças externas. Os abusos sexuais em massa seriam as manifestações da “virilidade de grupo” e de afirmação de sua solidariedade ao mesmo grupo.

O segundo ponto diz respeito à situação de fragilidade econômica e à estigmatização sociocultural que puseram as mulheres numa posição desvantajosa em relação aos homens. Essa prevalência do homem-indivíduo contra a mulher-indivíduo não se limitou a eles como seres isoláveis, mas surtiu efeitos na representação generalizadora do masculino e do feminino. Partindo do pressuposto de que quanto mais frágil for a situação da vítima, maior a incidência da violência sobre ela, então a mulher se torna um alvo particularmente atrativo para a violência sexual, primeiro pela representação da passividade, segundo situação de vulnerabilidade.

O terceiro ponto recai sobre a violência que aflige a mulher estuprada, sendo assim uma conjugação inter-relacional do primeiro com o segundo ponto. De forma sucinta, a sociedade a que a mulher-vítima pertence é igualmente vítima, mas também age como agressora. É vítima, pois o estupro em massa ou coletivo é uma prática que a agride como grupo, uma vez que as estruturas ideológicas são abaladas por uma

¹⁰⁹ BROWNMILLER, 1975.

força externa que as supera em poder. É agressora, pois a mulher-vítima é duplamente violentada, isso porque, ao ser estuprada, sofre uma reprovação pública de seu próprio grupo, e essa situação se agrava devido ao fato de o violador ser membro do grupo externo invasor. A lógica do sistema patriarcal desconsidera a mulher como vítima, uma vez que o fato de ter sido submetida sexualmente ao homem-invasor faz com que seja vista como contagiada pelo estigma daquele.

Todavia, a maior relevância da pesquisa feita por Brownmiller de sua pesquisa se situa nas cifras. Ela lista o número de mulheres-vítimas nos mais variados conflitos armados e tribais, demonstrando, assim, a importância do assunto. Após sua obra, ocorreu uma profícua produção historiográfica sobre o referido tema, apresentando estudos comparativos específicos. De fato, após a publicação de seu trabalho, ocorreu uma transformação da polemologia. Até em estudos gerais e sem nenhuma intenção evidente de abordar especificamente as relações de gênero como relações de poder houve a preocupação de incluir nos seus conteúdos a violência de gênero que afligiu as mulheres.

As autoridades políticas e militares da Segunda Guerra Mundial e dos conflitos posteriores a ela produziram um extenso material que registrou os inúmeros casos de violência cometidos por soldados, de ambos os lados da contenda, contra mulheres nacionais ou estrangeiras, prisioneiras ou civis.

As análises dessas fontes constataram que, durante os conflitos armados, ocorreram concomitantemente atos isolados de violência de gênero como um instrumento ou arma do invasor para amedrontar, intimidar e dominar a sociedade conquistada. No ambiente de insegurança que estavam imersos os soldados faziam estreitar seus laços mútuos, pois eles acreditavam que a coesão do grupo era o meio para sobreviver as ameaças externas. Os abusos sexuais em massa seriam as manifestações da “virilidade de grupo” e de afirmação de sua solidariedade ao mesmo.¹¹⁰ Há, entretanto, que se fazer a seguinte ressalva, não apenas os invasores violentavam sexualmente as mulheres; tanto as forças militares “inimigas” quanto as “amigas” praticavam estupros contra as mulheres, pois, como já foi

¹¹⁰ QUÉTEL, 2008, p. 57.

alegado, o ato sexual “[...] é pensado em função do princípio do primado da masculinidade”.¹¹¹

Seria impossível mencionar as centenas de casos que a extensa historiografia consultada apresenta. Porém, para sustentar a idéia de que a violência de gênero, em especial a de cunho sexual, ocorre com freqüência julgamos oportuno citar alguns comentários sobre casos específicos. Diante da variedade de estudos que remetem à violência registrada nos conflitos da Antiguidade até a das guerras civis da Bósnia e de Ruanda, foi necessário restringi-los a partir de um recorte temporal compatível com o objetivo desta pesquisa. Escolheu-se, assim, citar alguns casos ocorridos em períodos próximos ao do “Massacre de Nanking”. Isso significa, portanto, apresentar a violência de gênero durante os conflitos travados nas décadas de 1930 e 1940.

Os primeiros casos ocorreram na Guerra Civil Espanhola (1936-1937). No avanço das forças nacionalistas para Madri os muros de construções situadas nas vilas que as colunas franquistas atravessavam eram pintadas frases machistas-misóginas, tais como “suas mulheres darão à luz fascistas”.¹¹² Outro exemplo ocorrido nesse conflito é obtido no exame dos discursos do general Quiapo de Llano, pronunciados na rádio Sevilha, quando contava histórias sobre a potência sexual dos soldados africanos, a quem prometera as mulheres de Madri como butim.¹¹³ Os correspondentes estrangeiros publicaram notícias nos jornais nova-iorquinos e londrinos relatando histórias de que a esposa de um esquerdista, antes de ser fuzilada, foi estuprada por um pelotão de falangistas mouros. Outros relatam os estupros em massa perpetrados pelos soldados marroquinos na região de Navalcarnero.¹¹⁴

Durante a Segunda Guerra Sino-japonesa os soldados das forças armadas nipônicas praticaram violência sexual em todos os territórios ocupados. O caso mais conhecido é o objeto desta dissertação – o “Massacre de Nanking”. Sucintamente, pois o assunto será abordado no último capítulo, a historiografia ressalta que, durante os três meses que se seguiram à ocupação japonesa da cidade, foram praticados mais de 20.000 estupros e muitas das mulheres foram abusadas

¹¹¹ BOURDIEU, 2009, p. 27.

¹¹² BEEVOR, 2007, P. 150.

¹¹³ SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A guerra civil espanhola**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

¹¹⁴ BEEVOR, 2007.

seguidamente pelos soldados japoneses. Qualquer recusa ou resistência em se sujeitarem aos caprichos sexuais dos soldados resultava em agressões físicas, muitas delas de tamanha gravidade que resultavam na morte das vítimas.¹¹⁵ Os estrangeiros residentes em Nanking, principalmente estadunidenses e alemães, anotaram em seus diários e cartas a violência cometida. Depois de estupradas, muitas dessas mulheres eram renegadas pelas famílias de seus maridos ou por suas próprias famílias, pois haviam perdido o seu bem mais precioso, a fidelidade ou a virgindade.

Os alemães foram responsáveis por atrocidades que vitimaram milhões de pessoas, porém os soldados do III Reich eram mais comedidos no que se referia aos abusos sexuais, comparando-os com os seus aliados japoneses.¹¹⁶ A explicação para essa situação era de que os soldados estavam submetidos a uma rigorosa disciplina. Havia, ainda, aqueles que salientavam a intenção de parecerem corretos.¹¹⁷ Entretanto, existem diferenças no comportamento dos soldados quando no *front* Ocidental e no Oriental.¹¹⁸ O comando militar alemão na França emitia ordens para que os soldados evitassem confrontos com a população civil, e assim converterem os franceses para o espírito da colaboração.¹¹⁹ A relação amistosa de vencedores e vencidos dava-se porque não eram nutridas estigmatizações étnicas entre eles, salvo contra os *juifs* (judeus) e *israélites* (israelitas).¹²⁰ Em todo caso, esses mesmos soldados, até os mais comedidos, não se eximiam de agredir as mulheres, sendo notória a prática de estupros em série, como instrumentos de tortura, contra as mulheres da resistência que fossem capturadas pela *Waffen-SS* e pela Gestapo.¹²¹ Por outro lado, o comportamento sexual comedido dos soldados no *front* Oriental foi devido aos temores de serem punidos pela “contaminação racial”. As leis que visavam proteger a raça ariana, as chamadas de *Leis de Nuremberg*, foram promulgadas em 1935 e estabeleciam como crime os alemães terem contato sexual

¹¹⁵ CHANG, 1997.

¹¹⁶ QUÉTEL, 2008.

¹¹⁷ *Ibid*, p.

¹¹⁸ FAVERJON, Philippe. **Las mentiras de la Segunda Guerra Mundial**. Buenos Aires: Al Ateneo, 2005.

¹¹⁹ *Ibid*, p. 50

¹²⁰ *Juifs* e *israélites* são duas expressões francesas, mas seria um erro considerá-las sinônimos. Isso porque o termo *israélite* era utilizado até a Segunda Guerra Mundial para designar os judeus que haviam assimilado a cultura francesa, muitos deles sendo judeus de religião, mas sem seguirem os costumes judaicos.

¹²¹ FAVERJON, 2005, p. 52

com indivíduos oriundos dos grupos classificados como inferiores, tais como os judeus e eslavos. A SS podia proferir e implementar as punições a todo e qualquer soldado das forças armadas alemãs que infringisse essa lei, inclusive com a pena de execução sumária.¹²²

Há outra especificidade na violência de gênero perpetrada pelos alemães, era o caso das judias. Essa relação de discriminação de gênero e de etnia pode ser observada nos campos de concentração, notadamente no processo de desinfecção. Ele consistiu em “[...] ficar nu, entregar as roupas, raspar os pêlos, primeiro os pêlos pubianos e das axilas, depois a cabeça. Por causa dos piolhos, segundo a razão apresentada como pretexto. Para humilhar as mulheres e lhes tirar a feminilidade – a verdadeira razão”.¹²³ As mulheres-prisioneiras percorriam nuas o pátio, de um extremo ao outro, atravessavam os corredores até chegarem às instalações de banho e desinfecção. Durante todo o percurso eram fitadas pelos soldados alemães e pelos *kapos* (guardas judeus dos campos de concentração e guetos) e estes proferiam gracejos grosseiros e ironias sarcásticas sobre seus corpos nus. Algumas dessas mulheres eram forçadas a se prostituírem para os soldados alemães que serviam nos campos, era o caso das *Polnische Häftlinge* (prisioneiras polonesas) trancadas no barracão feminino.¹²⁴

Os soldados dos países aliados praticaram igualmente diversas formas de violência contra as mulheres, tanto nos países aliados quanto nos inimigos. Os soviéticos lideraram no número de abusos sexuais, tendo o ápice ocorrido em Berlim, quando mais de 100.000 mulheres foram estupradas ou forçadas a se prostituírem por comida. Os comandantes soviéticos consideravam que “[...] todos os alemães e colaboracionistas deveriam ser punidos coletivamente. A punição para os homens era fuzilamento. A punição das mulheres era estupro coletivo”.¹²⁵

¹²² FAVERJON, 2005, p. 56.

¹²³ MÜLLER, Melissa. **Anne Frank**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 288.

¹²⁴ LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

¹²⁵ DAVIES, 2009, p. 973.

A massa de soldados era continuamente bombardeada pela *propaganda política*¹²⁶ stalinista, esta difundia a raiva e o ressentimento, ao lembrar as atrocidades cometidas em solo soviético contra os familiares de seus concidadãos. Assim o desejo de vingança dos soviéticos de humilhar os alemães misturado com o desejo sexual desenfreado ajuda a explicar a frequência com que as mulheres alemãs foram estupradas pelos soldados russos. Ainda assim não podem ser avaliadas como as únicas razões, pois esses mesmos soldados também estupravam as mulheres russas. O veterano russo Anatoli Tcherniaev relembra o episódio quando seus camaradas de pelotão estupravam moças russas que estavam fazendo a respiga. Ele dizia que eles as atacaram “[...] em plena luz do dia, pegando-as ali mesmo, ou, se eram mais envergonhados, arrastando-as até os arbustos mais próximos”.¹²⁷ Percebe-se, portanto, que os abusos sexuais eram perpetrados primeiro em razão do sexo, sendo os motivos étnicos apenas agravantes.

Os soldados estadunidenses e britânicos também se envolveram em casos de violência sexual. Por terem passado menos tempo no continente europeu do que seus aliados soviéticos, eles tiveram menor oportunidade de cometer crimes sexuais. Todavia, como a violência sexual é um tabu, provocando não apenas a vergonha, mas também a desmoralização do suporte legítimo, há historiadores que, como Quéstel¹²⁸ e Davies¹²⁹, que aventam a hipótese de que o número de abusos envolvendo as tropas dos EUA e da Grã-Bretanha era igualmente alto, mas, como eles foram os “vitoriosos”, ficaram em melhor posição para suprimir essas informações. Ambos, para sustentar seus argumentos, alegam ter que observar o

¹²⁶ O conceito de *propaganda política* aqui utilizado é de “uma empresa organizada para influenciar a opinião pública e dirigi-la, surgiu somente no século XX, ao termo de uma evolução que lhe proporciona ao mesmo tempo seu campo de ação – a massa moderna – e seus meios de ação: as novas técnicas de informação e de comunicação. [...] as técnicas modernas de difusão derramam as notícias do mundo inteiro diretamente através da escrita e da imagem, sobre as massas de que, grande parte, se viu recentemente transplantada, subtraída ao ambiente em que vivia, à sua moral, à sua religião tradicional, conseqüentemente mais sensível e maleável. Tais técnicas entregam-lhe a história quotidiana do mundo, sem que as massas disponham de tempo e de meios para exercer um controle retrospectivo, agarram-nas por temor ou por esperança e atiram-nas à liça. Massas modernas e meios de difusão originam uma coesão da opinião sem precedentes.[...] Outrora, contudo, tratava-se de súbitas e selvagens manifestações, de repentinas agitações que se extinguíam após algumas devastações; em nossos dias a massa permanece em estado de cristalização latente e a nevrose coletiva, embora suas formas mais desvairadas se conservem limitadas, atinge mais ou menos profunda mas permanentemente, grande número de indivíduos.” DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955. p. 13,17-8.

¹²⁷ BRAITHWAIT, 2009, p. 142.

¹²⁸ QUÉTEL, 2008.

¹²⁹ DAVIES, 2009.

comportamento dos soldados em dois momentos distintos. O primeiro, as tropas estavam na Inglaterra e nos países libertados (França, Bélgica e Holanda), e o segundo, os exércitos avançaram sobre os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os ocuparam posteriormente.

O primeiro momento tem início em 1943, quando os soldados estadunidenses começaram a chegar à Grã-Bretanha e lá permaneceram desocupados até meados de 1944, quando a operação anfíbia do Dia-D teve início. Ociosos naquele período e em melhores condições financeiras que os britânicos, que estavam no quinto ano da guerra e sofriam privações, os soldados estadunidenses se lançaram à caça das jovens inglesas. “Não eram estupros em massa, raramente estupros coletivos, mas, na maioria das vezes, estupros em encontros marcados, em que a jovem mulher, muitas vezes uma empregada de condições modestas, não quis consentir com o sexo”.¹³⁰ No segundo momento, o número de estupros ascendeu vertiginosamente na Alemanha e no Japão. Comparados os números, constata-se que os casos de violência sexual praticada pelos soldados estadunidenses contra as alemãs tiveram um crescimento de 114% em relação às inglesas e de 48,5% em relação aos praticados contra as francesas.¹³¹ Documentos da burocracia militar estadunidense listam que, durante a ocupação da ilha de Okinawa pelos aliados, entre os anos de 1945 a 1947, ocorreram 107 casos de abusos sexuais.¹³²

As forças armadas aliadas de menor contingente também praticaram estupros em massa e coletivos. Por exemplo, no contrato de alistamento dos soldados marroquinos estava estipulada a permissão para que estes cometessem estupros e saques nos territórios inimigos. Essa autorização resultou no “Massacre de Nápoles”, ocorrido no verão de 1943, quando a divisão marroquina cometeu mais de cem assassinatos e praticou mais de 3.000 estupros.¹³³ Os pracinhas brasileiros também têm sua parcela de culpa no martírio feminino conforme registro de casos de abusos sexuais contra as mulheres italianas.¹³⁴

¹³⁰ QUÉTEL, 2009, p. 58.

¹³¹ Ibid, p. 59.

¹³² MOLASKY, Michel S. **The american occupation of Japan and Okinawa**: literature and memory. New York: Routledge, 2001.

¹³³ DAVIES, 2009, p. 372.

¹³⁴ VIOTTI, Cássio Abrances. **Crônicas de guerra**: a força expedicionária brasileira na Itália. Belo Horizonte: Lutador, 1998.

Os franceses foram um caso à parte no conflito, devido à sua própria singularidade. A celebração das mulheres da Resistência obscurece o martírio das tosquiadas. As mulheres de “cabeças raspadas” tinham, segundo a visão de seus algozes, traído a pátria, mesmo que não estivessem de qualquer modo envolvidas como deladoras ou espiãs. Diante da “colaboração na horizontal”, ou seja, do relacionamento com os soldados alemães da força de ocupação, essas mulheres receberam a alcunha de “traidoras”. Foram, assim, condenadas pela turba civil e pelos membros da Resistência, porém sem nenhum julgamento regular. Sofreram o escárnio público e foram sentenciadas sumariamente a agressões físicas e exposições públicas vexatórias. O número de “tosquiadas” entre os anos de 1944 a 1946 foi estimado em 20.000 mulheres.¹³⁵ As autoridades públicas francesas, na maioria das vezes, não intervieram para controlar as manifestações e agressões cometidas pela massa, praticando, assim, uma conivência omissiva e silenciosa.¹³⁶

Essa forma de violência praticada pelos franceses ocorreu também em outros países: as mulheres de cabeça raspada apareciam por toda a Europa, à medida que o exército alemão era expulso do território pelos aliados ou caía o regime alinhado com o Eixo. Entre os países que adotaram esse procedimento é possível citar a Bélgica, a Dinamarca, a Grécia, a Holanda, a Noruega, a Polônia e a Tchecoslováquia.¹³⁷

Chikin¹³⁸ e Dixon¹³⁹ ao examinarem as reflexões historiográficas sobre a violência de gênero de cunho sexual, oriunda seja ela da escravidão seja dos estupros em massa/coletivos, perceberam que ela traz em seu bojo uma série de outras violências materiais e simbólicas. Entre as materiais, listam-se as mutilações, danos psicológicos, gravidez indesejável, esterilização compulsória, prostituição forçada e doenças venéreas. No plano simbólico, mas que gera efeitos materiais, lista-se o ostracismo a que as mulheres que sofreram dos abusos sexuais foram relegadas nos períodos de conflitos armados. A razão para essa discriminação devia-se aos

¹³⁵ CAPDEVILA, Luc et al. **Hommes et femmes dans la France en guerre (1914-1945)**. Paris: Payot, 2003.

¹³⁶ QUÉTEL, 2009.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ CHINKIN, Christine. Rape and sexual abuse of women in international law. **European journal of international law**, v. 05, n. 03, 1994. p. 326-341.

¹³⁹ DIXON, Rosalind. Rape as a crime in international humanitarian law: where to from here? **European journal of international law**, v. 13, n. 03, 2002. p. 771-795.

papéis sociais e ao imaginário coletivo em curso naquele período de crise, pois eram imputados a elas as características de impuras e/ou de cúmplices do inimigo. Por isso suas famílias, principalmente seu cônjuge, tendiam a rejeitá-las. Nas sociedades patriarcais, o sexo, mesmo que forçado, fora do casamento, praticado pela mulher, causava dano à honra do homem-marido e da família à qual ela pertencia. Caso elas fossem contaminadas pelos soldados portadores de doenças venéreas tornavam-se ainda impróprias para o casamento.

Para compreender as ponderações das autoras, é necessário, primeiro fazer uma reflexão sobre as relações de gênero como relações de poder e sua construção no contexto sociocultural. Num segundo momento analisar a violência no relacionamento humano, em especial entre homens e mulheres.

2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO, CULTURA E DOMINAÇÃO MASCULINA

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.¹⁴⁰ Nesta frase Beauvoir sintetiza o conceito fundamental que alicerça esta pesquisa. Quando a autora a cunhou, há mais de cinquenta anos, foi a precursora da tese de que os sujeitos constroem a si mesmos com base nos aprendizados e práticas externas em que estão ideologicamente imersos. As escolhas são pautadas nas experiências individuais e, principalmente, nas referências coletivas que orientam e modelam os indivíduos por meio de diferentes forças sociais nos espaços públicos e privados.

Ao longo de sua obra, Beauvoir evidencia, de forma explícita, a submissão da mulher perante a dominação masculina e demonstra, assim, que os papéis de cada ser são intrínsecos às relações de poder. Para captar todas as nuances do pensamento de Beauvoir, contidas na curta frase do parágrafo anterior, cabe, inicialmente, fazer uma reflexão sobre o patriarcalismo como instrumento de domínio e como sistema cultural. Ou seja, é necessário compreendê-lo como uma ideologia. Somente após conhecê-lo em sua complexidade é que é possível analisar as

¹⁴⁰ BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Lisboa: Bertrand, 2008.

relações de gênero como relações de poder, o papel da cultura para a manutenção do domínio masculino e as desigualdades econômicas entre homens e mulheres.

Para uma compreensão plena das assimetrias socioeconômicas e culturais entre os indivíduos do sexo masculino e feminino é necessário dirigir as atenções sobre o patriarcalismo. Dois estudos clássicos, escritos ainda no século XIX, são o de Engels¹⁴¹ e o de Weber¹⁴². Para o primeiro autor, o patriarcalismo foi resultado de um conflito duradouro entre os sexos masculino e feminino pela posse do poder. Sua tese é sustentada pela alegação de que o estabelecimento do domínio masculino ocorreu concomitantemente com o desmoronamento do direito feminino. As mulheres derrotadas tiveram que se submeter à vontade masculina, que gradativamente outorgou-se a titularidade sobre todos os bens materiais. A divisão sexual do trabalho consolidaria o domínio masculino, uma vez que, cabendo aos homens a procura dos alimentos, lhes foi investida a qualidade de provedores da família.¹⁴³ O segundo autor seguiu suas análises no mesmo raciocínio, ao conceituar o patriarcalismo igualmente como uma forma de poder. Contudo, diferenciou-se do primeiro quando considerou o patriarcalismo como uma forma de poder investido pela tradição, ou seja, o reconhecimento do poder não estaria apenas na ação pura e simples do domínio, mas no reconhecimento do domínio masculino sobre o feminino como legítimo.¹⁴⁴

Tais estudos influenciaram sobremaneira as interpretações sobre o patriarcalismo durante a primeira metade do século XX, não havendo muitos debates acadêmicos que oferecessem um novo conceito para ele. A forma engelsiana de pensar o patriarcalismo a partir de critérios determinantes, objetivamente opressores, orientou as produções posteriores e ofereceu uma base teórica para os movimentos marxistas e feministas desse período.

O significado literal do termo patriarcalismo é “poder do pai” e surgiu concomitantemente com a acumulação privada do excedente produzido. Com a apropriação pelo homem do excedente, o pai passou a deter todos os direitos e fez

¹⁴¹ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

¹⁴² WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

¹⁴³ ENGELS, 1991.

¹⁴⁴ WEBER, 1999.

com que os membros da família dependessem direta ou indiretamente dele, fazendo da obediência à autoridade patriarcal algo inquestionável. As relações familiares patriarcais garantiam aos filhos o direito aos bens para consumo e ao excedente, ou seja, o patrimônio transferido pela herança era uma garantia proveniente do pai, sendo necessária a identificação dos herdeiros como filhos. Na concepção engelsiana do patriarcalismo, esse sistema de dominação-exploração, em que o poder de chefia era exercido pela autoridade masculina, foi a raiz das relações assimétricas advindas do poder econômico. Para complementar a tese materialista, foi-lhe agregado o conceito weberiano de legitimidade do poder da autoridade, pois o patriarcalismo era avaliado como a instituição fundadora de uma das manifestações de poder de autoridade pela tradição.

Nos estudos de Engels e Weber, o patriarcalismo é uma máscara e uma arma; é o pano de fundo onde é engendrada a luta entre os sexos por vantagens materiais, ou seja, é o desfecho da corrida dos homens e das mulheres pelo poder e, nessa maratona, os homens saem vencedores. Diante da posição privilegiada conquistada, os homens ergueram o patriarcalismo como sistema-instrumento de domínio e de exploração das mulheres, pondo-as numa situação de dependência socioeconômica em relação às autoridades masculinas.

Todavia o domínio patriarcal não se sustentava somente pelo *poder puro*,¹⁴⁵ exercido pela liderança familiar quando esta, tendo em vista a sua posição privilegiada, fazia uso da força. Revestia-se a hierarquia/autoridade patriarcal de razões e crenças que cultivavam uma *falsa consciência*¹⁴⁶ com a finalidade de legitimar a referida ordem e os privilégios masculinos sobre o feminino. Avaliavam, então, o patriarcalismo e suas derivações adaptativas como fruto da aglutinação de valores hegemônicos.

¹⁴⁵ A expressão *poder puro* é uma terminologia weberiana para designar o poder absoluto e direto de uma pessoa sobre outra ou sobre a coletividade. Weber considerou que, à medida que a humanidade se torna mais complexa, os homens que detêm o poder fazem uso de outras formas para legitimar sua posição privilegiada e assegurar que sejam cumpridos seus comandos. São os chamados poderes de autoridade (carismático, tradicional e racional).

¹⁴⁶ O termo *falsa consciência* remete originalmente à idéia de que a ideologia é um processo operado de maneira consciente, e os reais intentos que o impulsionam são mantidos no desconhecimento público. As interpretações posteriores modificaram o sentido original, pois a ideologia não pode ser nem “verdadeira” nem “falsa”, servindo para indicar a política ou a estratégia dominante conduzida por líderes e instituições.

Evidentemente, a esfera privada absorveu uma dimensão econômica fundamental na consolidação do trabalho e dos bens necessários para a sobrevivência dos seres humanos. A produção manufatureira e artesanal igualmente intrínseca à família, ou seja, o espaço doméstico não era apartado da esfera pública, pelo menos no sentido produtivo, pois a casa era o local onde se trabalhava, produzia e trocava os bens. A separação em espaços produtivos e reprodutivos só veio a acontecer com o advento do capitalismo, quando o local de trabalho passou a ser algo externo ao ambiente doméstico. Na sociedade moderna, a “casa” não se constituía como local para o desempenho do trabalho; esse local foi transferido para o trabalho remunerado dentro das “empresas”. Porém, as transformações ocorridas com a industrialização, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, fizeram levantar na academia novas questões, que os conceitos tradicionais sobre o patriarcalismo não podiam explicar.

Até a segunda metade do século XX, os (as) acadêmicos (as) feministas mantiveram o uso do termo patriarcalismo para designar a submissão das mulheres ao poder dos homens, mas, nas das décadas de 1960 e 1970, novas interpretações agregaram novas considerações sobre ele. O ponto definitivo para a superação do conceito tradicional engelsiano foi a constatação de que as teorias do patriarcado não mostravam como as desigualdades de gênero estruturaram as demais desigualdades sociais nem as heterogeneidades ocultas pelo domínio masculino.¹⁴⁷

Uma inovação foi a compreensão do patriarcalismo não mais como um simples instrumento, mas como um sistema ideológico de dominação, ou seja, uma visão de mundo. Essa interpretação, uma vez que é menos concreta, pois não se limita a condicionantes materiais mensuráveis, é mais abrangente e conseguia responder às dificuldades empíricas que as teses marxistas tradicionais esbarravam. A ordem patriarcal, portanto, não é um poder que vem apenas de cima para baixo; ele vem de todas as direções e funciona em rede. O poder não é um elemento que se possui, mas, sim, uma relação que ocorre em múltiplos lugares. Ou seja, o patriarcalismo é resultante do processo de conquista-imposição, mas ele impregna todas as esferas da vida social. As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder

¹⁴⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 02, 1990.

contaminaram toda a sociedade, fazendo com que o direito delas decorrente, além de perpassar a sociedade civil, impregnasse também o Estado.¹⁴⁸

Compreender as assimetrias entre os homens e as mulheres no sistema patriarcal como um comportamento relacional, importa em estudar os fatores sociais que constituem os indivíduos enquanto masculino e feminino.

Gênero é um termo utilizado para teorizar a questão do tratamento diferenciado de homens e mulheres no patriarcalismo. Ainda que prospere a percepção de que “[...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que está vivo e passando bem”,¹⁴⁹ a categoria gênero se constitui numa estrutura social móvel, que permite compreender as construções singulares em vigor em cada sociedade humana pautadas na organização social das diferenças sexuais. São os contextos ideológicos em cada sociedade ou civilização que conferem o sentido à diferença no tratamento entre homens e mulheres.¹⁵⁰ Isso porque a cultura é “[...] a lei particular de fenômenos que reproduzem conceitos de uma realidade simbólica, que se transmite por gerações, com características de tradição, modos de existência e formas de organização, as quais exprimem uma realidade comunitária humana”.¹⁵¹

Outro aspecto igualmente relevante na adoção do termo gênero é a neutralidade científica, uma neutralidade de duas vias, pois ele rejeita o determinismo biológico que estava impregnado nas expressões *sexo* e *diferença sexual* e não evidencia a militância feminista. Ou seja, a utilização do termo gênero abstrai-se da misoginia e da política. Utiliza-se o termo gênero “[...] para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado”.¹⁵²

A teoria do gênero enfatiza o aspecto relacional e reivindica a utilização dele como categoria válida para realizar a investigação histórica. Isso significa que gênero é mais do que uma categoria analítica, pois, juntamente com raça/etnia e classe

¹⁴⁸ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 54.

¹⁴⁹ CASTELLS, Apud. SAFFIOTI, 2004, p. 58.

¹⁵⁰ SCOTT, 1990.

¹⁵¹ NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001. p. 41.

¹⁵² SCOTT, 1990, p. 05.

social, opera na realidade empírica como categoria histórica, que possibilita a compreensão da organização social. Diante da insuficiência dos corpos teóricos anteriores à teoria do gênero, ela dá conta de explicar tanto as persistências da desigualdade entre homens e mulheres quanto as contradições a essa relação de dominação. Afinal, as relações de gênero são os elementos constitutivos das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, que dão significado ao poder.¹⁵³

Nesse raciocínio, o patriarcalismo não poderia consolidar o domínio dos homens sobre as mulheres sem que houvesse uma relativa participação e o consentimento delas. A compreensão dessa faceta do patriarcalismo deve-se à própria compreensão das relações de gênero como uma interação relacional, pois o domínio não é a simples situação de imposição-exploração. Simplificando: os atores dos polos ativo e passivo interagem. Portanto, falar de participação e consentimento para a legitimação de uma ordem está intrínseco em observar as relações de gênero.

Chartier,¹⁵⁴ ao falar da dominação masculina, salienta a adesão das próprias dominadas às categorias e traçados que alicerçavam a sua sujeição. O autor desenvolve essa idéia ao dizer que nas relações de dominação só se “[...] triunfa na medida em que aquele (aquela) que a sofre contribui para sua eficácia; só o (a) coage na medida em que ele (ela) foi predisposto (a) por uma aprendizagem preliminar a reconhecê-la”. Percebe-se, então, que, para analisar as relações de gênero como relações de poder, é necessário observar a cultura e a contribuição das mulheres para a manutenção do domínio masculino e, por conseqüência, a própria submissão a ele.

O primeiro aspecto que surge a partir desse raciocínio é o dos papéis sociais relacionados a gênero. Todavia, antes de adentrar propriamente neste assunto, é oportuno explicar o que vêm a ser papéis sociais. Burke os entende como todos os “[...] padrões ou normas de comportamento que se esperam daquele que ocupa determinada posição na estrutura social”.¹⁵⁵ O estabelecimento de papéis sociais baseados nas relações de poder entre os gêneros fez erguer os interditos patriarcais

¹⁵³ SCOTT, 1990.

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 67.

¹⁵⁵ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002. p. 71.

que limitaram a existência social das mulheres. Os pares binários legitimavam/justificavam tais assimetrias. A incorporação dos valores misóginos no *habitus* gera o reconhecimento da submissão do feminino como natural, normal e inevitável. Isso porque os pares binários se desenvolvem a partir da nomeação e da inculcação de uma identidade social instituída pelas linhas de demarcação “místicas” conhecidas e reconhecidas pela coletividade. Ou seja, a internalização das leis sociais no plano mais elementar, fazendo com que a desigualdade entre homens e mulheres seja vista como um sistema de domínio estabelecido por um sujeito transcendental da tradição idealista e, assim sendo, as disposições posturais são ratificações das condições inatas da natureza biológica.¹⁵⁶

Desse modo, essa internalização desenvolve-se nas mais variadas formas em cada sociedade. Os indivíduos de ambos os sexos são orientados-moldados desde a infância para a adoção de comportamentos predeterminados. Os papéis sociais pautados nos significados e interpretações do que vem a ser o masculino e o feminino fazem com que as decisões e vivências individuais sejam encaminhadas a funções específicas de seu sexo.

Bowker, sobre a internalização dos papéis sociais desde a tenra infância na contemporaneidade, diz que as crianças e seus pais são constantemente bombardeados com mensagens culturais que estabelecem as fronteiras do comportamento social esperado. Filmes, programas de televisão, shows e propagandas são poderosos agentes de socialização. Os comerciais televisivos, embora entreguem em doses pequenas, têm um efeito cumulativo substancial. O imaginário de gênero nos comerciais de televisão é implacavelmente estereotipado. Meninos são fortes, independentes, atléticos, aventureiros e agressivos no controle de seus ambientes, aventureiros e agressivos. Meninas são sorridentes, gentis, afetivas, aficionadas em suas aparências físicas e extremamente bem comportadas.¹⁵⁷

Ainda que o estudo de Bowker se situe no período contemporâneo, ele ressalta que as relações de gênero devem ser consideradas um dos padrões culturais mais antigos da história. Nos espaços de convivência cotidiana, principalmente dentro do

¹⁵⁶ BOURDIEU, 2009.

¹⁵⁷ BOWKER, Lee H. **Masculinities and violence**. Los Angeles: Sage Publications, 1997, p. 15.

seio familiar e dos ambientes onde ela ocorre, os meninos e as meninas internalizam os papéis de gênero. Eles (elas) vivenciam os padrões comportamentais que são exigidos pela sociedade, reproduzindo-os como se fossem fixos, mesmo que ao longo dessa história tenham ocorrido sequenciais transformações adaptativas. Ainda que haja a normatização dos costumes e práticas imbricadas com as relações de gênero, essas mesmas relações sofreram e ainda sofrem mudanças. Isso não significa que exista uma multiplicidade de papéis de gênero, mas uma flexibilidade para solucionar as contingências relacionadas às condições socioeconômicas.

Muitas das adaptações e rearranjos entravam em contradição com as padronizações, mas isso não significava que os indivíduos intencionavam racionalmente contestar a ordem patriarcal. Mesmo sem esse propósito, quando as atitudes esperadas não eram concretizadas, ocorria a reprovação social. O ponto radical dessa censura era a estigmatização da condição humana do transgressor – ele é um ser indeterminável, estranho ao universo binário e destituído de valor. Não importa o regime político em que o sujeito transgressor esteja situado, ele sofrerá a reprovação da sua conduta, que será tarjada de anti-natural. Essa situação está além do político, pois as relações de gênero são anteriores à constituição das diferenciações de classe e etnia, por isso as desigualdades de gênero influenciaram as demais diferenciações ocorridas posteriormente.

A repressão às condutas esperadas não realizadas tem o duplo propósito de manter fixos os padrões da dominação-masculina/submissão-feminina e de definir o “ser masculino” e o “ser feminino”. Essa vigilância não se dá apenas pela vontade intencional e racional de um grupo específico detentor de força ou de posição privilegiada para o exercício do poder. O ponto de sustentação mais intenso localiza-se no próprio submetido, quando, ao reconhecer como verdade o discurso ideológico que fundamenta a condenação que lhe é designada, ele a reproduz e a defende, mantendo, assim, as assimetrias de poder entre os gêneros, independente da classe social em que se encontre. Isso se dá porque a dominação masculina, assim como o patrulhamento ideológico, é travestida de um apelo discursivo que não

busca apenas legitimar a ordem patriarcal, mas principalmente, defini-la como necessária, benéfica e neutra.¹⁵⁸

Outro aspecto da concepção de mundo costurada no sistema patriarcal é a consideração das qualidades femininas como sendo inferiores às características masculinas. Essa suposta feminilidade dos fatos sociais ou das características humanas pouco apreciadas residia na submissão do feminino ao masculino. Cada cultura estabeleceu seus pares binários, porém, apesar das especificidades, na maioria das vezes essa divisão beneficiou os homens em detrimento das mulheres. Por exemplo, Bourdieu, em sua pesquisa sobre a sociedade Caliba,¹⁵⁹ compendiou as oposições binárias pertinentes ao masculino (fora, seco, fogo, sol, ouro, água, luz, céu, henné, honra, vermelho, velhice, idade madura) e ao feminino (dentro, úmido, túmulo, lua, obscuridade, estábulo, terra, morte, preto, casamento, infância).¹⁶⁰ Louie, em suas análises sobre o princípio dualista da filosofia taoísta chinesa, salienta que são atribuídas diferentes qualidades para o *yang* (ativo, diurno, luminoso, quente) e para o *yin* (passivo, noturno, escuro, frio). A partir das qualidades complementares de cada elemento, o primeiro era considerado um princípio masculino e o segundo, um princípio feminino.¹⁶¹

O dualismo simbólico, ou os preconceitos dele advindos, foi utilizado por diferentes saberes e crenças para estabelecer os significados das diferenças corporais, ampliando assim a estigmatização do feminino. Esses significados variam de acordo com a cultura, os grupos sociais e o tempo. Para a Igreja Católica, as mulheres eram seres menores, pecadoras e a meio passo das crianças, devendo, por isso, ficar sob a tutela dos homens. Os regimes burgueses, primeiramente na Europa Ocidental e posteriormente no Continente Americano, mesmo quando negavam as superstições do Antigo Regime considerando-as como sinônimo de atraso, igualmente ergueram barreiras misóginas e ratificaram a submissão do feminino.

Ainda que haja continuidades, percebe-se, entretanto, que tanto os papéis sociais quanto a concepção de mundo em pares binários não são estruturas fixas, elas

¹⁵⁸ BOURDIEU, 2009, p. 18.

¹⁵⁹ A sociedade caliba é um povo berbere que habita tradicionalmente a região montanhosa da Calíbia, no nordeste da Argélia.

¹⁶⁰ BOURDIEU, 2009.

¹⁶¹ LOUIE, Kam. **Theorising chinese masculinity**: society and gender in China. New York: Cambridge University Press, 2002.

estão em constante transformação a partir das demandas concretas que se colocam na vida de homens e mulheres. As relações entre os indivíduos são mutáveis, e isso significa então que os efeitos da opressão e da exploração levam em conta a dinâmica das relações de macro e micropoderes. Outro aspecto é que as assimetrias sociais e a opressão/exploração têm intensidades diferenciadas.

Nessa situação de mutabilidade há conflito, isto é, se há poder é porque existe quem resista a ele. Suas manifestações, em meio às múltiplas relações sociais baseadas nas relações de gênero, podem assumir diversas formas, através de instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e de símbolos que constituem as estruturas hierárquicas. A violência de gênero serve como instrumento para a manutenção dos valores hegemônicos, coibindo as contradições e afirmando o domínio masculino.

2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

Com base no princípio de que o patriarcalismo estabelece uma estrutura assimétrica para os sexos e as relações de gênero são relações de poder desiguais, que geram representações estereotipadas para os sexos masculino e feminino, é oportuno apresentar estudos sobre as violências de gênero e entender sua existência como um instrumento de repressão e prevenção essencial do domínio masculino, que coíbe desvios comportamentais que vão contra os papéis sociais hegemônicos.

Violência pode ser conceituada, em linhas gerais, como a ação interativa entre um ou vários atores, agindo de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, de modo que cause dano, nos mais variados graus, a uma ou mais pessoas.¹⁶² O dano pode comprometer a integridade física e moral, o patrimônio ou as crenças/opiniões de uma determinada pessoa ou grupo social. Ou seja, o sujeito ativo, ao praticar essa ação, tem por objetivo isolar, discriminar, agredir ou destruir a estima ou a vida do sujeito passivo.¹⁶³

¹⁶² ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁶³ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995. p. 1291.

Outros autores, tais como Galtung¹⁶⁴ e Giddens¹⁶⁵, consideram limitada a conceituação da violência como uma “ação”, argumentando que as privações e barreiras são também formas de violência. Em seus raciocínios, todo ato de violência importa em despojar o indivíduo de alguma coisa; para tanto, o agressor pratica ações que visem não apenas destruir, agredir ou tomar algo da vítima, mas também submeter a dignidade de suas vítimas, impossibilitando-as de desenvolver suas potencialidades.

O estudo da violência aponta o relacionamento social como algo conflituoso.. Noutras palavras, a interação dissociativa entre os seres humanos e os grupos tem como motivação as assimetrias materiais e as diferenças simbólicas (de valores, de cultura, de aspecto físico, de classe, de etnia, de sexo, entre outras).¹⁶⁶

Ela é um fenômeno extremamente complexo devido à sua irregularidade e imprevisibilidade, assim, uma pessoa pode ser acometida por uma ação violenta a qualquer momento e por qualquer motivo. Entretanto, isso não significa que a violência seja um fenômeno que surge de maneira incompreensível. Para desvendá-la, autores como Arendt,¹⁶⁷ Elias¹⁶⁸ e Safiotti¹⁶⁹ destacam a necessidade de conhecer o contexto social no qual ela se desenvolve. Ressaltam também a importância de se observarem os fatores políticos, econômicos e culturais nas relações de macro e micropoderes, nos níveis estruturais, institucionais e cotidianos. Ou seja, “[...] a violência necessita ser interpretada em suas várias faces, de forma interligada, em rede, e por meio dos eventos em que se expressa, repercute e reproduz”.¹⁷⁰

Por serem as relações de gênero relações de poder, a violência é uma peça fundamental em sua operacionalidade. Uma definição para a violência de gênero foi formulada por Safiotti, quando considerou que as ações ou omissões que acontecem em relação às mulheres por serem mulheres e sua perpetração são

¹⁶⁴ GALTUNG, Johan. Contribución específica de la irenologia al estudio de la violencia: tipologías. In: JOXE, Alain (Org.). **La violencia y sus causas**. Paris: Unesco, 1981. p. P1

¹⁶⁵ GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

¹⁶⁶ MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁶⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁶⁸ ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

¹⁶⁹ SAFIOTTI, 2004.

¹⁷⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 01, 1999. p. 11.

devidas às relações de poder assimétricas que marcam e delimitam o domínio masculino e submetem o feminino.¹⁷¹

Assim, ao longo da história, as mulheres foram vítimas de diversas formas de violência, sem que os atos de agressão fossem avaliados com repugnância ou reprovação. Pelo contrário, aceitava-se com “naturalidade”, em muitos estratos sociais e em muitas culturas diferentes, que os homens espancassem suas mulheres como meio de educá-las ou de impor-lhes sua vontade.¹⁷² Além desse aspecto, existem ainda outras formas de violência mais sutis e simbólicas, também detentoras de legitimidade, que não apresentam nenhuma vedação legal, sendo vistas com “naturalidade”.

A grande questão de se estudar a violência de gênero é a sua *cronicidade*. A manutenção da dominação masculina não se faz por meio de episódios isolados e discretos, pelo contrário, faz-se numa vitimização contínua.¹⁷³ As diferentes formas de abuso e agressões (físicas, psicológicas, morais, patrimoniais, sexuais) desenvolvem-se em uma escala crescente e resultam, por vezes, na submissão completa das mulheres em seu relacionamento com os homens. O ápice da cronicidade da violência praticada pelos homens contra as mulheres é quando elas a vê como inseparável e necessária nas relações de gênero. As próprias mulheres, ao internalizarem os discursos misóginos, acabam por acreditar nas barreiras sociais que dividem os papéis sexuais e legitimam a violência que recai sobre elas.

Paterman¹⁷⁴ salienta que a manifestação mais explícita de violência de gênero imposta pelo domínio masculino é a de cunho sexual. Ela ocorre tanto no espaço público quanto no privado e ambos decorrem das concepções sexuais de virilidade e passividade dirigidas, respectivamente, para o sexo masculino e para o feminino. Nesse sentido o contrato sexual firmado entre o homem e a mulher encontra-se viciado pelas próprias assimetrias sociais baseadas na estrutura patriarcal falocêntrica. A ideia que remete à formalização de um contrato é de que as partes

¹⁷¹ SAFFIOTI, 2004.

¹⁷² ELIAS, Nobert. Civilização e violência. In: **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

¹⁷³ SAFFIOTI, 2004.

¹⁷⁴ PATEMAN, Caroline. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

que o firmam são possuidoras das mesmas condições e liberdades, porém, no sistema patriarcal, a mulher se encontra-se submissa ao domínio masculino.

No espaço público a violência sexual é representada pela exploração comercial do sexo, podendo o homem a partir de uma contraprestação financeira obter o prazer sexual.

Na esfera privada é observado nos direitos desiguais decorrentes do matrimônio, para o homem o casamento significa acesso ao sexo e para a mulher representa a reprodução. Portanto, tanto na prostituição quanto no matrimônio as mulheres estavam submetidas a meros instrumentos ou meios para saciar as necessidades viris masculinas. O matrimônio forçado, a venda de esposas e o concubinato são algumas das manifestações corriqueiras em diferentes culturas.

Nas sociedades patriarcais a honra da mulher é um conceito sexualmente localizado tendo o homem como referência para a atribuição da virtude. Isso se dá porque a honra é atribuída à mulher pela ausência do homem, quando esta é virgem, ou pela sua presença, somente se for dentro e com o homem ao qual ela está ligada pelo casamento. Essa concepção impõe uma violência moral e psicológica às mulheres e abre caminhos para a repressão da sua sexualidade, ao desconhecimento/preconceito para com o seu corpo. Decorre daí o fato das mulheres manterem com seu corpo uma relação matizada por sentimentos de culpa, de impureza, de diminuição, de vergonha de não ser mais virgem, de vergonha de estar menstruada e entre outras.

Na esfera privada, também há manifestações da violência de gênero, algumas explícitas e muitas ocultas. A família constitui um espaço paradoxal, é um lugar tanto de afeto e intimidade quanto de violência. Nas entrelinhas da violência doméstica estão as prerrogativas do patriarcalismo, pois os homens, que cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, uma vez que lhes cabe o monopólio do uso legítimo da força física.¹⁷⁵ Todavia, ainda que a violência de gênero tenha por foro privilegiado o ambiente doméstico, isso não significa que ela seja um fenômeno da esfera privada, na verdade, ela é a

¹⁷⁵ SAFFIOTI, 2004.

extremidade visível do exercício do poder do homem sobre a mulher igualmente no espaço público.

A violência de gênero possui também uma aura simbólica. Assim, às vezes a violência de gênero, praticada tanto no ambiente doméstico quanto na esfera pública, não é considerada uma violência propriamente dita, sendo, assim, minimizada. Sua real situação é atenuada por não ser uma agressão explícita ou por não ser fruto de uma ação individualmente cruel, mas do direito sócio-cultural legítimo do sexo masculino em submeter o feminino.

Nader¹⁷⁶ tipifica algumas dessas formas de *violência sutil*, e, ao longo de seu texto, faz uma abordagem sobre essa prática e alega que costumeiramente os atos ocorridos no meio familiar não são nomeados de “violência” ou “agressão”; o imaginário coletivo em torno do corpo feminino como também os preconceitos dele decorrentes por vezes não são considerados violências.

A violência de gênero na ordem patriarcal foi um instrumento pedagógico lícito, visto que, se o ordenamento jurídico fosse omissivo, os costumes davam-lhe legitimidade. Desse modo, ela servia para “educar”, como se a mulher fosse uma criança, levando-a a adotar os papéis de gênero, impondo-lhe a submissão e corrigindo-lhe os desvios, ou seja, para colocar a mulher nos lugares que lhe cabiam no sistema de domínio patriarcal. As medidas fiscalizatórias foram adotadas tanto no cerne da família como nos aparelhos de repressão estatais e, em ambos os casos, os propósitos estavam claros: coibir os desvios comportamentais e manter as relações de poder patriarcais.

Percebe-se, portanto, que as relações de gênero se realizam culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico. Elas e suas formas de manifestação estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados. Assim, para compreendê-las é necessário observar a cultura. Ela estabelece conexões com vários aspectos da vivência social nos níveis mais cotidianos e estruturantes, pois a partir dela são modelados a religião, a economia, a política, a educação e a

¹⁷⁶ NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. **História, mulher e poder**. Vitória: UFES, 2006.

violência. Nesse universo, que é o contexto cultural, as representações simbólicas motivam e explicam as práticas sociais, orientando os atores na convivência. Assim, julgou-se oportuno desenvolver um estudo geral sobre as relações de gênero como relações de poder, para em seguida inserir esses estudos nos capítulos posteriores que analisaram o contexto sociocultural na China e no Japão. Essa posição visa reforçar a decisão de desenvolver um estudo específico sobre o evento, evitando-se, assim comparações, os casos que expostos anteriormente visavam demonstrar a relevância do estudo.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO JAPÃO

3.1 A DIALÉTICA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO JAPÃO

Uma enigmática pintura sobre seda retrata duas meninas japonesas sentadas à beira da praia. Julgando-se pela fisionomia podemos crer que as modelos eram irmãs. A primeira menina veste um *kimono*,¹⁷⁷ no estilo *furisode*,¹⁷⁸ possui um *obi*¹⁷⁹ atado ao abdômen e calça sandálias *zôri*.¹⁸⁰ Ela tem ainda seus cabelos compridos caindo sobre o ombro direito na forma de uma longa trança.¹⁸¹ A segunda menina traça um vestido verde em corte ocidental, cuja gola é resguardada por babados, e calça sapatos Mary Janes.¹⁸² Como acessórios, a primeira tem um livro em suas mãos e a segunda segura uma flor, porém ambas parecem estar compenetradas na leitura. O artista acrescentou ao cenário três barcos diferentes. O primeiro, em um banco de areia, é um antigo barco de pescadores movido a remos. O segundo, navegando próximo ao litoral, só tem visíveis suas velas latinas. O terceiro, que se

¹⁷⁷ *Kimono*: a tradução literal é “algo de vestir” e a expressão designava todos os tipos de vestuário, mas com o tempo associou-se as vestes longas usadas por homens, mulheres e crianças. É considerado o traje típico japonês e muito usado nas cerimônias tradicionais. Possui uma variedade de estilos para as diferentes ocasiões e idades.

¹⁷⁸ *Furisode*: é um *kimono* de estilo formal usado por mulheres que ainda não são casadas. As mulheres que o vestem procuram remeter a idéia que elas estão disponíveis para serem desposadas. Normalmente são usados em ocasiões formais como a cerimônia do chá ou o casamento de parentes e amigos próximos.

¹⁷⁹ *Obi*: cinto japonês usado em volta do *kimono* ou do *yukata*. Existem uma variedade de tipos que são usados conforme a ocasião.

¹⁸⁰ *Zôri*: sandálias feitas de palha de arroz, de outras fibras ou de madeira, caracterizadas pelas altas plataformas e utilizadas juntamente com as roupas tradicionais.

¹⁸¹ Os estilos de corte dos cabelos em muitas culturas é um sinal diferenciador social ou cultural. Os longos cabelos da menina, de *kimono*, remetem ao estilo tradicional: as mulheres, provenientes das castas mais abastadas mantinham os cabelos longos. Já a segunda menina, em trajes ocidentais, os cabelos curtos reforçam o processo de modernização da sociedade japonesa.

¹⁸² Sapatos Mary Janes: é um termo em língua inglesa para designar um tipo de sapato utilizado principalmente por meninas, porém no passado também foram usados por meninos. O modelo típico era caracterizado por um calçado de sola baixa, fechado na frente e por uma correia com fivela que passa por acima do tarso do pé.

encontra próximo à dobra do horizonte, é um moderno navio a vapor. Essa obra é intitulada *Umi de ni-nin no on'nanoko* (Duas garotas à beira-mar) e não está datada. Estima-se, porém, que tenha sido produzida na década de 1920. O nome do artista também é uma incógnita, pois a obra foi assinada e selada¹⁸³ por um pintor chamado simplesmente de Kafu. Parece que a intenção do artista ao pintá-la foi compor um cenário que transmitisse o dualismo que a sociedade japonesa atravessava naquele período. Em meio à modernização, havia em certos aspectos o fortalecimento dos valores tradicionais. Noutras palavras, a obra transmite a ideia de busca de uma transformação sem perda da identidade cultural.¹⁸⁴



Figura 1: Duas garotas à beira-mar (1926) – Autor: Kafû

Fonte: BROWN e MINICHELLO, 2001, p.59.

A Restauração Meiji (1868) pode ser vista como o momento inaugural, a partir do qual novos modelos femininos foram propostos pela intelectualidade masculina. Nesse mesmo período, as elites japonesas promoveram intensas transformações socioeconômicas. As mulheres foram atingidas sobremaneira pelas mudanças ocorridas. Muitas das representações e comportamentos idealizados das mulheres

¹⁸³ Pelo costume japonês o artista não apenas assinava a pintura, possuía um selo, chamado de *hanko*, com o emblema pessoal e único, em caracteres *kanji* estilizados, para autenticar sua obra.

¹⁸⁴ BROWN, Kendall H. et al. (Org.). **Taisho chic: japanese modernity, nostalgia and deco**. Honolulu: Honolulu Academy of Art, 2001, p. 58.

sofreram modificações e intensificações devido às transformações advindas da abertura comercial do Japão às Potências Ocidentais e à consequente modernização. Todavia, não ocorreu uma simples adoção dos valores ocidentais, eles se amalgamaram com as crenças e costumes nativos, costurando, então, a rede das relações de gênero. No âmbito político, as relações de gênero foram igualmente delineadas com os mesmos objetivos das reformas macroestruturais de estabelecer uma ordem que não desestabilizasse as hierarquias sociais em vigor, ou seja, para as autoridades políticas com a modernização¹⁸⁵ não se almejava ocidentalizar o país, mas, pelo contrário, tornar viável o Japão tradicional.¹⁸⁶ Essas intenções políticas podem ser constatadas nas transformações na família, nos papéis/representações de gênero, na participação feminina no trabalho fabril e nos comportamentos sexuais.

3.1.1 O modelo familiar tradicional e os papéis/representações de gênero

O sistema patriarcal japonês em vigor no período estudado tinha por alicerces fundacionais os ensinamentos confucionistas, os preceitos budistas e as crenças xintoístas. Com base nos valores e estigmas aventados por esses saberes e crenças, foi costurada uma série de práticas e representações sociais que submeteram as mulheres ao domínio masculino. O primeiro aspecto que devemos observar a fim de compreender o sistema patriarcal japonês é o modelo familiar tradicional e as papéis/representações de gênero que com ele interagem.

A palavra utilizada para designar o “modelo familiar tradicional” na língua japonesa é simplesmente *ie*, todavia o seu significado ideogramático deixa evidente sua complexidade. Ele pode ser traduzido para a língua portuguesa como “família”,

¹⁸⁵ A adoção do termo “Japão moderno” para designar o período da abertura do Japão, em 1853, até a derrota do país na Segunda Guerra Mundial (1945) deve-se à própria produção historiográfica específica. Usualmente os autores estadunidenses, ingleses e franceses utilizam quando fazem remissão ao processo de modernização que ocorreu no Japão período, estendendo-o até o final do segundo conflito mundial, inclusive nos títulos de seus livros e artigos. Os historiadores e tradutores brasileiros recepcionaram esse tempo, no momento em que também o utilizam para designar aquele período. Por sua vez o termo “pré-moderno” é utilizado para designar o período Tokugawa (1600-1853).

¹⁸⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 202.

“propriedade familiar” e “casa”. Esses significados são complementares e levam a considerar o termo latino *domus* sua tradução mais fidedigna, haja vista que, ressaltando as particularidades culturais, em ambas as palavras estão contidas a autoridade patriarcal intrínseca à organização familiar. Isso se dá porque “[...] o termo [ie] designa uma casa ou uma família e compreende todos os membros de mesmo sangue e, também, as ‘visitas’ e empregados”.¹⁸⁷ Não desejando cometer um anacronismo adotando o termo latino para traduzir a palavra *ie*, optamos pelas expressões “casa-família” ou “modelo familiar tradicional” como sendo seus correspondentes.

O *ie* no período pré-moderno consistia num sistema corporativo e conjugava dentro de si mesmo múltiplas relações sociais de poder. Nesse sistema, também as relações de macro-poder e micro-poder estavam entrelaçadas. Afinal era por meio do sistema *ie* como instituição que se relacionavam as autoridades políticas. Internamente, ele abarcava essencialmente três grupos principais em nível de autoridade e importância: os ancestrais, os membros familiares e os dependentes. No topo do sistema estava o patriarca, que detinha o poder absoluto sobre os bens e sobre todos abaixo dele. Tinha o direito de condenar qualquer membro da família à morte ou à expulsão, nos casos que considerasse falta grave aos deveres familiares ou ao nome familiar. O pai tinha também o direito de vender suas filhas se assim quisesse, e poderia tomar como seus os filhos do genro ou da nora. Esse poder patriarcal tirânico, no entanto, apresentava-se como “natural”, necessário e humano.¹⁸⁸ Nas concepções de mundo ideal, a ordem familiar harmoniosa era aquela chefiada pelo patriarca, e a partir dele é que seria possível a continuidade indefinida das ordens econômicas, políticas e sociais.

Atrelado ao poder interno e externo estava sua relevância socioeconômica, pois era ao seu redor que se estruturava toda a comunidade local e geral.¹⁸⁹ As autoridades políticas davam uma enorme importância para a manutenção da estabilidade hierárquica dentro do sistema casa-família, pois elas a consideravam crucial para a manutenção e perpetuação do regime/governo local e nacional.

¹⁸⁷ FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão**: dicionário e civilização. São Paulo: Globo, 2008. p. 478.

¹⁸⁸ DURANT, Will. Os alicerces morais e políticos. In: DURANT, Will. **Nossa herança oriental**. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 579.

¹⁸⁹ WATHALL, Anne. The life cycle of farm women in Tokugawa Japan. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Org.). **Recreating Japanese women, 1600-1945**. Los Angeles: University of California Press, 1991.

Ainda que os discursos das forças hegemônicas divulgassem o modelo familiar tradicional como uma instituição histórica e generalizada, sendo idealmente homogênea em todos os estratos sociais, na realidade as organizações familiares eram um tanto diferentes. As unidades familiares refletiam a particularidades socioeconômicas comunais, adaptando-se às heterogeneidades e às experiências vividas pelos indivíduos. O modelo familiar era flexível diante das condições materiais e simbólicas de cada casta que compunha a sociedade japonesa. Essa flexibilidade, entretanto, não alterava de modo significativo a importância do sistema casa-família nas relações macro-hegemonias e na sustentação da autoridade patriarcal.

Com a intervenção imperialista Ocidental no Japão, abriu-se uma reflexão sobre as tradições nativas. No momento imediatamente posterior à restauração do poder imperial ocorreu a disputa entre os tradicionalistas-conservadores e os modernizadores. No plano político, a corrente conservadora obteve maiores sucessos, mas, no que se referia às mulheres, a balança pendeu inicialmente em favor dos pró-ocidentalização. As propostas relativas às mulheres era um dos pontos sobre o sistema *ie* nos planos das relações familiares e das relações econômicas. Durante as duas primeiras décadas do período Meiji (1868-1912), com a instauração do novo regime despontaram grupos intelectuais ascendentes que se preocupavam em transformar o Japão em uma potência industrial, com hábitos civilizados, similares aos do modelo Ocidental. Os hábitos populares tornaram-se alvo de especial atenção com a reestruturação social passando o trabalho servil para o trabalho assalariado. Conjugada com as transformações macroestruturais da ordem sociopolíticas, trouxe preocupações com a organização da família. Em meados da década de 1870, organizou-se uma nova intelectualidade, que defendia reformas na organização familiar tradicional. Equipados com novos critérios para traçar os relacionamentos sociais provenientes dos saberes Ocidentais, esses intelectuais advogavam a idéia de que a superioridade técnica das Potências Ocidentais diante ao Japão era, em parte, explicada pela fortaleza do sistema familiar europeu. Eles defendiam uma mudança radical – a organização familiar tradicional deveria ceder espaço para a adoção do modelo ocidental – como forma de corrigir as deficiências do povo japonês e possibilitar o desenvolvimento do país.

Um dos grupos mais ativos em torno dessa proposta foi a Meirokusha (Sociedade Meiji dos Seis). Composta por um grupo de intelectuais de origem japonesa e estadunidense, eles tentaram popularizar os saberes ocidentais por meio da apresentação de palestras e da publicação de material impresso. Sua proposta para o sistema familiar era a estrutura unifamiliar monogâmica.

A proposta conflitava diretamente com as representações confucianas e budistas em torno da mulher e dos preceitos concernentes à hierarquia familiar. O modelo ideal, as práticas sociais e os preconceitos misóginos relativos ao sexo feminino, em vigor no período pré-modernização, descreviam as mulheres como seres inatamente inferiores aos homens, pois tinham-nas como completamente destituídas de sabedoria e profundidade intelectual. Em razão destas qualidades “naturais” justificava-se a implementação de uma série de medidas/barreiras que visavam coibir os efeitos negativos dos vícios femininos. Isso significava o estabelecimento de normas comportamentais e de proibições para pô-las em atitudes “compatíveis” com sua condição biológica. As qualidades dos indivíduos encontravam-se condicionadas ao seu sexo, ou seja, naturalizava-se o estigma social. Essa submissão do feminino ao masculino era apregoada em um simples mandamento – *danson johi* (respeite o homem e desdenhe a mulher).

Essa representação era difundida nos manuais do profícuo ramo literário conhecido por *jokun* (preceitos morais para mulheres). O texto mais popular foi escrito por Kaibara Ekken e intitulava-se *Onna daigaku* (Grande ensinamento para as mulheres, 1710), e foi uma referência no período pré-moderno. Os manuais, baseando-se em clássicos chineses e japoneses, descreviam que o “fato” de as mulheres confiarem mais nos instintos/emoções do que na razão fazia delas seres incompetentes. A partir dessa premissa eles advertiam que a principal virtude que as mulheres deveriam cultivar era a obediência. Afinal, quando elas assumissem comportamentos de humilde submissão e seguissem com passividade os desígnios/ordens de seus maridos e demais autoridades masculinas, inclusive no que se referia à criação dos filhos, elas estariam adotando uma atitude benéfica à família.

As razões para o conflito entre o estereótipo feminino pré-moderno com o dos modelos propostos pelos membros da Meirokusha podem ser detalhadas em três

aspectos. Primeiro, porque um relacionamento isonômico entre marido e esposa era baseado na premissa de equiparação entre os seres masculinos e seres femininos. Esse pressuposto ia diretamente contra os preceitos confucianos da inata inferioridade da mulher. Segundo, porque o reconhecimento da esposa como parceira do marido e não como sua serva, com mútua responsabilidade em relação aos deveres da casa, justificava o direito de as mulheres receberem as mesmas oportunidades educacionais que os homens. Essa ponderação rejeitava a avaliação das mulheres como seres completamente destituídos de sabedoria e profundidade intelectual e do seu dever de se submeterem à autoridade familiar masculina incondicionalmente. Terceiro, porque o compromisso da esposa em educar os filhos fazia-as seres corresponsáveis pela formação dos futuros cidadãos nas patrióticas virtudes. Essa responsabilidade negava os pressupostos que impunham o treinamento à docilidade e à submissão, pois elas deveriam ser instruídas para poder educar as crianças e para terem uma atitude ativa.

Percebe-se, portanto, que a Meirokusha tinha por prerrogativa substituir a visão tradicional japonesa do *danson jōhi* por um modelo de inspiração ocidental a partir de uma igualdade diferenciada. Esse movimento viria a ser conhecido como política *jōshi kairyō* (melhoria da condição da mulher). Dois membros desse grupo destacaram-se e assumiram importantes cargos políticos. Eram eles Fukuzawa Yukichi e Mori Arinori. Na avaliação de ambos, o sistema tradicional era anacrônico, sendo imprescindível reformá-lo para assim enfrentar as ameaças imperialistas. Uma das revisões deveria recair em torno do papel feminino.

Essa percepção pode ser observada nas palavras de Fukuzawa Yukichi quando dizia que “[...] quando subtrairmos 18.500.000, o número de mulheres que se diz não serem boas para nada (*yaku ni tatanai*), da população japonesa de 37.000.000, a população cai para a metade, então podemos dizer que a força que suportaria a nação é também limitada para a metade”.¹⁹⁰ Em outro texto, o intelectual fazia outra advertência no mesmo sentido, mas acrescia aos seus argumentos que os danos não se restringiriam à perda da força para suportar o crescimento do país, mas ao

¹⁹⁰ FUKUZAWA, apud NAGY, Margit Maria.1981. **How shall we live?** social change, the family institution and feminism in prewar Japan. Tese (Doutorado em História), Universidade de Washington, Washington D.C, 1981. p. 15-16.

prejuízo que a submissão absoluta das mulheres provocaria na criação dos filhos. Em suas palavras:

Se o corpo [da mulher] é fraco, quando ela conceber um filho, o filho, por sua vez, não será um adulto saudável. O físico das pessoas na nação do Japão naturalmente crescerá pior e, finalmente, vai chegar ao ponto onde será dito que entre as nações do mundo, não haverá nação com debilidades (*bijaku*) físico-mentais como o povo japonês.¹⁹¹

Mori Arinori igualmente contestava as práticas misóginas, por vê-las danosas para o próprio Japão, propondo não apenas uma reforma na esfera produtiva, mas, também, o saneamento da sociedade, moralizando seus costumes. Um aspecto a que deu relevante importância era a organização familiar, pois segundo ele o “[...] relacionamento entre marido e esposa é a fonte de toda a moralidade. É a base da conduta virtuosa. E a conduta virtuosa, por sua vez, é o ponto de partida da força e estabilidade nacional”.¹⁹²

As ideias da Meirokusha defendiam a progressão relativa do status social das mulheres, não por reconhecerem a elas esse direito ou para corrigir uma desigualdade, mas por considerarem necessário para atender os interesses nacionais. Os intelectuais tinham em mente a duplicação dos recursos humanos e o aprimoramento da “raça” japonesa. Com efeito, as ideias dos integrantes desse grupo criticando o sistema familiar tradicional receberam apoio governamental e influenciaram nos planos implementados para a estruturação do novo regime, em especial no que se referia ao sistema educacional. A idealização pregada pelos integrantes da Meirokusha vinculava-se à missão civilizadora das mulheres, que deveriam ser instruídas para aperfeiçoarem a si mesmas e aos seus maridos, com a finalidade precípua de educar os filhos para a nova era que se iniciava, uma era de crescimento econômico e de ameaça externa.

As autoridades políticas do novo regime, que ascenderam ao poder em 1868, tinham o firme propósito de contornar as ameaças imperialistas das Potências Ocidentais e, para alcançar esses objetivos, propunham municiar o Japão com os meios financeiros e militares para esse fim. Essa política de Estado ficaria conhecida como *fukoku kyôhei* (país rico e exército forte) e perduraria, em suas linhas gerais, em vigor até a derrota do país na Segunda Guerra Mundial. Uma das primeiras

¹⁹¹ FUKUZAWA, apud NAGY, 1981, p. 16.

¹⁹² ARINORI, apud NAGY, 1981, p. 16.

preocupações foi a reforma na educação, quando foi instituído, em 1872, o sistema de educação compulsória. A Meirokusha influenciaria no projeto educacional, uma vez que, nas décadas de 1870 e 1880, o conteúdo curricular ofertado para meninos e meninas das primeiras quatro séries do ensino fundamental era idêntico. O material didático e o conteúdo ministrado para ambos os sexos também eram os mesmos, e as crianças frequentavam as mesmas salas de aulas.

O “tradicionalismo camponês”, entretanto, fazia com que os pais vissem com olhares descontentes o ensino para meninas, pois suas filhas deveriam ser postas o quanto antes nos serviços domésticos e na agricultura familiar. O censo de 1876 constatou que apenas 16% das meninas em idade escolar estavam matriculadas e um número menor frequentava normalmente as aulas.¹⁹³ Dois anos depois, em 1878, outra pesquisa indicou que as taxas de frequência escolar tinham aumentado para 22,5%, porém, se comparadas com as dos meninos, na ordem de 53,4%, permaneciam desiguais.¹⁹⁴ O ensino colegial também foi ampliado e em 1879 existiam no Japão 34 escolas de ensino médio, que incluíam um total de 8.000 alunas. Porém, mesmo com a promulgação do Decreto sobre a Educação Feminina (1899), que impôs a cada província estabelecer ao menos uma escola de ensino médio, as 20 escolas criadas no ano seguinte, somadas às existentes totalizaram 54, fazendo o número geral de matrículas elevar-se para 12.000 alunas. Isso correspondia ao aumento de 58,8% no número de escolas e de 50% no número de alunas, concluindo-se que o número de vagas ofertadas era maior que o número de alunas matriculadas. Essa diferença seria ainda maior, uma vez que nas estatísticas não estavam detalhados os locais de ingressos, pois a maioria das matrículas ocorria principalmente nas províncias mais urbanizadas.¹⁹⁵

No contexto cultural japonês, em especial nas comunidades rurais, a ética coletivista guiava as atividades econômicas e as relações sociais. As ideias da Meirokusha, pautadas no individualismo,¹⁹⁶ eram estranhas às práticas cotidianas e contrárias às

¹⁹³ NAGY, 1981.

¹⁹⁴ MACKIE, Vera. **Creating socialist women in Japan: gender, labour and activism, 1900-1937.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

¹⁹⁵ NAGY, 1981.

¹⁹⁶ **Individualismo:** conceito político e moral que visa exprimir a liberdade do indivíduo frente às convenções e regras estabelecidas pela sociedade e pelo Estado. Portanto, o individualismo como proposta política se opõe a toda forma de autoridade, seja ela política ou social, que venha a controlar os indivíduos, pois o controle gera a repressão ao reprimir a ação daqueles. Sua proposta contesta as desigualdades sociais advindas da propriedade, sem contudo defender o coletivismo.

normas de comportamento estabelecidas, eram vistas com suspeitas e sem nenhuma contribuição positiva para a vida comunal. As atitudes individualistas eram consideradas como uma forma de egoísmo, enfatizando vontades particulares em detrimento dos anseios familiares ou da comunidade. A resistência nas áreas rurais para com o sistema educacional igualitário explicava-se porque os camponeses não viam razão para que as meninas aprendessem os mesmos conteúdos que os meninos.

Em paralelo com os insucessos do ensino igualitário, a Meirokusha foi gradativamente perdendo sua influência sobre o governo, sendo substituída por correntes mais conservadoras já na aurora da década de 1880. As ideias desses intelectuais conservadores faziam com que os valores ocidentais se misturassem com os preceitos confucionistas, em especial os voltados para a autoridade e a hierarquia social atrelados ao sistema familiar tradicional. A decadência da Meirokusha em favor dos conservadores, entretanto, não se deu sem um movimento de resistência, pois permaneceram, ainda que com limitada atuação, os movimentos das mais variadas tendências que defendiam a equiparação das mulheres. Dois de maior destaque foram o *Jiyû minken undô* (Movimento pelos Direitos Populares) e o movimento anarcomarxista.

O primeiro movimento teve forte atuação na década de 1880. Foi um movimento político e social, de natureza social-libertária, que advogava por políticas públicas em benefício da população geral, em especial sobre a instituição de direitos civis, do estabelecimento de uma democracia política e da redução da tributação centralizada, em especial a que incidia sobre a propriedade rural.¹⁹⁷ Ainda que seus quadros fossem majoritivamente masculinos algumas mulheres ingressaram neste movimento. Kishida Toshiko foi uma das primeiras e mais expoentes. Para ela o *kokken* (direito de Estado), o *minken* (direitos populares) e o *joken* (direitos das mulheres) eram idênticos em sua essência, podendo, então, coexistir sem nenhuma contradição sistêmica no ordenamento jurídico.¹⁹⁸ Em suas palavras: “Deve ser um dever de qualquer patriota preocupado com o destino de nosso país fazer o nosso

¹⁹⁷ MACKIE, Vera. **Feminism in modern Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹⁹⁸ FUJIEDA, Mioko. Japan's first phase of feminism. In: FUJIMURA-FANSELOW, Kumiko et al (Org.). **Japanese women**. New York: Feminist Press, 1995. p. 325.

país mais civilizado, adotando o que é bom do Ocidente e corrigindo nossas imperfeições”.¹⁹⁹

O segundo movimento contestava igualmente as medidas conservadoras, porém suas críticas iam além das reivindicações de direitos, havendo grupos que clamavam por uma revolução socialista no Japão. Seus quadros eram predominantemente masculinos, mas havia uma preocupação com a condição de classe e a exploração das mulheres. Isso fazia com que, apesar da preponderância masculina entre seus integrantes, existisse um número relevante de mulheres nas organizações dessa natureza. Duas mulheres destacaram-se no movimento: Fukuda Hideko e Kanno Suga. A primeira foi uma ativista marxista, que trabalhou como editora na revista esquerdista *Sekai Fujin* (Mulheres do Mundo) e publicou ativamente também na revista *Seitô* (Estudantes). Em seus textos ela defendia a proposta marxista-feminista para a emancipação das mulheres.²⁰⁰ A segunda foi uma mártir anarquista, a única mulher de um grupo de 12 pessoas que foram executadas, em 1911, pelas autoridades públicas por estarem envolvidas no plano para o assassinato do imperador Meiji (1852-1912), na conspiração conhecida como “Incidente da Grande Traição”.²⁰¹ Ela trabalhou entre os anos de 1899 a 1906 como jornalista no jornal *Osaka choho* (Jornal matinal de Osaka), tendo publicado diversos artigos sobre a prostituição licenciada. Ainda em 1906 ela se mudou para Tanabe e foi trabalhar no *Muro shinpo* (Notícias de Muro), um jornal marxista e pacifista, porém devido a problemas de saúde familiares ela se mudou novamente, agora para Tokyo, indo trabalhar no jornal *Mainichi denpo* (Jornal Telegráfico Diário). Em meio a esse transcurso profissional ela se envolveu nos movimentos de reforma-oposição, sendo que se filia inicialmente na Sociedade Feminina Reformista de Osaka, de caráter cristão, e após sua demissão em 1907 ela se dedicou à causa anarco-marxista.²⁰² A execução de Kano Suga é duplamente importante, não apenas pela presença feminina no movimento radical, mas, também, porque a conspiração marcou o início de uma intensa repressão das autoridades públicas contra os movimentos anarco-marxistas e o endurecimento das proibições impostas às mulheres na participação política.

¹⁹⁹ KISHIDA, apud FUJIEDA, 1995, p. 326.

²⁰⁰ MACKIE, 1997.

²⁰¹ HANE, Mikiso. **Reflections on the way to the gallows: rebel women in prewar Japan**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

²⁰² MACKIE, 1997.

Ao longo da década de 1880 até a de 1920, muitos movimentos de curta duração surgiram contestando o conservadorismo japonês. O acesso relativo à educação em escolas particulares, principalmente, possibilitava a participação ativa das mulheres no debate político. Essas mulheres intelectualizadas eram chamadas de *atarashi no onna* (novas mulheres) e concentravam-se dentro desta denominação, de forma generalizada, as mulheres vinculadas às mais variadas tendências, em especial as de cunho libertário-burguês, individualistas, marxistas e anarcomarxistas. Dentre as principais personalidades destacam-se Hiratsuka Raichô, Shimizu Shikin, Yajima Kajiko e Yosano Akiko entre outras. Esses movimentos, todavia, não conseguiram romper definitivamente o domínio masculino, persistindo assim a propagação das propostas conservadoras, vinculadas ao sistema familiar tradicional e às barreiras misóginas.²⁰³ Esses movimentos foram constantemente reprimidos pelas autoridades públicas. As mulheres foram especialmente atingidas com a repressão governamental, pois em 1890 o governo promulgou uma lei que proibia as mulheres de participar de reuniões políticas, fossem como público ou como oradoras. Dez anos depois, em 1900, as proibições expressas nessa lei foram agravadas e houve a intensificação da repressão aos movimentos populares e grupos feministas.²⁰⁴

Com o declínio da Meirokusha e o agravamento da repressão política, ocorreu a ascensão do conservadorismo. Essa política se fez sentir ainda no ano de 1879, quando foram editados novos regulamentos, atingindo as meninas, que deveriam estudar em salas separadas a partir do quinto ano escolar. Dois anos depois, em 1881, ocorreu a alteração no currículo escolar, que sofreu um retrocesso conservador. O conteúdo ministrado para as meninas e jovens foi reformado, oferecendo matérias concentradas no *kaji keizai* (economia doméstica). Os assuntos versavam sobre costura, limpeza, decoração, culinária, orçamento familiar, etiqueta e demais matérias referentes à vida privada.²⁰⁵ O novo modelo feminino idealizado difundido pelos aparelhos ideológicos de Estado era o *ryô sai kenbo shugi* (doutrina das boas esposas e sábias mães).

A representação ideal contida no modelo feminino apregoado pelo *ryô sai kenbo shugi* deve ser compreendida com base nas três premissas que seguem:

²⁰³ MACKIE, 2003.

²⁰⁴ MACKIE, 2003.

²⁰⁵ SAND, Jordan. **House and home in modern Japan: architecture, domestic space and bourgeois culture, 1880-1930.** New York: Harvard University Press, 2003. p. 56.

- O comportamento ideal para o modelo feminino confuciano de submissão, obediência e autonegação às autoridades masculinas;
- A imagem da mulher como cidadã de mesmo nível que o homem em suas responsabilidades, com vistas a contribuir para o fortalecimento nacional;
- O papel social da mulher como dona de casa capaz e parceira de seu esposo no ambiente familiar.

Ainda que a primeira premissa parecesse contraditória quando conjugada com a segunda e a terceira, todas estavam inseridas numa lógica cultural. A hierarquia social do sistema *ie* era sua ligação imediata, mas atrelados a ele estavam valores e tradições espontâneas e inventadas pelas forças hegemônicas que presidiam a autoridade política central. As apropriações desses saberes e crenças procuravam remeter à continuidade com o passado a fim de legitimar a ordem hegemônica e os micropoderes a ela associados. A partir dessas premissas, foram confirmadas as relações de poder e o controle do masculino sobre o trabalho produtivo e reprodutivo desempenhado pelo feminino.

3.1.2 O controle masculino sobre a reprodução

O casamento é uma prática social-chave para a compreensão do trabalho reprodutivo, do comportamento sexual e da transmissão do patrimônio, pois o processo de regulamentação da linhagem familiar tinha seu início com o casamento. Assim essa prática social era tratada como um assunto demasiado importante, devendo, então, os filhos deixarem a cargo dos pais as decisões. O costume japonês no período pré-moderno avaliava o casamento arranjado como uma boa forma para se firmarem alianças e estabelecerem bons casamentos. Esse imaginário persistiu durante o período moderno, adaptando-se às suas especificidades. Ainda assim, o eixo fundacional que permaneceu fixo, foram as questões de ordem financeira relacionadas ao nome familiar.²⁰⁶

²⁰⁶ MACKIE, 2003.

O processo de apresentação dos possíveis candidatos, por vezes desconhecidos entre si, para o matrimônio era denominado *miai* e começava com a ação de um intermediário chamado *nakôdo*. Essa pessoa assumia o compromisso de procurar um candidato, fazer os primeiros contatos e descrever as qualidades dos interessados. No primeiro encontro formal os candidatos eram acompanhados de seus respectivos pais ou lideranças familiares. O primeiro encontro era também um compromisso do *nakodô* e realizava-se normalmente em locais públicos, tais como os *ochaya* (casas de chá). Com a modernização novos locais eram escolhidos para a realização desta cerimônia, como hotéis e restaurantes ao estilo ocidental.

Somente após o encontro formal é que as famílias iniciavam diretamente as negociações para a realização do matrimônio. Em paralelo às ações do *nakôdo*, era comum que ambas as famílias envolvidas no *miai* fizessem suas próprias investigações e averiguassem se as informações trazidas pelo intermediário eram fidedignas. As principais preocupações eram o status familiar, a vida pregressa e a saúde físico-mental dos candidatos e de sua família. As doenças mentais “eugenistas” também se tornaram uma preocupação durante o período moderno, servindo de motivo suficiente para influenciar os líderes masculinos de uma família a decidirem pela não realização de um casamento economicamente vantajoso, mesmo naquela família que estivesse em decadência econômica, mas mantivesse o status social, pois o nome familiar era o “bem” mais valorizado.

Via de regra, a união dos nubentes fazia com que a esposa ingressasse na família de seu marido. As mulheres, ao serem registradas no *koseki* (livro de registros familiares), perdiam o sobrenome familiar de origem e o controle sobre todas as propriedades que trouxessem consigo. Desta feita, o matrimônio estabelecia uma relação especial entre a jovem esposa e os familiares de seu marido, exigindo que ela servisse seus sogros com irrestrita devoção. A demonstração desse compromisso idealizado requeria da esposa recém-ingressante na nova família a constante atenção aos seus deveres e à etiqueta.

Havia ainda duas outras modalidades de que não condiziam com a regra geral: *nyûfu* e o *muko yôshi*. Em ambos os casos ocorria o ingresso do marido na família da esposa, fazendo-o perder seu sobrenome de origem ao adotar o dela. Porém cada qual tinha suas especificidades. O primeiro caso era quando o marido homem

se casava com a mulher chefe de família. O segundo quando se ligava em matrimônio com a filha do patriarca, eleita para legar o patrimônio familiar e compensar, assim, a ausência de um filho-homem para perpetuar a linhagem. O homem, então, era destituído dos seus direitos para com sua família biológica em favor da herança da família que o tinha adotado.²⁰⁷

A ideia proeminente para a realização do casamento, durante o período pré-moderno, não era o amor, mas, sim, uma forma de assegurar a produção de um herdeiro para dar continuidade à linhagem familiar. No matrimônio, em regra geral, a jovem esposa era um instrumento de procriação, ao invés de uma pessoa.²⁰⁸ O interesse maior das autoridades familiares e dos preceitos sociais associados ao casamento não era o bem-estar dos nubentes, mas, sim, os benefícios que ele traria para a família: preservar o sobrenome e dar-lhe prosperidade.²⁰⁹ Ou seja, os casamentos eram conveniências sociais e políticas, uniões que, na maioria das vezes, não envolviam nenhuma ligação afetiva entre os noivos.²¹⁰

No Japão pré-moderno e moderno não havia a ideia do casamento como uma união indissolúvel e sagrada. Não era um compromisso feito perante uma entidade espiritual suprema. Assim, a prática do divórcio não encontrava barreiras teológicas. Os preceitos confucianos aceitavam que o marido se divorciasse ou repudiasse a esposa com relativa facilidade. Os principais motivos elencados eram aqueles que versavam sobre a ameaça à linhagem familiar, abarcando desde a infertilidade da mulher até o adultério feminino. Havia outras razões que justificavam a dissolução conjugal. Elas versavam principalmente sobre a preservação da harmonia familiar, mas, como a maioria dos pedidos era em benefício do marido em detrimento da esposa, essa harmonia pedia a favor do domínio masculino.

No manual confucionista *Onna Daigaku* enumeravam-se as sete razões que justificavam o direito do marido em repudiar a esposa. Eram elas: desobedecer aos sogros, não ser capaz de conceber um filho, ser lasciva, ser invejosa, ser portadora

²⁰⁷ FUESS, Harald. **Divorce in Japan: family, gender and the state, 1600-2000**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

²⁰⁸ GRIFFIS, William Eliot. **The religions of Japan from the dawn of history to the era of meiji: Shinto, Buddhism and Confucianism**. New York: Harris, 1896.

²⁰⁹ HAUSHOFER, Karl. **Japan und die japaner: eine landes-und volkskunde**. Berlim: Verlag und Druck von B.G. Teubner, 1933.

²¹⁰ SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008.

de letra ou de qualquer outra “doença da alma”, falar demais e ter vício ou praticar roubos.²¹¹

Percebe-se então que na maioria das vezes a causa do divórcio recaia sobre as mulheres ou sobre as representações em torno do feminino, pois eram esses vícios que punham em risco o equilíbrio da família. O direito ao divórcio fazia perpetuar a ideia da mulher como instrumento de procriação, que devia ser descartada caso esta possuísse algum vício. O principal problema era decorrente da própria reprodução, fosse ele o fracasso em conceber um filho-homem ou o fato de ser adúltera, pois em ambos os casos poria em risco a linhagem familiar. No primeiro caso, pela falta de um herdeiro masculino para legar o patrimônio e o sobrenome familiar, no segundo por colocar em dúvida a paternidade da criança. Os preceitos confucianos sobre o adultério e sobre o divórcio, em vigor no período pré-moderno foram ratificados pelo ordenamento jurídico moderno com poucas alterações.

A criação era uma prática em que prevalecia o masculino sobre o feminino. Isso não significava que cabia aos homens educar os filhos. Durante o período pré-moderno o ponto crucial eram os preceitos confucianos salientando que as mulheres, por confiarem mais nos instintos/emoções do que na razão, faziam de si próprias seres incompetentes. Assim, a esposa deveriam submeter-se aos comandos do marido e demais autoridades familiares masculinas na criação dos filhos.

No período moderno, o novo modelo feminino idealizado difundido pelos aparelhos ideológicos de Estado era o *ryô sai kenbo shugi* (doutrina das boas esposas e sábias mães). Seus conteúdos discursivos estabeleciam uma igualdade diferenciada: tanto os homens quanto as mulheres eram responsáveis pela educação dos filhos. Entretanto, os direitos decorrentes desse dever eram diferenciados. As mulheres permaneceram submetidas ao domínio masculino, não podendo firmar contratos, comprar ou vender o patrimônio familiar sem o consentimento do marido. O Código Civil, promulgado em 1898 e em vigor até 1945, classificava a mulher casada como *monôryoku* (pessoa legalmente incapaz), colocando-a no rol de pessoas como deficientes mentais, deficientes físicos (cegos, surdos e mudos), pródigos e menores de idade. Essa condição não se dava por determinações biológicas, mas por

²¹¹ KAIBARA, Apud BARY, Theodore de et al (Org.). **Sources of Japanese tradition**. New York: Columbia University Press, 2005. p. 263.

condições sociais. Ume Keijiro apontava na época que a razão “[...] não era porque a mulher como mulher era legalmente incompetente [...] A mulher solteira e a viúva nas suas capacidades jurídicas não eram diferentes dos homens, a esposa como esposa é que é legalmente incompetente”.²¹²

Durante todo o período moderno até a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, as mulheres foram incentivadas a gerar filhos, fator considerado como a contribuição mais valiosa para a nação, pois a nova geração significava o futuro para o progresso do país, fosse ela como mão de obra para o setor industrial e comercial em contínua expansão, ou para integrar as forças armadas que gradativamente se ampliavam. Nesse período, o número médio de filhos por casal era de cinco.²¹³ Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. A ideologia patriarcal em vigor no período moderno estabelecia a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar como partes da essência feminina. Nota-se assim que as desigualdades de gênero relacionadas com a reprodução apregoadas pelo confucionismo do período pré-moderno permaneceram em vigor com certas adaptabilidades, acomodando-se entre o moderno e o tradicional. O ideal difundido pela *ryôsai kenbo shugi* pouco mudou o destino social das mulheres, mesmo ao abrir-lhe a possibilidade de frequentarem as escolas e de ingressarem no mercado de trabalho, embora em alguns setores elas fossem maioria no corpo operário.

3.1.3 O trabalho produtivo

Tanto no período pré-moderno quanto no moderno, a imagem idealizada para as mulheres desconsiderava a classe social a que pertenciam. Essa universalização da imagem para homogeneizar comportamentos desconhecia a pluralidade de vivências advinda das assimetrias socialmente construídas, que arquitetaram as relações entre os seres humanos. Assim, para a compreensão da relevância do trabalho produtivo das mulheres, nesses dois períodos, é necessário observar não

²¹² NAGY, 1981, p. 40-41.

²¹³ SAKURAI, 2008, p. 310.

apenas o desempenho da mulher nesse setor, mas também a estrutura socioeconômica e familiar em que estava inserida.

Durante o período pré-moderno, o sistema *ie* estava inserido na macroestrutura feudal, pautada em obrigações servis. Não havia ocorrido ainda a separação espacial do trabalho produtivo do reprodutivo. A presença simultânea de ambas as atividades em um espaço ainda não dividido facilitava a participação das mulheres no trabalho produtivo. Isso não significava que a presença feminina na atividade laborativa fosse valorizada. Por razões materiais e simbólicas foram erguidas barreiras e interditos para a participação produtiva ativa de mulheres. Evidentemente, existia um distanciamento entre a idealização e a realidade efetivamente realizada. Afinal, as necessidades e assimetrias materiais impulsionaram as mulheres a desempenhar atividades produtivas.

As barreiras misóginas que limitavam a atuação das mulheres no trabalho produtivo eram mais intensas conforme a família fosse mais próspera ou ocupasse uma posição social de prestígio. Por outro lado, na massa camponesa, a presença feminina nas atividades produtivas diárias era uma constante. Não porque, os camponeses fossem menos conservadores ou supersticiosos, mas, sim, porque sem a mão de obra das mulheres na agricultura familiar e no artesanato, a grande maioria das pequenas propriedades familiares não teria condições de sobreviver. Portanto, a presença feminina era uma resposta adaptativa às condições concretas impostas pelas desigualdades sociais.

Um aspecto social que demonstrava a importância da mão de obra feminina entre os camponeses era a quantidade relevante no número de filhas solteiras nas unidades familiares. Esse fenômeno não era causado por questões de escolha individual ou de falta de pretendentes, era uma estratégia de enfrentamento às contingências ou adaptabilidade às necessidades materiais. O diminuto tamanho das propriedades rurais fazia com que a vida dos camponeses estivesse no limiar, entre a sobrevivência e a inanição. A pequena produção limitava o tamanho das famílias e os poucos recursos advindos da lavoura inviabilizavam a contratação de trabalhadores não consanguíneos. Os recursos insuficientes para dar o dote e substituir a contribuição “gratuita” do trabalho das filhas faziam com que os chefes familiares não autorizassem o casamento delas. Por sua vez os filhos homens não

eram impedidos de se casarem, o que deixava evidente o tratamento diferenciado dado ao sexo masculino. O filho herdeiro tinha o dever de casar para dar continuidade à linhagem familiar e os demais filhos homens eram incentivados a constituírem uma nova unidade familiar. Outras vezes, os filhos de camponeses eram adotados pela família da esposa e, ao ingressarem nesta nova família, poderiam obter vantagens ou favores para a família biológica, haja vista que com o falecimento do patriarca que o havia adotado, ele assumiria a liderança.

O espaço urbano pouco alterava a trajetória do destino feminino. Nas classes abastadas elas estavam segregadas aos espaços domésticos, tais quais as mulheres das elites agrárias, predominando nas cidades, assim como no campo, uma severa disciplina patriarcal. Todavia, dentro dos grupos subalternos, a atividade laborativa feminina era de extrema importância. Muitas mulheres trabalhavam como serviçais nas residências de famílias ricas, desempenhando ofícios ligados às tarefas domésticas.²¹⁴ A contribuição feminina não se restringia a serviços reprodutivos ou aos cuidados do lar, as mulheres assistiam nas atividades comerciais e em muitos ofícios artesanais, sendo uma fonte importante para o sustento da família.

No período moderno, o ideário conservador difundia os modelos idealizados de que cabia ao homem o trabalho e o sustento financeiro da casa, e convinha à mulher respeitar o pai e o marido, cuidar da educação dos filhos e do lar. Porém, como já dito, o modelo idealizado do *ryôsai kenbo* era igualmente uma representação elitista sobre o feminino. O processo de modernização do Japão após a Restauração Meiji inaugurou novas oportunidades laborativas para as mulheres, primeiramente na indústria têxtil e, posteriormente, a partir da década de 1910, na área de serviços.

As desigualdades sociais faziam com que as mulheres das classes subalternas desempenhassem outras atividades além da função reprodutiva. As mulheres das mais diferentes idades trabalhavam nas fábricas, no artesanato e na agricultura. Ou seja, elas continuaram a desempenhar atividades produtivas, acrescentando novas funções às já tradicionais atividades associadas à agricultura e aos serviços domésticos.

²¹⁴ DURANT, 1995.

A indústria têxtil é de suma importância para os estudos de gênero no contexto da sociedade japonesa moderna. O jornalista estadunidense Frederic Abernethy Coleman fala da sua estadia no Japão, em seu livro *The Far East Unveiled* (O Extremo Oriente desvendado, 1918). Ele comenta sobre a sua visita a uma fábrica de tecidos situada em Osaka, ano de 1916, sendo informado de que dos 3.000 operários que lá trabalhavam, somente 700 eram homens. Com base nesta fonte foi possível presumir que as mulheres representavam 76,6% da mão de obra empregada no setor. Dando voz a fonte:

No que diz respeito às condições padrões de trabalho num moinho de algodão padrão em Osaka, me foi dito o seguinte pelo gerente de trabalhos de um deles: “O nosso negócio se estabeleceu há anos, de um ponto de vista japonês. Já existimos há vinte anos. Temos diversos moinhos. Neste operamos 50.000 rocas e 2.200 teares. Do total de rocas 35.000 mantêm 2.200 teares ocupados, e as 15.000 restantes produzem fios de algodão. Empregamos cerca de 3.000 mãos neste moinho, das quais apenas 700 pertencem a homens.”²¹⁵

A conclusão a que se chega a partir dessa fala foi confirmada pelas informações apresentadas por Mackie²¹⁶ e Tsurumi.²¹⁷ Para a primeira autora, as mulheres classificadas nos censos de 1920 e 1930 como trabalhadoras representavam 36,7% e 32,6% da população ativa, respectivamente. Todavia seu número era maior, pois os dados censitários não incluíam as mulheres engajadas nas atividades agrícolas e nos serviços domésticos. Utilizando outra fonte Mackie, lista que, em 1909, 85,2% dos operários do setor têxtil eram compostos por mulheres.²¹⁸ A segunda autora, por sua vez, constata que a média da participação feminina no número total de operários nas fábricas têxteis, entre os anos de 1889 a 1900, era de 73% do total. Posteriormente, Tsurumi, ao examinar os dados de um levantamento feito em 205 fábricas de seda sediadas na província de Nagano, constatou que no ano de 1901 cerca de 91,9% dos 13.620 operários eram do sexo feminino.

As condições de trabalho eram deploráveis e a situação de hipossuficiência social das mulheres surgia ainda na contratação, tendo em vista que muitas delas eram vendidas pelos familiares aos recrutadores das fábricas. A situação agravava-se em

²¹⁵ COLEMAN, Frederic Abernethy. **The far east unveiled**. New York: Cassel & Company Ltda, 1918. p. 171-2.

²¹⁶ MACKIE, 1997.

²¹⁷ TSURUMI, E. Patrícia. **Factory girls: women in the thread mills of Meiji Japan**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

²¹⁸ MACKIE, 1997.

razão de que eram descontados nos salários das jovens os gastos de transporte e alimentação na viagem para as fábricas e as gratificações pagas aos recrutadores. Havia ainda aquelas que abandonavam suas famílias por confiarem em promessas dos recrutadores ou por serem sequestradas.

Nas fábricas, a jornada de trabalho, inclusive a noturna, era de 12 a 14 horas diárias, com breves intervalos para a alimentação. As condições de trabalho eram lamentáveis, uma vez que se tratava de galpões com péssimas instalações de saneamento e circulação de ar. As situações execráveis no trabalho, a extensa jornada de trabalho e a má alimentação faziam com que muitas das mulheres operárias contraíssem doenças – especialmente a tuberculose. Ao término do expediente de trabalho, as jovens eram confinadas em dormitórios vigiados, cujos aluguéis eram descontados nos salários.²¹⁹

O salário médio mensal dessas trabalhadoras era baixíssimo, em torno de ¥ 2,32 no ano de 1890, cerca de 48,3% do salário de um trabalhador do sexo masculino na mesma função, que era de ¥ 4,80.²²⁰ Oito anos depois, em 1898, o salário continuava baixo, era de ¥ 4,05 para mulheres e ¥ 6,83 para homens, o que representava comparativamente uma remuneração de 52,9% do que recebia o operário masculino.²²¹ Comparando os salários do trabalhador japonês com o do indiano, na época em que a Índia era uma colônia britânica, fica evidente como era irrisória essa remuneração: o que os indianos recebiam correspondia a quase o dobro do que se pagava aos japoneses.²²²

As necessidades da produção advindas da crescente expansão do setor industrial pelo abastecimento contínuo de mão de obra incentivava a contratação de mulheres para trabalharem nas fábricas de tecidos. Embora as condições de trabalho fossem deploráveis, a relevância do trabalho desempenhado pelas operárias era glorificada. Desde a década de 1870 o trabalho nas fábricas têxteis de algodão e de seda era divulgado como uma atividade patriótica. Apesar de o discurso elitista do *ryōsai kenbo shugi* avaliar o trabalho feminino fora do espaço doméstico como algo a princípio pejorativo, não havia uma quebra na argumentação lógica. Os discursos,

²¹⁹ MACKIE, 1997, p. 118.

²²⁰ LANDES, 2001, p. 436.

²²¹ TSURUMI, 1990, p. 153.

²²² LANDES, 2001.

atrelados à hegemonia, valorizavam o papel das mulheres com operárias, pois com seu trabalho traziam benefícios para o país e para próprias as famílias. Eram divulgadas ideias de que o trabalho das mulheres nas fábricas era análogo ao serviço militar para os homens.

Assim que chegavam às fábricas, elas eram reunidas para receber as orientações gerais e, no conteúdo dessas palestras, era evocada a importância de seus trabalhos para o benefício delas próprias, de suas famílias e do país. Os motivos eram os mais diferentes, variavam desde “uma renda para auxiliar a economia familiar” até “um trabalho fundamental para o crescimento do Japão”. Juntamente com os discursos de caráter político, existiam também canções que celebravam o trabalho das mulheres nas fábricas como uma forma de cultivar os valores tradicionais, principalmente a piedade filial, e patrióticos.

Os discursos orais e canções eram transcritos em manuais de instruções básicas, escritos em linguagem simples, inclusive com os *kanji* acompanhados do *furigana*, com o propósito de facilitar a leitura.²²³ Por exemplo, na primeira lição contida no manual *Jokô tokuhon* (Operárias Leitoras), publicado em 1911, as mulheres eram encorajadas a trabalhar nas fábricas por diversos motivos, em especial em benefício do Japão. Dando voz à fonte:

Trabalhar em prol do país. A todos, se vocês trabalharem ao máximo de suas habilidades, de manhã à noite, não há lealdade maior que essa ao seu país. Se vocês não trabalharem dessa maneira e ficarem ociosas em casa, o Japão ficará cada vez mais pobre. Portanto, trabalhem com todas as suas forças em prol do país, permitindo assim que o Japão se torne o melhor país do mundo. Cada um de vocês, não importa a idade, não gostaria de se tornar um estorvo para seus pais, que tem de trabalhar incessantemente. Agora que vocês se aventuraram por este grande mundo, trabalhem bem todos os dias e assim trarão uma grande paz de espírito e alegria aos seus pais e irmãos e irmãs mais velhos. Executar o trabalho fabril ao máximo de suas habilidades, como disse anteriormente, é lealdade em prol do país e devoção filial em prol da família. O trabalho deve ser executado altruisticamente. Na antiga canção do alfabeto, não é dito que “não se pode comprar o tipo de progresso que a juventude é capaz de fazer?” Para o seu próprio bem, e a bem da família e do país, dediquem-se, de coração e alma, ao seu trabalho.²²⁴

²²³ A língua japonesa utiliza na sua escrita três alfabetos, são eles o *hiragana*, o *katakana* e o *kanji*. Os dois primeiros alfabetos são fonéticos e o terceiro é ideogramático. Significa dizer, então, que uma pessoa poderia saber falar as palavras, mas se não conhecesse o ideograma correspondente a ele, essa pessoa não teria condições de ler a palavra, pois não havia qualquer indício fonético no *kanji*. Para contornar essa dificuldade da grafia japonesa, foi criado o *furigana*, ele consiste na transcrição fonética, pelo *hiragana* ou *katakana*, em letras miúdas acima do ideograma. Assim o leitor que não conhecesse o *kanji* poderia lê-lo sem dificuldades ou procurá-lo em dicionário com relativa facilidade.

²²⁴ TAKENOBU, apud TSURUMI, 1990, p. 94.

No ideário confuciano a mulher ideal era a “filha obediente” e a “esposa dedicada”, porém, quando era pobre, deveria ser também a “trabalhadora virtuosa”. No trabalho nas fábricas de tecidos eram edificadas as três qualidades: Primeira, porque a filha estaria acatando a vontade dos pais; segunda, porque a esposa estava auxiliando o marido; terceira, porque a súdita imperial estava dando seu esforço para o crescimento do país. Era, com efeito, a evocação dos valores patrióticos entre as operárias uma vertente do discurso nacionalista que advogava a mulher como súdito imperial e corresponsável pelo crescimento do país. Esse discurso estava entrosado com os valores tradicionais confucionistas de piedade filial e *giri/onjin*.²²⁵ Os salários poderiam ser baixos, mas eles representavam uma grande fonte de renda para complementar os poucos recursos da massa da população, na sua grande maioria de camponeses. Com o trabalho, essas mulheres poderiam obter recursos e, ao fazerem uma poupança com suas remunerações, poderiam formar o dote para quando contraíssem o matrimônio.

Convergiam preocupações para estabelecer uma classe dirigente sólida e uma força de trabalho disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaíram pressões acerca do comportamento pessoal e familiar esperado, que lhes garantisse um papel apropriado com os valores da “doutrina das boas esposas e sábias mães”. Nos discursos políticos proferidos pelas autoridades públicas para a consecução dos propósitos no estabelecimento da nova ordem, as mulheres, em igualdade com os homens, eram responsáveis. Na década de 1920, os capitalistas e a elite política conservadora intensificaram a propaganda sobre o “trabalho patriótico” desempenhado pelas mulheres nas fábricas, tornando-se, nos anos seguintes um dos pontos do discurso nacionalista-radical japonês.

A modernização da economia manteve inalterada a base material do patriarcado. Ainda que ocorresse a ampliação da oferta de vagas para meninas no sistema escolar público, este não passava das primeiras séries iniciais. Caso a família desejasse dar continuidade à educação das filhas, estas deveriam ser matriculadas em escolas particulares, pois a oferta de vagas no ensino médio era diminuta. No

²²⁵ *Giri* é uma expressão japonesa que pode ser traduzida como “dever social”, é a atitude ou o comportamento compulsório esperado que o indivíduo pratique. *Onjin* é uma palavra japonesa para designar um benfeitor, podendo ele ser o pai, o professor, o patrão, o imperador. Como forma de demonstrar a gratidão pelas ações do benfeitor o indivíduo deveria mostrar um respeito compatível com o benefício recebido e com o benefício hierárquico do benfeitor.

mercado de trabalho, as oportunidades eram restritas e os salários das trabalhadoras japonesas era em média 50% inferiores aos pagos para os homens.

A dominação-exploração do feminino no sistema patriarcal, todavia, não se limitava a questões de ordem financeira, profissional e educacional. Havia também o controle masculino em torno da sexualidade das mulheres e, por conseguinte, da apropriação pelo homem da capacidade reprodutiva feminina. Em decorrência das assimetrias econômicas e das crenças/saberes simbólicos discriminatórios foi costurado o contexto sociocultural em torno do sexo, que sujeitou as mulheres ao direito dos homens.

3.2 O PATRIARCALISMO E A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SEXO NO JAPÃO

No Japão moderno, as relações de gênero eram relações de poder desiguais, ou seja, o feminino era preterido em favor do masculino. Seguindo nesse raciocínio, a exploração comercial do sexo não poderia ser considerada um serviço como qualquer outro, mas, sim, como uma relação de dominação. Assim, neste segundo tópico coube inseri-lo dentro do contexto sociocultural japonês no referido período, abordando os tipos femininos estigmatizados, a sexualidade e a regulamentação/exploração comercial do sexo pelo Estado japonês.

3.2.1 Os tipos femininos estigmatizados no sistema patriarcal

Durante o período pré-moderno, a prostituição cresceu vertiginosamente nos principais centros urbanos. Esse crescimento se deveu às medidas políticas editadas pelo regime Tokugawa. Como forma de controlar os demais senhores feudais, o xogunato promulgou como obrigação àqueles, o dever de residirem na cidade de Edo por dois anos para cada ano passado em seus feudos. No entanto os bordéis eram estabelecimentos caros, estando, então, fora do alcance da maioria da

população. Ou seja, a prostituição era uma atividade para os homens das elites que não tinham restrições financeiras. Frequentar os *okiya*²²⁶ e prostíbulos era um símbolo e uma manifestação de status social.

Não era problema o sexo, mas, sim, o de deixar-se dominar pelo amor. O ponto de tensão entre os valores morais e a sexualidade estava na colisão entre o *giri/gimu* e o *ninjô* (sentimentos humanos).²²⁷ Não era reprovado o homem que tivesse uma amante ou frequentasse bordéis e *okiya*. A censura social somente ocorreria se aquele homem abandonasse seus deveres para com a família em favor do romance extraconjugal. Fosse ele casado ou solteiro, era seu dever apartar os deveres familiares dos impulsos emocionais. Ou seja, a prostituição não era um pecado, e a prostituta não era estigmatizada pelo seu ofício, mas, sim, pelo uso de artimanhas para fazer os homens se apaixonarem por elas.

A fim de preservar a estrutura do sistema *ie* e do próprio regime político, foram editados, durante na década de 1640 uma série de leis que visavam limitar as influências das cortesãs e *geisha* sobre o alto oficialato xogunal. Visando restringir os contatos, foram criados bairros murados especialmente para abrigar as *geisha*, cortesãs e prostitutas. Somente nesses distritos era permitido que elas morassem e desempenhassem seus ofícios. Os distritos para as *geisha* eram chamados *hanamachi* (aldeia das flores) e para as cortesãs/prostitutas de *kuruwa* (quarteirão da alegria). O acesso a tais distritos era controlado; em frente dos portões de acesso havia postos de vigilância onde guardas e notários fiscalizavam a entrada/saída e anotavam os nomes dos frequentadores.

Com a expansão do setor industrial e do êxodo rural, entre o último terço do século XIX e a primeira metade do século XX, a exploração comercial do sexo foi intensificada e modificada. Os discursos políticos e científicos do período situavam o “errado” da prostituição na própria prostituta, pois argumentavam que o “apetite sexual” masculino era uma condição natural. Isso tinha por reflexo uma série de medidas políticas ambivalentes, mas que possuíam por interseção a supremacia do masculino sobre o feminino.

²²⁶ *Okiya* é a denominação dada ao estabelecimento onde as geisha residiam e desempenham seu ofício. A tradução literal da expressão seria “loja de objetos de arte”.

²²⁷ O *ninjô* é uma expressão japonesa usada para designar os comportamentos que colidem com as obrigações e convenções sociais associadas ao *giri* (dever social).

As barreiras espaciais promulgadas pelo regime anterior foram revogadas, todavia as *geisha* continuaram a servir como objeto para o entretenimento dos homens das classes mais abastadas. A prostituição, por sua vez, foi proibida em 1872, como forma de atender uma das exigências internacionais para a revisão dos tratados desiguais firmados com as Potências Ocidentais. A legislação, entretanto, era letra morta, pois a prostituição continuou a existir, por uma deficiência da própria legislação, que permitia a prostituição mediante a assinatura de um contrato voluntário entre as partes.

A prostituição ampliou-se vertiginosamente com o empobrecimento dos camponeses, que vendiam suas filhas para os *narikin* (novo rico) e agenciadores de empregos que, por sua vez, as revendiam para os bordéis. Nos prostíbulos e *okiya* essas jovens descobriam ter contraído uma dívida com o intermediário, referente aos custos da viagem e ao adiantamento salarial concedido à família. Nos estabelecimentos elas eram submetidas a um contínuo endividamento. Todo material consumido por elas referente a alimentação, moradia, vestuário e medicamentos era cobrado em preços superfaturados debitados de suas parcas remunerações. Embora estivessem em cidades, elas encontravam dificuldades em obterem acesso direto à compra do material fora do estabelecimento, ora por não receberem seus salários integralmente, ora por terem cerceadas as suas liberdades. Muitas dormiam trancadas em quartos e as condições de alimento eram precárias.

O contrato voluntário de empréstimo era o principal subterfúgio usado pelos homens como uma forma de submeterem as mulheres à prostituição, uma vez que, em troca do dinheiro dado aos pais, elas deveriam prestar serviços nos bordéis por anos a fio. Em 1900, a situação da prostituição licenciada foi regularizada pelo governo central, sendo inclusive objeto de tributação e taxaço do serviço, pago pelo estabelecimento, que cobrava por sua vez das prostitutas. A atividade deixou de ser sinônimo de status social para se tornar uma atividade comercial. Segundo estimativas da época, havia, em 1904, mais de 43.000 mulheres morando nos *oikya* e bordéis.²²⁸

Com efeito, a prostituição deixou de ser sinônimo de status para se tornar um comércio. Em ambos os casos a mulher era considerada um mero objeto, um bem

²²⁸ HANE, 1993.

para se usar. Isso ficava evidente na própria arquitetura dos prostíbulos. Durante o período pré-moderno as prostitutas ficavam numa antessala cujas paredes de madeira tinham a forma de um gradeado. Ainda que o gradeado servisse para não deixar as mulheres fugirem dos bordéis, o propósito para essa estrutura arquitetônica era igualmente exibi-las para os clientes, que pelas frestas as observavam para escolher com qual passariam a noite. Essa prática persistiu em alguns prostíbulos, porém sofreu algumas modificações. As exposições daquelas mulheres ao público masculino que frequentava o estabelecimento foram substituídas por fotografias colocadas nas paredes externas dos bordéis. Os homens costumavam observar publicamente, sem que sentissem vergonha, aquele mural para escolherem as moças que os serviriam.²²⁹

Igualmente estigmatizadas eram as *moga*, forma abreviada de *mondan garu* (garota moderna), todavia os motivos para estas eram outros. Na década de 1920, o Japão viveu um período de ascensão da classe média. Ao final da Primeira Guerra Mundial, o país assistiu otimista ao crescimento urbano e à expansão industrial. Em geral o aumento do setor de serviços e do sistema educacional fizeram em geral ampliar as possibilidades de acesso ao lazer e ao consumo entre os japoneses. As *moga* foram uma consequência do crescimento urbano e da internacionalização da economia e da cultura de massas que ocorreu no período moderno. Elas eram o equivalente japonês para as *flappers* e *garçonne* ocidentais. Eram mulheres jovens, oriundas das classes médias, que trabalhavam no setor de serviços. Elas haviam ingressado no mercado de trabalho por motivos particulares, pois diferentemente das operárias da indústria têxtil, as *moga* não trabalhavam para complementar a renda familiar, mas para usufruírem de seus salários.

A independência financeira obtida pelo trabalho externo à família e o fato de serem solteiras faziam com que elas não se sujeitassem aos comandos dos pais, numa atitude contrária à piedade filial e ao modelo familiar idealizado. O discurso conservador ressaltava ainda que elas trabalhavam e frequentavam locais considerados impróprios para as mulheres de boa família, tais como bares e cafés. As *moga* eram retratadas como mulheres depravadas de comportamentos desviantes que tinham uma vida sexual ativa com parceiros ocasionais que elas

²²⁹ BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

mesmas escolhiam. Elas eram consideradas pelos conservadores como a antítese das moças honestas, aquelas que se portavam corretamente, segundo os princípios morais, conservando a inocência sexual, não se permitindo ter intimidades físicas antes do casamento.

A vigilância da *moga* tinha por “motivo” separar as moças consideradas “honestas” das “perdidas”. A repressão advinda da vigilância tinha por sua vez o “objetivo” de corrigir algumas daquelas mulheres para que retornassem “ao bom caminho”. Inconsequentes e deslumbradas pela sociedade do consumo, elas serviam de mau exemplo para as demais, o que justificava os receios de que as “moças honestas” se desviassem do bom caminho. Isso porque o modelo familiar dessa época fazia com que os homens tivessem autoridade e poder sobre as mulheres, sustentando-as. As *moga* representavam a contestação aos papéis femininos delineados no patriarcalismo e demonstravam as brechas do sistema de domínio masculino.

Outro aspecto imputado como “comportamento imoral” era decorrente das doenças sexuais. As mulheres acusadas de estarem infectadas com doenças venéreas eram classificadas em cinco grupos: *shôgi* (prostitutas), *shakufu* (atendentes), *geigi* (geisha), *kôjô* (operárias) e *tsuma* (esposas). As *moga* e prostitutas constituíam os grupos de risco e eram tarjadas da alcunha de *fuketsu na onna* (mulheres impuras). Os jornais e revistas eugenistas imputavam a elas, e não os homens e clientes, pela proliferação das doenças sexuais no Japão. Ou seja, a vigilância pública sobre as prostitutas e *moga* era também uma política de saúde pública.²³⁰

Ainda que as prostitutas, *geisha* e *moga* fossem discriminadas, a exploração comercial do sexo se ampliou no período moderno. Ele seria fiscalizado e não proibido. Afinal, sob o signo do domínio masculino, os homens detinham necessidades especiais que deveriam ser atendidas. Para compreender a exploração sexual do feminino pelo masculino, buscamos as respostas na análise sobre o tratamento desigual do contrato sexual que privilegiou os homens em detrimento das mulheres.

²³⁰ FRÜHSTÜCK, Sabine. **Colonizing sex: sexology and social control in modern Japan**. Los Angeles: University of California Press, 2003, p. 67.

3.2.2 Patriarcalismo e sexualidade no contexto cultural

Não havia na cultura japonesa a noção de pecado no sexo. Ele era parte da vida humana situada no círculo dos “sentimentos humanos” e, como tal, era considerado de todo bom. Por não haver “mal” no sexo, então não havia a necessidade de estabelecer censuras moralistas quanto aos prazeres do sexo.²³¹ Todavia, a liberdade sexual era um direito diferenciado para homens e mulheres. Os preceitos sobre o sexo libertavam os homens e escravizavam as mulheres. As relações sexuais dos homens com várias mulheres não somente eram permitidas, mas também frequentemente incentivadas. Porém antes de adentrar na desigualdade sexual de homens e mulheres e compreender as representações e práticas sociais associadas à sexualidade é fundamental abordar mais uma vez a divisão do mundo em dois círculos, o do *giri* e do *ninjô*. O *giri* não excluía o *ninjô*, o que deveria existir era a consciência dos espaços, não podendo modificar as prioridades.

O primeiro círculo era o mundo do dever decorrente da gratidão, uma devoção com níveis rigidamente hierarquizados. Primeiramente, vinha o dever contraído em benefício do *kokumin sôka* (chefe da família nacional – o imperador), seguia-se então para o *honke* (chefe da casa principal), o *bunke* (chefe da casa secundária) e o *nushi* (chefe-empregador). O súdito/filho/empregado deveria ser obediente e observar suas ações para que estas não causassem danos ou *haji* (vergonha). O segundo círculo era o “mundo flutuante”²³², dos prazeres, era a expressão emocional e instintiva dos homens. O indivíduo poderia ir atrás de seus desejos desde que estes quando concretizados não afrontassem nem prejudicassem o *giri*. O conflito entre o primeiro e o segundo círculo era evidente, mas poderia ser contornado, desde que os indivíduos atuassem de forma que a ação não resultasse na perda de dignidade, ou seja, que não refutasse ou comprometesse a honra familiar ou não causasse *haji* para ela.

²³¹ BENEDICT, 2002.

²³² A expressão “mundo flutuante” deriva do termo *ukiyoe* (pinturas do mundo flutuante), estilo de pintura desenvolvido no Japão ao longo do período pré-moderno. As gravuras retratavam temas teatrais, mitos e os bordéis cortesãos.

Como dito no tópico que detalhou a questão da reprodução, o matrimônio tinha por finalidade precípua perpetuar a linhagem familiar e obter vantagens socioeconômicas e não a união de pessoas que se amassem. Muitos manuais confucianos advertiam sobre o perigo de o marido amar a sua esposa. Era aconselhado que ele adotasse uma postura moderada e comedida, pois o amor o impediria de agir com a razão e poria em “xeque” suas responsabilidades para com os pais. Ou seja, o amor entre o casal era um obstáculo à vida virtuosa e uma ameaça às hierarquias familiares. O sentimento mútuo que deveria existir entre os cônjuges era o da amizade e do respeito permitido a um suserano (marido) ao seu vassalo (esposa) e vice-versa. Os manuais apregoavam ainda que a esposa deveria respeitar seu marido incondicionalmente, o que significava que ela não deveria esperar ser amada por ele. Isso significava, portanto, que o respeito cultivado entre ambos tinha por razão um dever e não pela troca mútua de afetos. O nível de respeito que uma mulher poderia receber de seu marido seria em virtude das qualidades e dos feitos da esposa em favor da família dele. Adotar uma atitude de autoabnegação e humildade era um comportamento que deveria ser valorizado, pois a mulher teria superado a sua condição biológica como ser feminino. O estágio de valor mais elevado que uma mulher podia alcançar era ter concebido um filho-homem saudável para assegurar a linhagem familiar.

Durante o período moderno, o debate em torno do *jiryren'ai* (amor romântico livre) obteve maior visibilidade, porém, ainda que muitos intelectuais advogassem em sua defesa o consenso permaneceu vendo-o como volátil, irracional e perigoso, pois o julgavam pouco relevante ao proveito familiar ou resultaria em *shinjû* (suicídio amoroso).²³³ Na época, o casamento tinha uma função mais social do que afetiva. O calor simbolizado pelo *irori* (braseiro) localizado no centro da residência vinha do cumprimento das tarefas ligadas aos deveres *giri/gimu* decorrentes do casamento e não do amor mútuo cultivado pelos cônjuges.²³⁴

O direito ao divórcio privilegiou os homens em detrimento das mulheres. O marido poderia repudiar a mulher por motivos referentes à linhagem, aos deveres dela para com pais e para com o nome familiar dele. O julgamento negativo para os homens que se divorciavam se dava quando estes tivessem dado maiores atenções aos

²³³ MACKIE, 2003.

²³⁴ SAKURAI, 2008.

seus desejos pessoais do que ao seu código de obrigações. Como no sistema patriarcal tradicional, os pais ocupavam uma posição privilegiada. Os filhos deveriam aceitar e obedecer aos desígnios daqueles, ou seja, eram as lideranças familiares que ditavam a última palavra. Caso o marido se negasse a repudiar a esposa estaria deixando-se dominar pelo *ninjô*, ou seja, estaria adotando uma atitude não racional e individualista. De outro lado, se o homem desejasse separar por estar apaixonado por outra mulher, igualmente seria considerado de dominado pelas emoções e egoísta. Ele estaria ultrajando o nome da família por um motivo torpe e, se as lideranças não concordassem com o divórcio, estaria contrariando a piedade filial.

Enquanto no matrimônio o objetivo do sexo era produzir o herdeiro masculino, nas experiências extraconjugais a finalidade era a satisfação dos desejos. Era seu direito, como ser-homem, obter o prazer de ser entretido pelas mulheres dos prostíbulos e das casas de *geisha*. Por vezes esses homens faziam das prostitutas e *geisha* suas amantes. Neste último caso havia um termo específico para essa relação – o homem se torna *danna* (patrono). O fato do homem ter uma amante era símbolo de status social entre os demais, caso a amante fosse uma *geisha*, maior seria então o status.

O adultério masculino não era considerado crime pela lei. A ressalva figuraria apenas quando a amante também fosse casada. Ainda assim ele somente seria punido se o marido da amante o processasse. Por outro lado, o adultério feminino era crime de qualquer forma, independentemente de o amante ser solteiro ou casado. A esposa adúltera responderia criminalmente. Se condenada poderia receber uma pena de até dois anos de prisão, além da família desta ter que reparar financeiramente o marido traído. O adultério feminino autorizava que o homem pedisse o divórcio e requeresse a guarda dos filhos com a separação, estando as mulheres, então, desprotegidas economicamente. As esposas deveriam reconhecer esse direito masculino, pois era uma forma de canalizar a potencialidade sexual dos homens. A ressalva era quando ele contraísse doenças venéreas, pois o contágio colocaria em risco a “raça japonesa”, sendo lícito à esposa inclusive requerer a separação.²³⁵

²³⁵ MACKIE, 2003.

Constata-se, portanto, que tanto a “mulher idealizada” quanto a “mulher estigmatizada” e a “mulher operária” eram tratadas como meros objetos e não como seres humanos. A vocação para a maternidade e a vida doméstica eram as marcas da feminilidade, já a iniciativa, a atuação no mercado de trabalho e a virilidade seriam as características da masculinidade. A naturalização dos destinos sociais faziam com que as mulheres fossem pessoas com “capacidades” limitadas quando comparadas com sua contra parte masculina. Portanto, sob o signo do patriarcalismo japonês as mulheres eram objetos para a satisfação sexual dos homens ou como reprodutoras dos herdeiros e como força de trabalho. Isso era devido ao fato de que a modernização não alterou a base material e os valores simbólicos do sistema patriarcal, pelo contrário, as reformas socioeconômicas e as adaptações culturais ratificavam as barreiras misóginas e preconceituosas em torno do feminino.

CAPÍTULO IV

STATUS E SEXUALIDADE FEMININA NA CHINA

4.1 STATUS SOCIAL DA MULHER NO PERÍODO IMPERIAL E NACIONALISTA

O ideograma para designar “mulher” nos dá os primeiros indícios para a compreensão da representação social do gênero feminino e do status social do indivíduo do sexo feminino no contexto sociocultural chinês. Sinólogos se dividem quanto a origem de sua representação pictográfica. Um grupo considera que a imagem do ideograma representa uma mulher de seios grandes, tal como a imagem das Vênus pré-históricas. Um segundo grupo argumenta que imagem representa, na verdade, a imagem de uma pessoa de joelhos. Ambas as interpretações em torno do ideograma são especulativas, porém entre as correntes há umnexo de ligação, quando a primeira ratifica a ponderações da segunda ao reconhecer que o ideograma sofreu ao longo da trajetória histórica um processo de reinterpretção, fazendo com que o significado original sofresse modificações para remeter a idéia de atitude de submissão.²³⁶

Os preceitos misóginos em vigor na China republicana (1912-1949) foram adaptações dos valores e tradições que remontam ao período Qing (1644-1912). Durante esse período as políticas reformadoras implementadas por Sun Yat-sen pouco dedicaram as atenções para valorizar socialmente as mulheres.²³⁷ Dessas limitadas reformas, poucas foram efetivamente implementadas, tendo surtido efeitos apenas nas áreas urbanas e nas famílias da classe-média. Isso porque o movimento de contestação e reforma da posição social das mulheres na sociedade era

²³⁶ LEE, Pik Kuen Anne. 1994. 136 fls. **Sexual violence against women in Hong Kong: socio-structural & cultural perspective**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia, University of Hong Kong, Hong Kong, 1994, p. 93.

²³⁷ ALVES, Ana Cristina. **A mulher na China**. Lisboa: Editorial Tágide, 2007.

promovido por membros da elite intelectual chinesa pró-ocidental.²³⁸ López, sobre as limitações das reformas legais feitas durante o período republicano, comenta que:

Na China republicana (1912-1949) houve a tentativa de reduzir o impacto das influências do confucionismo na família. Aspectos tradicionais e modernizadores foram combinados no Código Civil de 1930 para criar uma nova estrutura social de acordo com as necessidades da emergente sociedade burguesa sem que abrisse mão da identidade própria da cultura Han. Manteve-se a autoridade masculina dentro da família (tradição), caracterizada pela fidelidade entre os cônjuges, o direito ao divórcio para ambos – sob custódia paterna – e a herança familiar das mulheres, mas em menor quantidade do que as partes correspondentes aos seus irmãos. Apesar deste reconhecimento, a dependência econômica das mulheres chinesas impedia que pusessem em prática as situações previstas na lei.²³⁹

Historicamente as mulheres eram vistas desde a dinastia Ming como inferiores aos homens e tinham posição subalterna na sociedade. Durante o período republicano elas não podiam ter propriedade e tinham direitos limitados à herança. No livro "Preceitos da Mulher" são ressaltados que desde tempos antigos era feito o seguinte rito: Após três dias do nascimento de uma filha, a recém nascida era deitada sob o leito e, junto a ela, era colocada uma telha de barro, enquanto se procedia aos sacrifícios de família. Bueno²⁴⁰ analisando os elementos que continham o rito salienta que deitá-la sob o leito se referia à condenação a uma vida inteira de sujeição; a telha, feita de barro, fazia remissão a vida de intenso trabalho em serviço de seu marido; e os sacrifícios simbolizavam o seu dever enquanto “instrumento de reprodução” para perpetuar a linhagem masculina.

Isto posto, as mulheres na China eram vítimas de preconceito desde o nascimento. Muitas meninas eram abandonadas ou mortas pelos pais, que esperavam por um herdeiro masculino. A preferência por filhos homens possui raízes nas práticas tradicionais e nos valores confucionistas. Neste sentido, Wolf salienta que:

O nascimento de uma menina sempre causou uma certa consternação na China. Ela não era um membro da linhagem paterna e não podia (exceto sob circunstâncias inusitadas) nem mesmo prover sua linhagem paterna com descendentes. Na época em que ela alcançava a idade suficiente para ter um mínimo de utilidade no trabalho, tinha que ser enviada como noiva para uma outra família. Dada a estreita fronteira entre sobrevivência e inanição dentro da qual muitos camponeses chineses vivem, o alto índice de infanticídios femininos na China tradicional não é de surpreender.²⁴¹

²³⁸ LÓPES, Amelia Sáiz. Mujeres y género en la sociedad china contemporánea. In: **Visions de la Xina**. Lleida: Institut d'Estudis Ilerdencs, 2009.

²³⁹ Ibid, p. 170-171.

²⁴⁰ BUENO, André. **Os deveres femininos**. s/d. Disponível em: < <http://amulhernachina.blogspot.com/2010/07/os-deveres-femininos.html>> Acessado em: 10 de setembro de 2010.

²⁴¹ WOLF, Margary. Mulheres chinesas: antigos costumes em novos contextos. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist et al (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 164.

Esse tratamento diferenciado para os dois sexos, favorecendo os bebês do sexo masculino, fica demonstrado nas fontes consultadas, quando, por exemplo, John Rabe organizava pequenas celebrações para os filhos das refugiadas abrigadas no jardim de sua casa. Cada recém-nascido ganhava como presente US\$ 10,00 se fosse menino e US\$ 9,50 se fosse menina. Ele explicava essa diferenciação porque as “meninas na China não valem tanto quanto os meninos”.²⁴²

A sociedade chinesa nesses períodos era marcada por uma hierarquia extremamente severa, e essa estrutura quando associada às representações de gênero fazia com que a condição social da mulher fosse de submissão. As assimetrias de poder entre os gêneros masculino e feminino influenciavam na condição das mulheres, impondo-as uma situação de maior fragilidade social.

Os valores confucianos dominavam o comportamento social chinês, seus preceitos codificavam vários aspectos da vida diária. A conduta ideal da mulher segundo essa corrente filosófica fica ilustrada no seguinte parágrafo do manual “Preceitos da Mulher” quando salienta que:

Sê modesta e respeitadora; prefere os outros a ti própria; se tiveres praticado o bem, não o proclames; sofre com paciência o insulto e a crítica; receia sempre que possas praticar o mal; deita-te tarde e levanta-te cedo, não temendo a primeira aurora, que se vislumbre antes do nascer do Sol; sê industriosa e nunca recuses um labor, porque seja pesado ou difícil, nem desprezes outro, porque te pareça fácil; cultiva a perfeição em tudo o que faças e dispõe o que tenhas que ordenar metodicamente. Sê serena e modesta; procura dominar os teus instintos e serve teu marido.²⁴³

Outras restrições figuravam o impedimento das mulheres realizarem o culto aos ancestrais e de herdarem a linhagem familiar. O matrimônio rompia com a piedade filial da família original, pois cabia ao filho homem a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice. Isso significava que a mulher quando casada deveria responsabilidades para com a família de seu cônjuge.²⁴⁴

Os efeitos do casamento não se resumiam à piedade filial e ao amparo na velhice. Depois do casamento todos os direitos de um trabalho da mulher e sua descendência pertenciam à família do marido. Sua família de origem tinha a obrigação de observar se ela não era maltratada, mas a menos que possuísse condições de arcar com os custos de um divórcio e sustentá-la após o rompimento

²⁴² RABE, 2000, p. 213.

²⁴³ BUENO, s/d.

²⁴⁴ ALVES, 2007.

do enlace conjugal, a família biológica pouco podia fazer para demonstrar sua insatisfação diante ao tratamento dado à filha pela família do marido. Sobre o reconhecimento do parentesco e a linhagem familiar tradicionais Wolf diz que:

[...] uma vez casada, mantinha somente laços frágeis com o grupo doméstico no qual cresceu. O casamento dava a ela um lugar no grupo doméstico do marido, mas seu relacionamento com o grupo de origem dele era mais ambíguo. Ela não tinha lugar na linhagem genealógica a menos que desse filhos a esta, e o reconhecimento formal da sua contribuição para a linhagem só era feito após a sua morte. Sem filhos, o registro de sua existência era limitado a uma placa no jazigo familiar e um eventual anonimato.²⁴⁵

A cultura chinesa é carregada de regra e ritos e convenções sociais. Muitas delas dizem respeito às mulheres, à forma como elas deveriam agir e ao que lhes era proibido.²⁴⁶ A proibição de realizar alguns ritos trazia consigo uma enorme carga de violência simbólica. Isso porque a observância dos ritos era avaliada como positivo. Alves, ao comentar as ponderações feitas pelos filósofos confucianos Meng Zi e Xun Zi, ressalta que:

Para Mêncio os ritos nada mais eram que o reflexo de um coração bom e puro que o homem possui já à nascença. Eles regulam do exterior, no meio social; mas são simultaneamente o reflexo de grande bondade interior, quem é bom, tem maneiras; quem se deixou degradar não é capaz de ser respeitador e cerimonioso. [...] Já o mesmo não se passa com Xunzi para quem a natureza humana é naturalmente má, ou seja, selvagem e egoísta. Para este filósofo os ritos são absolutamente necessários. Funcionam como princípios racionais, reguladores e organizadores da conduta humana. Eles separam os seres humanos, dando a cada um o seu lugar na ordem social e familiar. Sem os ritos, o homem estaria sempre à beira do abismo. Nada o diferenciaria dos animais e da natureza mais brutas, mas os ritos impõem distâncias e cerimônias, coíbem comportamentos instintivos e violentos [...]²⁴⁷

Desta feita as mulheres ao serem proibidas de realizarem alguns ritos tanto confirmava sua posição subalterna na sociedade e no seio doméstico quanto reforçava o imaginário coletivo que impunha ao sexo feminino sua condição inatamente inferior ao homem.²⁴⁸

O rito do matrimônio não buscava unir duas pessoas que se amavam uma vez que seu objetivo era assegurar a transmissão dos bens e do status social à descendência, uma condição/posição ao menos similar da que se beneficiavam os ancestrais. Significa dizer, portanto, que o matrimônio visava de um lado ceder as

²⁴⁵ WOLF, 1979, p. 165.

²⁴⁶ ALVES, 2007.

²⁴⁷ ALVES, Ana Cristina. Os ritos chineses. **Revista Macau**, n. 14. s/d. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=014083>> Acessado em: 27 de agosto de 2010.

²⁴⁸ ALLISON, E. Robert (Org.). **Understanding the chinese mind: the philosophical Roots**. Hong Kong: Oxford University Press, 1989.

jovens, negociando da melhor maneira possível o seu poder de procriação e as vantagens que elas poderiam legar à prole e, do outro, casar os rapazes com mulheres que trouxessem benefícios à família destes.

As mulheres que pertencessem à família das elites poderiam ocupar três níveis hierárquicos. As de status mais elevado eram as esposas legítimas. Porém, mesmo tendo que cumprirem os deveres de piedade filial à família do marido, abandonando as ligações familiares com sua família biológica, eram condenadas a serem consideradas estrangeiras na família que havia ingressado. Sua única finalidade era preencher sua função primordial: gerar filhos homens ao grupo familiar que as acolhia. Apesar de possuírem um status mais elevado, as esposas legítimas eram tratadas como propriedade do marido, tendo sobre elas poder de vida e morte. Em meio a essa situação de desamparo as mulheres só possuíam somente dois recursos para se defenderem. O primeiro era a sua família biológica, mas essa estava limitada as condicionantes econômicas. O segundo meio de defesa consistia nela própria.²⁴⁹

No nível intermediário estavam as concubinas. Essas mulheres viviam na mesma casa da família e deviam obediência à esposa legítima, o seu status era apenas ligeiramente superior ao de uma empregada doméstica. Na base estavam as filhas e as servas. Estas igualmente como as concubinas estavam submetidas de forma absoluta pela autoridade paterna. Os pais tinham o direito de vendê-las, dá-las ou deserdá-las se assim desejassem e os únicos protestos que elas poderiam fazer seria apelar para a caridade e para a Lei do carma.²⁵⁰

As mães, esposas, concubinas e filhas dos homens abastados viviam em verdadeiros guetos. Elas mantinham uma convivência restrita e vigiada com as mulheres não aparentadas das autoridades masculinas. Eram vedadas as mesmas de atuarem na esfera pública, estando submetidas a todos os responsáveis homens pelo destino familiar, isto é, todos os homens que possuíam algum direito sobre o patrimônio.²⁵¹ Nas famílias camponesas, por sua vez, não praticavam a segregação das mulheres. Dada a estreita fronteira entre sobrevivência e inanição dentro da qual

²⁴⁹ WOLF, 1979.

²⁵⁰ ALVES, 2007.

²⁵¹ Ibid.

muitos camponeses chineses viviam tanto os homens quanto as mulheres trabalhavam nos campos.²⁵²

Percebe-se, portanto, que o pai era um autocrata supremo, ele tinha o controle total sobre o patrimônio familiar e os direitos exclusivos de pleitear na esfera pública. Cabia também ao patriarca negociar as transações que resultariam nos casamentos arranjados de seus filhos. A perda do vigor físico de um idoso era contrabalançada pelos preceitos confucianos que remetiam a ele a sabedoria do ancião. Assim, enquanto permanecesse em perfeitas condições mentais, o patriarca tinha o aval para exercer o domínio da vida familiar. A investidura desse poder era particularmente sentida pelas mulheres, pois a destituição dos seus direitos sobre os bens e recursos levava-as a uma condição de fragilidade e debilidades sociais que intensificavam a sua submissão.

4.2 SEXUALIDADE FEMININA E ESTUPRO

4.2.1 Patriarcalismo e sexualidade no contexto cultural

O sexo não era concebido na China como uma atividade profana, pelo contrário, ele fazia parte da natureza humana, sendo tão necessário quanto se alimentar ou respirar. Isto posto, a sexualidade chinesa nunca sofreu uma repressão teológica, os chineses não avaliavam como negativo a sua prática. Isso não significava que fossem livres de preceitos morais. O ato sexual devia ser feito mediante o consentimento mútuo. Não havia também uma associação idealizada entre sexo e amor, podendo ser praticado apenas pela busca do prazer.

Porém, mesmo não possuindo interditos religiosos, o sexo era objeto de regulamentação. Essa regulamentação fica evidente no tratamento diferenciado em torno da liberdade sexual para homens e mulheres. O campo da sexualidade masculina lícita não se restringia ao quadro conjugal. A moral masculina aceitava

²⁵² WOLF, 1979.

que o marido se satisfizesse não apenas com a esposa, ele poderia ter concubinas, manter amantes e freqüentar prostíbulos. Em contrapartida, para a mulher era erguida toda uma teia de interditos que visava garantir a virgindade desta quando solteira e a fidelidade após o matrimônio.

O concubinato reforçava a posição subalterna da mulher na sociedade e era um instituto que demonstrava as assimetrias dos comportamentos sexuais para os homens e para as mulheres. As concubinas eram tratadas como mera propriedade, sendo consideradas por eles como fonte de prazer sexual e instrumentos para aumentar as chances do patriarca ter um herdeiro do sexo masculino. O limite no número de concubinas era dado pela fortuna do homem, podendo este ser dono de quantas pudesse sustentar.

A prostituição era outro costume que reforçava a posição subalterna da mulher na sociedade. Durante o período republicano ela se expandiu vertiginosamente, deixando de ser um entretenimento cultivado pelas elites para se tornar efetivamente uma transação financeira. Até o final do século XIX a prostituição era uma atividade desempenhada por cortesãs. O elevado custo para freqüentar as casas das cortesãs era sinônimo de status social. Conforme a China sofria a influência do Ocidente, a exploração comercial do sexo tornou-se mais presente. Em cidades como Shanghai, o número de prostitutas era elevado.²⁵³

Mesmo com os protestos de movimentos moralistas, muitos deles associados a missionários cristãos, as práticas do concubinato e da prostituição permaneceram em franca proliferação. Os incentivos vinham da fragilidade das mulheres e a não condenação dos homens. Em todo caso tanto o concubinato quanto a prostituição não eram considerados crimes, haja vista que em ambos os casos havia o consentimento de ambas as partes da relação.

4.2.2 O estupro

²⁵³ HENRIOT, Christian. **Prostitution and sexuality in Shanghai: a social history, 1849-1949.** New York: Cambridge University Press, 2001.

O estupro era avaliado pelos chineses como uma forma de violência simbólica, pois carregava consigo uma agressão a toda a coletividade, sendo esta a unidade familiar e o grupo étnico. Nos dois casos era porque o estupro punha em risco a pureza da linhagem familiar. Essa percepção era conhecida pelas autoridades militares japonesas, pois um documento produzido pelo Alto comando japonês, datado de 1932, trazia as seguintes observações: “Os chineses valorizam em muito a honra, para preservar a aparência tratam suas esposas com respeito. Entre todos os atos imorais e violentos, os chineses avaliam o estupro ser o pior e consideram um problema social gravíssimo”.²⁵⁴

Para ter uma noção exata dos comentários contidos no documento é necessário compreender os valores chineses destinados para as mulheres, especificamente em relação ao comportamento sexual. Os quatro princípios ideais da cultura confucionista chinesa eram *xiao* (piedade filial), *yi* (justiça), *zhong* (lealdade) e *jie* (fidelidade). Atrelado a eles há o costume tipicamente chinês denominado *meimianzi* (perder a face). A noção de *mianzi* (face) tem relação com o prestígio conquistado perante os demais, assim “perder a face” pode ser considerada as ações e comportamentos que afetam a posição social e seu poder de influência dentro de uma rede de relacionamentos.

Quando analisados os valores/costumes chineses sobre o ângulo da sexualidade destacava-se a valorização da castidade feminina a partir das premissas da fidelidade. Ela se refere não apenas à pureza sexual, mas principalmente à fidelidade absoluta para o único marido. Em sua contra parte o marido durante os períodos imperial e nacionalista poderia possuir quantas concubinas pudesse sustentar, prática esta que reforçava a posição subalterna da mulher na sociedade. Ou seja, a posição de inferioridade social das mulheres era baseada em fatores materiais e simbólicos, porque as concubinas eram tratadas como propriedade do homem e podiam ser vendidas ou dadas como presentes.

Neste sistema cultural a mulher deveria considerar essa virtude um *lie* (dever-martírio), um compromisso e auto-sacrifício que somente terminaria com a morte ou o suicídio. Os costumes em torno do comportamento sexual através dos períodos

²⁵⁴ Kantôgun sanbôbu senden sankô, apud. YOSHIMI, 2000, p. 49.

imperial e nacionalista chinês eram avaliados como meios de controle social e ideológico associando as relações pessoais com a ordem política.

A não observância dos valores confucionistas em relação à conduta sexual era chamado *jian*, no período imperial, e *si*, no período nacionalista. Sommer salienta que não há uma tradução equivalente para essas expressões na língua inglesa, sendo geralmente traduzidos como “ofensas sexuais”, todavia, o termo *jian* e *si* podem ser utilizados como substantivo, verbo transitivo e adjetivo. Assim a expressão deve ser analisada dentro do contexto da narrativa textual.

A associação das relações pessoais com a ordem política fica evidente quando se utiliza o termo *jian* para designar a desordem sexual como uma forma de desordem política. Por exemplo, *jianfu* significa “esposa adúltera”, a tradução literal seria “esposa que trai o seu marido”, e *jianchen* significa “ministro traidor”. O termo *si* segue no mesmo raciocínio, tendo conotações tanto políticas quanto sexuais. Por exemplo, *sitong* pode ser traduzido como “contato ilícito”, tanto no sentido de “adulterio” quanto “comunicação com um inimigo”. Noutras vezes o termo *si* parece conjugado com *jian* para enfatizar a conduta ilícita.²⁵⁵

Nas classes mais elevadas a fiscalização em torno da fidelidade feminina era feita pelos familiares e pelos servos, a mera suspeita era causa para que fosse assassinada em nome da honra masculina e familiar. Essa fiscalização fica clara quando Chang relembra o seguinte episódio.²⁵⁶

O estupro era uma modalidade específica de *jian*, chamado de *qiang jian* e literalmente significa “ato sexual ilícito coercitivo”. A coerção da mulher, todavia apenas diminuía sua parcela de culpa, mas não a eximia por completo, podendo o pai ou o marido daquela repudiá-la pela desonra que causara.²⁵⁷ Ou seja, a mulher era discriminada pela agressão que sofrera. Essa situação fica demonstrada quando John G. Magee relata que no dia 16 de janeiro de 1938 uma mulher que se refugiou no Colégio Ginling foi estuprada quando retornava para sua casa. Após o abuso ela

²⁵⁵ SOMMER, Matthew H. **Sex, law, and society in late imperial China**. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 30-2.

²⁵⁶ CHANG, Jung. **Cisnes selvagens: três filhas da China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45.

²⁵⁷ SOMMER, 2000, p. 66-68.

se dirigiu para a Universidade de Nanking pedindo abrigo, pois estava envergonhada e não desejava encontrar suas antigas companheiras do colégio.²⁵⁸

Percebe-se, portanto, que o estupro não era um crime simplesmente por ser uma agressão contra uma mulher, mas, sim, porque era uma ameaça à linhagem familiar e a pureza étnica. Essa avaliação sobre o ato estava em sintonia com os valores tradicionais da cultura chinesa.

²⁵⁸ CIZSN, apud. BROOK, 2003, p. 88-9.

CAPÍTULO V

VIOLÊNCIA SEXUAL NO “MASSACRE DE NANKING”

5.1 ESTUPROS COLETIVOS E EM MASSA

O estupro pode ser considerado uma forma de tortura. Todavia, há de se reconhecer uma distinção elementar que faz a gravidade dessa forma diferir das demais. Ela não envolve apenas uma maior severidade de agressões físicas, mas também uma submissão do sexo e do gênero feminino e uma invasão à intimidade do indivíduo.

Na tortura sexual são usados tanto o órgão sexual masculino quanto objetos inanimados, tais como garrafas quebradas, bastões/varas e canos de armas. Os agressores valiam-se desses instrumentos para abusar de suas vítimas, o que provocava severas lesões e hemorragias internas, principalmente nos órgãos sexuais. No caso do órgão sexual, os danos causados referiam-se à violência da conjunção carnal e às doenças venéreas. Já no que se tange aos bastões cabe ressaltar que por vezes eram quebrados ou cortados quando ainda estavam dentro das mulheres, a fim de dificultar a sua retirada. Os objetos inanimados carregavam, intencionalmente ou não, em sua superfície sujeiras e bactérias e quando os detritos se alojavam na vagina resultavam em infecções graves que no mínimo podiam tornar as mulheres inférteis ou levá-las à morte.

Mas esse ato não se limitava apenas às agressões físicas. O estupro é uma forma de tortura que violenta também psicologicamente. As mulheres eram humilhadas, forçadas a ficar nuas na frente dos homens, cortadas com facas, queimadas com cigarros, entre outras condições.

Nos quatro dias que se seguiram à capitulação da cidade, centenas de mulheres de todas as faixas etárias foram estupradas pelos soldados japoneses. Quando os pais,

irmãos ou maridos tentavam defendê-las sofriam agressões e ameaças, e alguns deles eram sumariamente assassinados.

Em muitas anotações ficou demonstrado que o estupro era acompanhado pelo assassinato de membros da família das mulheres estupradas. Por exemplo, John Rabe aponta em seu diário, em 17 de dezembro de 1937, “[...] noite passada em torno de 1.000 mulheres e garotas foram estupradas [...] se algum marido ou irmão visa proteger a vítima, ele era imediatamente alvejado por um tiro fatal pelos soldados japoneses”.²⁵⁹ James M. McCallum faz remissões no mesmo sentido numa anotação, datada de 19 de dezembro de 1937, quando diz:

Eu não sei por onde começar ou para terminar. Nunca ouvi ou li algo sobre tal brutalidade. Estupro! Estupro! Estupro! Nós estimamos em pelo menos 1.000 casos por noite, e muitos durante o dia. Em caso de resistência ou qualquer coisa que pareça desaprovação, há uma facada por baioneta ou uma bala... As pessoas estão histéricas... Mulheres têm sido levadas todas as manhãs, tardes e noites. O exército japonês inteiro parece estar livre para ir e vir como quiser e para fazer o que bem entender.²⁶⁰

Garotas de 11 e 12 anos e mulheres de 50 não escapavam dos abusos perpetrados pelos soldados. Caso eles encontrassem alguma resistência, elas eram alvejadas com tiros ou golpeadas com a baioneta. Resistir era fatal.²⁶¹ Um dos relatos de assassinato mais detalhados obtido ao complementarmos a leitura de múltiplas das fontes ocorreu em 13 de dezembro de 1937, quando 30 soldados japoneses se dirigiram para uma residência situada em Hsing Lu Kao, na região sudeste de Nanking. Eles invadiram a residência assim que o proprietário abriu a porta e desferiram-lhe um tiro, matando-o. No interior da casa, assassinaram outros dois adultos, um homem e uma mulher, a tiros e golpes de baioneta. Em seguida despiram a esposa do proprietário e a estupraram no local. Após o estupro, mataram-na com um golpe de baioneta no peito. Quando pilhavam a casa, encontraram os avós e suas netas adolescentes. Os idosos foram assassinados pelos soldados a tiros de revólver. Em seguida as jovens foram abusadas sexualmente. Uma delas, de 16 anos, foi estuprada por dois soldados, e a outra, de 14 anos, por outros três.²⁶²

²⁵⁹ RABE, 2000, p. 77.

²⁶⁰ MCCALLUN, apud ZHANG, 2001, p. 229.

²⁶¹ MCCALLUM, apud ZHANG, 2001, p. 231.

²⁶² CHANG, 1998, p. 91-2.

Citando as palavras de John G. Magee, em sua carta datada de 30 de janeiro de 1938.

Soldados japoneses vieram a uma casa no sudeste da cidade quando entraram na cidade. Eles mataram todas as pessoas da casa, treze no total, com exceção de duas crianças com oito e três ou quatro anos de idade, respectivamente; foi com a garota de oito anos que verifiquei a história de seu tio e uma vizinha idosa. Essa garotinha havia sido perfurada com uma baioneta nas costas e no lado, mas não foi morta. Os mortos incluíam um senhor de 76 anos, uma senhora de 74 e uma mãe e suas filhas, com idades de 16, 14 e 1. As duas garotas foram estupradas cerca de três vezes cada uma e então foram mortas da maneira mais horrível. A mais nova foi apenas espetada com a baioneta, e não tratada como as outras de um modo impronunciável.²⁶³

Outros dois episódios similares envolveram duas jovem chinesa de 15 e 17 anos de idade, respectivamente. No primeiro, os soldados japoneses assassinaram seu irmão, que erroneamente era acusado de desertor, e sua irmã mais velha. Após a chacina, os soldados estupraram a jovem no local, levaram-na consigo e a mantiveram em cativeiro, passando a abusar sexualmente dela diariamente.²⁶⁴ No segundo, a jovem, que trabalhava numa empresa de exportação, teve todos os membros da família assassinados pelos soldados. Ela foi estuprada e quando eles terminaram de abusar dela agrediram-na com uma faca, fazendo um corte incisivo em seu pescoço.²⁶⁵

John Rabe descreve com detalhes em seu diário, numa anotação datada de 13 de fevereiro de 1938, outra chacina ocorrida na cidade. Ele relata que seu servo, chamado Chang, tinha contado que 17 pessoas que viviam em uma pequena casa próxima ao fim da rua onde se situava sua residência foram agredidas pelos soldados japoneses. Dessas, seis foram mortas no local implorado aos soldados japoneses poupassem suas filhas. Após os idosos terem sido atingidos por tiros, as garotas foram arrastadas para longe e estupradas. De todos os membros da família restou apenas uma garota.²⁶⁶

Ernest H. Foster escreveu, numa anotação datada de 26 de janeiro de 1938, outra chacina. Ele relata que naquele dia John G. Magee foi a uma casa na qual 14

²⁶³ MAGEE, apud ZHANG, 2001, p. 191.

²⁶⁴ MCCALLUM, apud ZHANG, 2001, p. 235.

²⁶⁵ WILSON, apud ZHANG, 2001, p. 394.

²⁶⁶ RABE, 2000, p. 172.

moradores foram mortos logo que os soldados entrarem na cidade. Desses, 11 eram mulheres e todas haviam sido estupradas antes de serem mortas.²⁶⁷

Essas anotações explicam o que se percebe nas entrelinhas dos escritos feitos por Minnie Vautrin, pois ela ainda se martirizava com a sua impotência diante aos abusos cometidos pelas tropas japonesas naqueles dias. Passado um mês, continuava a se lembrar daquelas noites. No dia 17 de janeiro de 1938 ela escreveu em seu diário: “Um mês atrás 12 garotas foram levadas de nosso campo. Será que iremos esquecer o horror daquela noite?”.²⁶⁸ Na carta datada de 11 de janeiro de 1937, ela novamente mostrou lembrar-se do ocorrido ao confidenciar que tinha receios pela segurança das jovens que estavam sob sua responsabilidade, e justificava dizendo não se perdoar da “[...] inesquecível noite de 17 de dezembro, quando 12 mulheres foram levadas de nosso campo”.²⁶⁹

Não havia um local ou um horário determinante, ou mais propício, para a ocorrência dos abusos sexuais. Miner Searle Bates faz um resumo dos acontecimentos numa carta datada de 10 de janeiro de 1938. Especificamente sobre a violência que acometeu as mulheres, ele salienta que:

Colegas alemães capazes apontam para 20.000 casos de estupro. Devo dizer pelo menos 8.000 e pode estar acima deste. Apenas nas dependências da universidade [...] eu tenho detalhes de mais de 100 casos e asseguro haver cerca de 300. Você mal pode imaginar a angústia e o terror. Meninas de 11 anos e mulheres velhas quando 53 foram estupradas somente nas propriedades da universidade. No Seminário [Teológico] 17 soldados estupraram sucessivamente uma mulher em plena luz do dia. Na verdade, um terço dos casos são de dia.²⁷⁰

As fontes consultadas não nos possibilitaram determinar número total de vítimas. Elas se referem a apenas uma fração dos 20.000 estupros estimados pelo Tribunal Internacional do Extremo Oriente. O número obtido por meio das análises foi de 365 casos listados como estupros e de 1.904 vítimas identificáveis.

Evidentemente, esse número deveria ser superior ao total identificado, pois há 43 referências que se reportam a casos sem, contudo, detalharem com precisão a quantidade de vítimas. Como os termos utilizados eram *girls* (meninas) ou *women*

²⁶⁷ FOSTER, apud ZHANG, 2001, p. 137.

²⁶⁸ VAUTRIN, 2008, p. 127.

²⁶⁹ VAUTRIN, 2008, p. 122.

²⁷⁰ BATES, apud ZHANG, 2001, p. 14.

(mulheres), ou seja, estavam conjugados no plural, consideramos a cifra de vítimas incerto, não atribuindo qualquer número a tais casos. Isso seria cometer um anacronismo com as fontes. Preferimos, portanto, caracterizar esses casos com o numerário “sem informação (s/i)” não contabilizando essas vítimas.

As fontes não trazem muitas informações sobre as condições socioeconômicas das vítimas, tais como classe social. As poucas informações que existem são referentes à faixa etária, aos locais e horários das ocorrências do estupro e à residência das vítimas. Essas informações estavam espalhadas nas fontes e sua distribuição era variada. Há momentos em que é informada apenas a idade, há outros em que se fala somente do local/horário e raramente dos endereços. Dentro das possibilidades buscamos desenvolver um estudo que procurou desenvolver uma reflexão sobre as características das vítimas e das ocorrências, bem como das agressões que lhes eram infligidas pelos soldados.

5.1.1 Faixa etária das vítimas e gravidade das agressões

Há poucas informações sobre a idade das vítimas. De um total de 1.904 mulheres abusadas sexualmente, em 365 referências obtidas no conjunto de fontes, apenas informam a idade de 87 vítimas. Esse número representa 4,6% das que sofreram abusos sexuais e 23,8% das referências respectivamente. Se suprimirmos as informações gerais feitas por John Rabe e James M. McCallum, que ressaltam a cifra de 1.000 mulheres violentadas, o número total de vítimas cai para 904. Isso, com efeito, faz com que os 87 casos identificados que informam a idade das mulheres violentadas corresponda a 9,7% do total. Ainda que essa seja uma amostragem parcial, ela é valiosa para se extraírem algumas conclusões.

Tabela 1
Tabela de faixa etária, quantidade de vítimas e porcentagem

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
8 a 14	19	21,8
15 a 17	10	11,5
18 a 20	8	9,2
21 a 25	14	16,1
26 a 30	7	8,0
31 a 35	5	5,7
36 a 40	8	9,2
< 40	16	18,4
TOTAL	87	100,0

Pela tabela 1 é possível constatar que o maior número de vítimas está no grupo de garotas de 8 a 14 anos da idade, já que elas representam 21,8% do total de casos, ou seja 19 vítimas. Há 16 casos de mulheres acima de 40 anos, correspondendo a 18,4% do total, o que faz delas o segundo grupo com maior incidência de estupros. Entretanto, devemos fazer as devidas ressalvas, em especial a de que essa faixa etária compreende mulheres de até seus 71 anos.²⁷¹ Consideramos, portanto, o grupo das mulheres entre 21 e 25 anos o terceiro conjunto em números e o segundo em importância, haja vista que elas representam 16,1% do total, com 14 vítimas.

Devemos explicar as razões que nos levaram a separar as jovens de 15 a 17 anos daquelas com 8 a 14 anos. A razão precípua adveio das próprias fontes, pois elas listam muitos casos de mulheres casadas ou grávidas com 16 ou 17 anos, fazendo crer que as mulheres nessas idades já tivessem tido uma experiência sexual, diferente da situação das mais jovens, muitas delas virgens.

Essa conclusão é reforçada pelos estudos de Sommer²⁷² e pelos relatos de Xinran²⁷³ e Chang²⁷⁴ sobre a vida das mulheres na China contemporânea. O primeiro autor ressalta que era uma prática costumeira na China o casamento com meninas com idade entre seus 15 a 17 anos. Chang complementa dizendo que essas meninas eram consideradas “bens valiosos”, pois podiam ser vendidas para

²⁷¹ O grupo acima de 40 anos era composto mulheres com 40 anos (2), 42 anos (1), 44 anos (1), 48 anos (1), 50 anos (1), 53 anos (1), 54 anos (1), 55 anos (1), 58 anos (1) e acima de 60 anos (8).

²⁷² SOMMER, 2000,

²⁷³ XIRAN, Xue. **As boas mulheres da China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁷⁴ CHANG, 2006.

homens ricos, que as assumiriam como concubinas, ou para os bordéis, que as explorariam como prostitutas. Sobre o tráfico de mulheres na China Sommer apresenta um gráfico expondo o número de mulheres e suas respectivas idades salvas pela Associação Anti-sequestro entre os anos de 1913 a 1920. O gráfico infoma que naqueles 7 anos, aproximadamente 60 meninas de 13 a 14 anos e pouco menos de 140 jovens de 13 a 16 anos foram resgatadas de bordéis pela instituição.²⁷⁵

Não significa, entretanto, que a violência que afligiu as mulheres de maior idade fosse de menor gravidade; ela foi tão impactante quanto a que afligiu as mais novas. Tão-somente buscamos obter compatibilidade dentro dos grupos etários. Um aspecto diz respeito às lesões decorrentes do estupro. O relatório da CIZSN, protocolado no dia 4 de janeiro de 1938, ressalta que “no dia 3 de janeiro de 1938, uma garota de 14 anos de idade que ainda não estava constituída para relações sexuais foi estuprada com resultados desastrosos que irão requerer reparos cirúrgicos consideráveis”.²⁷⁶ Robert O. Wilson o único cirurgião em Nanking, que trabalhava no Hospital Universitário, relembra também esse caso numa carta escrita na data do atendimento médico e enfatizou a gravidade das lesões no órgão genital da menina.²⁷⁷

Também não eram de menor gravidade as lesões infligidas às mulheres com idade superior à 16 anos. As mulheres, independentemente da idade, eram vítimas de estupros coletivos, ou seja, eram freqüentemente abusadas por vários agressores. Acompanhavam o estupro outras violências físicas ou psicológicas.

O relatório de John Rabe escrito em 15 de janeiro de 1938 e endereçado à embaixada alemã dá alguns exemplos:

Uma mulher teve sua garganta cortada pela metade, um ferimento tão grave que mesmo o próprio Dr. Wilson se surpreendeu por ela ainda estar viva. Uma mulher grávida foi perfurada por uma baioneta em sua barriga, matando a criança ainda não nascida. Muitas meninas que foram abusadas ainda na infância deram entrada no hospital, uma das quais foi violada 20 vezes seguidas.²⁷⁸

²⁷⁵ SOMMER, 2000, p. 175.

²⁷⁶ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 66.

²⁷⁷ WILSON, apud ZANG, 2001, p. 406.

²⁷⁸ RABE, 2000, p. 121

Há relatos em que são descritos casos de extrema crueldade. Um caso que chama a atenção refere ao encontro de corpos de mulheres com mutilações na vagina. John Rabe, desconcertado com a repetência dessas agressões, escreveu em seu diário que: “Não é possível respirar com tamanha revulsão quando continuamos a encontrar os corpos de mulheres com varas de bambu enfiadas em suas vaginas. Até mesmo mulheres idosas acima de 70 anos são estupradas constantemente”.²⁷⁹

Algumas descrições sobre essa agressão foram igualmente feitas por outros escritores-testemunhas. A ressalva que se faz é devido à data dos comentários, dois deles feitos no mês dia, e outros dois, em datas diferentes. Dando voz às fontes:

Anotação de James H. McCallum, datada de 15 de janeiro de 1938.

Eles fizeram uma caminhada para inspecionar a propriedade britânica e próximo ao A.P.C [?] em Ho Ping Men encontraram o corpo de uma mulher, que tinha um taco de golfe colocado, forçosamente, internamente; uma parte do taco estava protuberante.²⁸⁰

Correspondência de John G. Magee, de 30 de janeiro de 1938.

Eu tenho ouvido falar de quatro casos horríveis que aconteceram em Nanking. O secretário da embaixada alemã contou de uma mulher que teve um bastão de golfe introduzido em seu corpo.²⁸¹

Anotação de Ernest H. Foster, escrita em 24 de janeiro de 1938.

Outro caso foi testemunhado por um membro da embaixada britânica. Uma mulher foi estuprada e um taco de golfe foi introduzido dentro dela. Ela foi encontrada morta nestas condições. Não parece possível que tais demônios humanos existam.²⁸²

Relatório de John Rabe à Embaixada alemã, datado de 15 de janeiro de 1938.

Em 12 de janeiro, meu colega inglês, o Cônsul Prideaux-Brune, o oficial consular militar Lovat-Fraser, e o oficial consular aeronáutico comandante Walser visitaram a casa do Sr. Parsons, da Companhia British-American Tobacco, e lá descobriram o corpo de uma mulher chinesa em cuja vagina haviam inserido forçosamente um taco de golfe inteiro. Há casos documentados em que os cúmplices forçaram os maridos e pais das vítimas a testemunharem a violação de sua honra doméstica. Em várias ocasiões, soube-se que os oficiais agiram como cúmplices, como aconteceu quando o reverendo Magee [John G. Magee] tentou proteger um grupo de cristãos chineses na casa de um conselheiro militar alemão ausente.²⁸³

²⁷⁹ RABE, 2000, p. 172.

²⁸⁰ MCCALLUM, apud ZHANG, 2001, p. 241.

²⁸¹ MAGEE, apud ZHANG, 2001, p. 190.

²⁸² FOSTER, apud ZHANG, 2001, p. 134.

²⁸³ RABE, 2000, p. 121.

Nem todas as agressões eram cometidas no momento imediato ao estupro. Havia casos de crimes premeditados. Um deles foi o de um soldado que, após ser solapado pelo marido de uma mulher que ele tentara levar para um cômodo da residência a fim de estuprá-la, depois de evadir-se do local, retornou com arma em punho para assassinar o marido. Esse caso foi muito bem detalhado, pois foi citado em quatro fontes diferentes. Dando voz a elas.

Diário de John Rabe, anotação de 3 de janeiro de 1938.

Ontem cedo, pela manhã, o soldado japonês tentou estuprar a esposa de Liu, mãe de cinco filhos. Então o marido chegou e, com alguns tapas no rosto, forçou o japonês a se retirar. Naquela tarde o soldado, que estava desarmado pela manhã, retornou com uma arma, procurou e encontrou Liu escondido na cozinha e atirou nele, mesmo após todos os vizinhos de Liu terem implorado pela vida do homem, um deles até havia se ajoelhado perante o soldado japonês.²⁸⁴

Anotação de James H. McCallum, datada de 1º de janeiro de 1938.

Um homem foi morto perto do quartel-general das equipes de apoio ontem à tarde. No começo da tarde, um soldado japonês tentou estuprar uma mulher; seu marido interveio e a ajudou a resistir. No entanto, o soldado retornou mais tarde para atirar no marido.²⁸⁵

O relatório da CIZSN, protocolado em 4 de janeiro de 1938.

Um soldado japonês chegou entre as 10 e 11 horas da manhã em 2 de janeiro de 1938 à casa em que Liu Pan-kwen, sua esposa e seus cinco filhos viviam, em Ch'en Chia Hsiang, nº 5. O soldado tentou investigar a casa. Então, ele viu uma mulher, a esposa de Liu Pan-kwen, e fez perguntas a respeito da condição da casa. A mulher começou a responder às perguntas. Aqueles que estavam presentes na casa viram e sugeriram à mulher que saísse da casa, pois o soldado estava tentando levá-la para um dos quartos. A mulher estava tentando sair. Ao mesmo tempo, seu marido, Liu Pan-kwen, trocou grosserias com o soldado e deu-lhe um tapa no rosto. E então, o soldado se retirou. A mulher voltou e começou a cozinhar o arroz e seu marido tentava trazer alimentos para comer com seus cinco filhos. O soldado voltou com uma arma por volta das 4 da tarde. O soldado japonês perguntava pelo marido e os vizinhos imploraram a ele pela vida daquele homem, um homem até mesmo se ajoelhou perante o soldado japonês. O marido estava escondido na cozinha. Assim que o soldado japonês o viu, atirou em seu ombro instantaneamente.²⁸⁶

A carta de John G. Magee, escrita em 4 de janeiro de 1938.

Eu fui com ele [Hubert Lafayette Sone] numa pequena distância a uma residência chinesa, onde eu encontrei inúmeras pessoas lamentando. Parece que em torno das 16h30min um soldado japonês tinha ido até lá e tentou carregar uma mulher para dentro de um quarto para violá-la. Seu marido a ajudou, então ela correu pelo quarto afora e saiu pela portas dos

²⁸⁴ RABE, 2000, p. 111.

²⁸⁵ MCCALLUM, apud ZHANG, 2001, p. 235.

²⁸⁶ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 64.

fundos para uma alameda para escapar. O soldado saiu e voltou, passados vinte minutos, armado e matou o marido. A mulher tem cinco crianças pequenas e eles mantinham uma pequena loja em algum lugar no sul da cidade [...].²⁸⁷

Nota-se, portanto, que os abusos não foram atos simplesmente praticados com o fim de obter o prazer sexual. Havia um planejamento ou preferência por parte dos soldados. Eles avaliavam as condições das vítimas, a faixa etária demonstra que escolhiam as mulheres com o duplo objetivo, obter mulheres mais atraentes e sem doenças venéreas. Por sua vez, a violência também não era uma completa irracionalidade, praticada durante o abuso; ela era, com efeito, um instrumento para a submissão da mulher, agressões essas pautadas nas assimetrias de poder entre os gêneros e no uso do terror e da força.

5.1.2 Distribuição temporal das ocorrências

Há dois aspectos que devem ser trabalhados quando analisamos o assunto com referência à distribuição temporal. O primeiro diz respeito às ocorrências por mês e o segundo pelo horário.

Durante todo o período analisado, compreendendo de 13 de dezembro de 1937 a 18 de fevereiro de 1938, totalizando 67 dias, foram identificadas nas fontes 1.904 mulheres envolvidas em abusos sexuais. Ao distribuir o número de mulheres pelos 67 dias apuramos a média de 28 vítimas ao dia.

O quadro geral em cada mês é heterogêneo. Durante os 18 dias que compreenderam a ocupação japonesa no mês de dezembro de 1937 foram identificados 112 casos de violência envolvendo mulheres. Desse número, 108 referiam-se a abusos sexuais. O número de vítimas compreendido nos 108 casos foi de 381 mulheres. Fazendo um cálculo sobre a média de estupros, obtivemos como resultado aproximadamente 21 mulheres estupradas ao dia naquele período. Em janeiro de 1938 foram identificados 144 casos envolvendo 183 vítimas de abusos sexuais. A média do mês é figura em próximo de seis mulheres estupradas ao dia. Nos 18 dias analisados do mês de fevereiro de 1938 constatou-se 42 ocorrências, o

²⁸⁷ MAGEE, apud ZHANG, 2001, p. 184.

número de vítimas contidas nessas referências é de 61mulheres. Ao calcular a média obtivemos aproximadamente um número de três mulheres estupradas por dia. Esses dados estão representados na tabela 2.

Tabela 2
Número de vítimas ao mês e porcentagem (dez/1937-fev/1938)

PERÍODO	NÚMERO DE DIAS	NÚMERO DE VÍTIMAS	% VM	MÉDIA DE ESTUPROS
Dezembro 1937	18	381	20,1	21,2
Janeiro 1938	31	183	9,6	5,9
Fevereiro 1938	18	61	3,1	3,4
s/i	-	1.279	67,2	-
TOTAL GERAL	67	1.904	100,0	28,4

A média por dia relativa ao número de vítimas esconde em sua generalização a heterogeneidade real do total de vítimas. Isso porque havia dias em que se contabilizava um número maior de vítimas e noutros um número menor. No mês de dezembro o ápice foi o dia 15, quando foram contabilizados 71 vítimas de abuso sexuais, e o menor foi no dia 13, em que foram registrados apenas um caso. Em janeiro o clímax ocorreu no dia 29, em que foram computados 48 vítimas, e o mínimo foi no dia 12, em que não houve nenhuma ocorrência. No mês de fevereiro o dia 05 foi o que envolveu o maior número de vítimas, 16 mulheres, e o menor foi o dia 17, não houve nenhuma ocorrência.

Confrontando os dados obtidos das fontes com as informações da historiografia é possível delinear uma explicação para os gráficos. Dezembro, quando teve início a ocupação, foi o período em que os aparelhos públicos de segurança chineses entraram em falência e foram substituídos por uma gestão estrangeira totalitária. A indisciplina das tropas era uma constante. A violência que se seguiu era uma forma de estabelecer o reconhecimento do poder do invasor e dar vazão aos medos. Esse foi igualmente o período de maior atuação administrativa da CIZSN, pois com a ausência de uma autoridade pública regulamentada para assegurar os direitos da população civil, ela se fez valer como uma entidade política. Seus integrantes praticavam rotineiramente uma vigilância ostensiva na ZSN e nessas patrulhas testemunharam os abusos sexuais ou tiveram informantes relatando as ocorrências desses atos.

A partir da segunda semana de janeiro, as condições de segurança melhoraram. Essa situação foi anotada por Minnie Vautrin em 13 de janeiro de 1938 quando salienta superado o primeiro mês da ocupação japonesa na cidade alguns progressos foram feitos. Os saques e incendios tinham diminuído e ela sentia um pouco mais de segurança. Ressalta ainda que o estupro não mais ocorria na ZSN, apesar das notícias de que fora dela ainda ocorriam abusos sexuais.²⁸⁸

Essa relativa sensação de segurança dentro da ZSN contribuiu para a população deixar os campos de refugiados. Nessa mesma época, teve início o registro dos civis que estavam abrigados na ZSN. As forças japonesas, visando à evacuação dos campos de refugiados na ZSN, forçaram o retorno dos civis para a cidade. Com o retorno das famílias para suas casas ocorreu um novo surto de violência, o que levou muitas mulheres de todas as idades voltado a se abrigar na ZSN.

No mês de fevereiro, a CIZSN continuou a sofrer intervenções das autoridades japonesas visando à evacuação dos campos de refugiados se intensificaram. Diante aos boicotes das autoridades japonesas a CIZSN decidiu concentrar seus esforços nos trabalhos de assistência em detrimento das funções semi-administrativas. Além disto, ainda em fevereiro, a ZSN também foi desconstituída, resultando, então, na imobilização dos estrangeiros, pois os mesmos deixaram de fazer vigilância ostensiva.

O aumento de abusos sexuais iniciado na última semana de janeiro continuou em fevereiro, dando continuidade ao fluxo de saída-retorno, como pode ser observado em diversas anotações. Uma delas foi feita por John Rabe quando anota em seu diário, em 1º de fevereiro de 1938, sobre as reclamações de famílias chinesas que haviam retornado para suas casas estavam se dirigindo novamente para os campos de refugiados. A razão para o retorno eram as acusações proferidas pelos chineses de que os soldados japoneses estavam invadindo as residências para roubar seus bens e estuprar suas esposas e filhas. Ao fim dessa anotação John Rabe em tom de confiança ponderava “nós não sabemos o que mais fazer, mas estamos levando-os para dentro”.²⁸⁹

²⁸⁸ VAUTRIN, 2008, p. 123.

²⁸⁹ RABE, 2000, p. 170.

Minnie Vautrin faz anotações similares as de John Rabe. Numa anotação, datada de 4 de fevereiro de 1938, ela comenta que naquele dia chegaram ao Colégio Ginling cinco garotas. As jovens diziam que a o campo de refugiados situado na Escola Bíblica para Formação de Professores havia sido dissolvido ontem. Elas, então, retornaram para suas casas, mas a noite soldados escalaram o muro de suas casas, com medo elas fugiram e retornaram para o campo de origem, diante a situação precária da Escola Bíblica para Formação de Professores, elas, então, se dirigiram para o Colégio Ginling para pedir abrigo.²⁹⁰

Em outra anotação Minnie Vautrin, escrita em 5 de fevereiro de 1938, relata que quatro das mulheres que foram para casa ontem retornaram naquela manhã. Uma delas, uma mulher de 40 anos, dirigiu-se para fora dos portões da cidade, no caminho ela foi abordada por um guarda que a tomou os US\$ 3,00 que tinha. Um pouco mais adiante essa mesma mulher foi forçada a acompanhar um soldado até um abrigo. Porém “quando seu captor viu uma mulher de vinte anos vindo cruzando o campo ele a libertou”. Por fim, Minnie Vautrin conclui não soar estranho que as mulheres, independente da idade que tivessem, preferiam passar fome nos campos de refugiados do que se aventurarem a retornarem para suas casas.²⁹¹

As fontes mostram que houve um declínio do número de abusos registrados ao final de fevereiro. A explicação para esse fato seguiu dois raciocínios. O primeiro foi que, como já dito anteriormente, a CIZSN estava diminuindo sua atuação semiadministrativa e a vigilância ostensiva, tornando-se em 18 daquele mês uma associação de caridade. Isso resultou numa perda no seu acesso às informações sobre o que ocorria na cidade. Não tendo essa posição privilegiada, os escritores-testemunhas, alguns dos quais já haviam abandonado a cidade, diminuíram suas anotações pela própria falta de informação. O segundo foi que, com o estabelecimento do governo colaborador para administrar a cidade, ocorreu maior fiscalização da ordem, restabelecendo-se a disciplina na guarnição posicionada em Nanking. A gestão militar também se havia organizado, estabelecendo o estabelecimento de bordéis militares para atender aos soldados. No Gráfico 1 pode ser observado as ponderações sobre o número de vítimas de abuso sexual por dia.

²⁹⁰ VAUTRIN, 2008, p. 158.

²⁹¹ Ibid, p. 159-160.

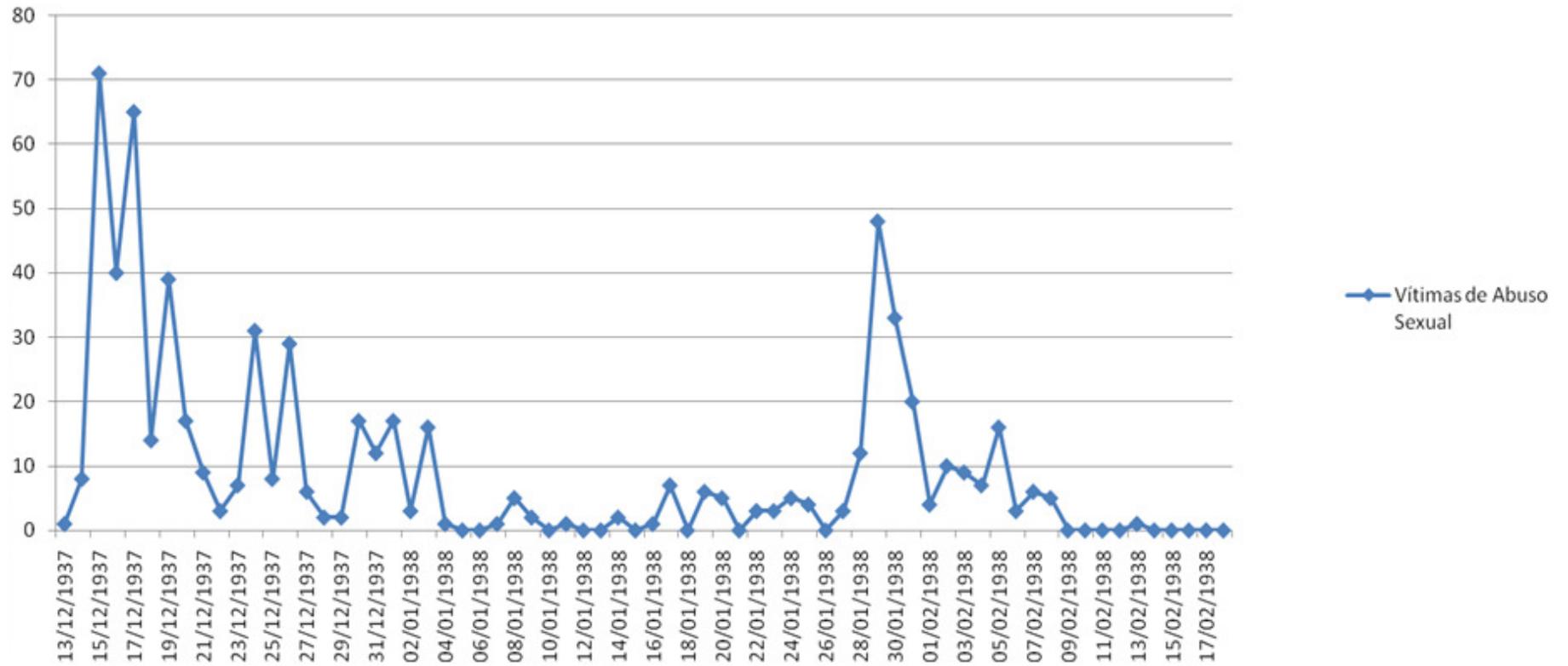


Gráfico 1: Número de víctimas de estupro por día.

Sobre esse estudo devem ser feitas duas ressalvas. A primeira diz respeito a algumas anotações que, mesmo que informassem com precisão as datas dos abusos, não salientavam o número de vítimas, fornecendo generalizações, tais como *girls* (meninas) ou *women* (mulheres). Diante a essa imprecisão, e não produzir uma falsa imagem quantitativa, optamos por considerar o número de vítimas igual a zero, mas remeter a tais anotações deixa claro que ocorreu algum estupro naquele dia. A segunda refere-se às informações utilizadas para o cenário delineado. O estudo quantitativo anterior desconsiderou as anotações que não informavam com precisão as datas do evento. Ou seja, esse estudo não contabilizou 67,2% das vítimas identificadas. A relevância desse número produz uma exigência primordial. A afinal ele representa pouco mais de 2/3 dos casos. Mesmo que desconhecemos com precisão a data dos estupros, podemos supor que as anotações remetiam a acontecimentos próximos à data da escrita. Assim, consideramos que os acontecimentos narrados nas fontes ocorreram no mês que os documentos foram produzidos.

Partindo da hipótese formulada para corrigir a segunda ressalva, levantamos como suposição que 80 incidências de abusos sexuais ocorreram no mês de dezembro/1937, 32 no mês de janeiro/1938 e 15 no mês de fevereiro/1938. Na Tabela 3 é possível observar esses números.

Tabela 3

Número de vítimas por mês e porcentagem das referências sem data precisa

DATA DE REGISTRO	INCIDÊNCIA ABUSOS SEXUAIS	VÍTIMAS	%InI/TSI	%VM/TSI
Dezembro (1937)	33	1091	41,2	85,3
Janeiro (1938)	32	71	40,0	5,6
Fevereiro (1938)	15	117	18,8	9,1
TOTAL S/I	80	1279	100,0	100,0

Acrescentando os números levantados como suposição aos que aparecem com data precisa, o quadro geral sofre uma redistribuição. O número de vítimas no mês de dezembro/1937 eleva-se para 1.472, representando, então, 77,4% do total, seguido pelo mês de janeiro/1938, com 254 vítimas, ou 13,3% do total, e pelo do mês de fevereiro/1938 com 178 vítimas, ou 9,3% do total. No que se refere ao número de

incidências de casos, o mês de janeiro/1938 lidera com 149 referências, revelando 43,1% do total, seguido pelo mês de dezembro/1937, com 141 referências, ou 40,7% do total, e pelo mês de fevereiro/1938, com 56 referências, ou 16,2% do total.

Considerando esses novos números, a média de estupros por dia sofre igualmente modificações. No mês de dezembro/1937 houve aproximadamente 82 mulheres vítimas de estupros por dia; no mês de janeiro/1938, eram cerca de oito vítimas, e no mês de fevereiro/1938 eram em torno de 10 vítimas. Se a suposição utiliza em suas análises o número total de casos identificados de abusos sexuais, esta, por sua vez, não permite que façamos a distribuição das ocorrências pelos dias que compreendem cada um dos três meses.

Dando prosseguimento ao estudo, a segunda análise desenvolvida para situar as ocorrências no tempo focalizou as relações entre os abusos sexuais e os horários dos acontecimentos. Podemos verificar que das 403 referências gerais, pouco mais de 26,1% ocorreram durante o dia, enquanto cerca de 21,8% ocorreram à noite. Contabilizando-se apenas os 365 casos referenciados como abuso sexual, o número de vítimas fica distribuído da seguinte forma: 206 mulheres sofreram, direta ou indiretamente, alguma forma de abuso sexual durante o dia e 278 mulheres à noite. Isso significa que o horário de maior número de vítimas foi à noite, com 14,3% do total. A Tabela 4 resume essas conclusões.

Tabela 4
Horário das ocorrências e porcentagem baseada nas referências totais

HORÁRIO	INCIDÊNCIA (InI)	VÍTIMAS MULHERES (VM)	ABUSOS SEXUAIS (AbS)	%InI/TG	%VM/TG	%AbS/TG
Dia geral	105	225	206	26,1	11,5	10,8
Dia genérico	21	36	33	5,2	1,8	1,7
Manhã	34	88	84	8,4	4,5	4,4
Tarde	50	101	89	12,4	5,1	4,7
Noite	88	280	278	21,8	14,3	14,6
s/i	210	1.459	1.420	52,1	74,3	74,6
TOTAL GERAL (TG)	403	1.964	1.904	100,0	100,0	100,0

Conforme se pode observar na tabela acima, as porcentagens que instruíram as conclusões do parágrafo anterior levaram em consideração as 210 referências que não informam o horário de sua ocorrência. Essas 210 fazem remissão a 1.459 mulheres, correspondendo, então, a 52,1% e 74,6% respectivamente. Ao se suprimirem os casos que não informam o horário, o quadro apresentado pelas 193 referências mostra que aproximadamente 54% delas ocorreram durante o dia. Todavia, se considerarmos as 484 vítimas de abuso, concluímos que cerca de 57% foram molestadas à noite. A Tabela 5 possibilita comparar os dois estudos desenvolvidos.

Tabela 5
Horário da ocorrência e porcentagem baseada nas referências detalhadas

HORÁRIO	INCIDÊNCIA (InI)	VÍTIMAS MULHERES (VM)	ABUSOS SEXUAIS (Abs)	%InI/TI	%VM/TI	%Abs/TI
Dia geral	105	225	206	54,4	44,6	42,6
Dia genérico	21	36	33	10,9	7,0	6,8
Manhã	34	88	84	17,6	17,4	17,4
Tarde	50	101	89	25,9	20,2	18,4
Noite	88	280	278	45,9	55,4	57,4
TOTAL IDENTIFICÁVEL	193	505	484	100,0	100,0	100,0

Cruzando as informações da faixa etária com o horário das ocorrências constatamos que a distribuição do horário ficou equilibrada. Das 87 vítimas 27,6% foram abusadas no período diurno e 26,4% no período noturno. Caso desconsiderarmos aquelas que não informam o horário, então, o número de vítimas no período diurno representa 51,1% e no período noturno corresponde a 48,9% do total. Essa ponderação deixa evidente que a grande maioria das referências não possuíam dados sobre o horário, ou seja, não sabemos quando ocorreram os abusos das 40 mulheres estupradas, equivale a 46% do total. Essas informações podem ser observadas na Tabela 6.

Tabela 6
Número de vítimas com informações de idade em relação ao horário (%)

HORÁRIO	VÍTIMAS MULHERES (VM)	%VM/TI	%VM/TG
Dia geral	24	51,1	27,6
Dia genérico	12	25,5	13,8
Manhã	5	10,6	5,7
Tarde	7	14,9	8,0
Noite	23	48,9	26,4
s/i	40	#	46,0
TOTAL IDENTIFICÁVEL (TI)	47	100,0	#
TOTAL GERAL (TG)	87	#	100,0

Todavia, o equilíbrio demonstrado na tabela 6 é uma generalização, para perceber as especificidades obtidas na conjugação entre os fatores “faixa etária” e “horário” é necessário observar o horário das ocorrências isoladamente. A conjugação das informações contidas nas Tabelas 7 e 8 permitem observar essa distribuição esmiuçada. Detalhando o cenário, das 20 meninas de 8 a 14 anos vítimas de abusos sexuais, cerca de 25% foram estupradas no período noturno, 10% no período matutino, e 10% no vespertino. Situação similar ocorreu com as jovens mulheres de 15 a 17 anos, pois, do total de 10 vítimas, cerca de 30% sofreram abuso à noite e 20% durante o dia. As mulheres na faixa etária entre 21 a 25 anos foram estupradas principalmente no período noturno, com 42,9% das vítimas, seguido do matutino, com 14,3%, e do vespertino, com 7,1%.

Por outro lado, quando se observam as oito mulheres na faixa etária de 18 a 20 anos, constata-se que 50% foram abusadas no período diurno e apenas 25%, no período noturno. Esse padrão se repete também com as mulheres na faixa etária de 36 a 40 anos, pois, do total de oito vítimas quatro delas, ou seja, 50%, sofreram os abusos durante o dia. Em menor grau, há as mulheres com idades entre 31 a 35 anos, já que 40% delas foram abusadas no período diurno. As 16 mulheres acima de 40 anos foram estupradas, na maioria das vezes, durante o dia, com quatro mulheres ou 25% do total, pois só foram registradas três ocorrências, ou 18,8% do total, no período noturno.

Tabela 7
Número de vítimas - Horário de ocorrência em relação à faixa etária

HORÁRIO	8 a 14	15 a 17	18 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	< 40
Dia geral	4	2	4	3	1	2	4	4
Dia genérico	0	2	2	0	1	2	4	1
Manhã	2	0	0	2	0	0	0	1
Tarde	2	0	2	1	0	0	0	2
Noite	5	3	2	6	2	1	1	3
s/í	11	5	2	5	3	2	3	9
TOTAL GERAL	20	10	8	14	6	5	8	16

Tabela 8
Porcentagem de vítimas – Horário da ocorrência em relação à faixa etária (%)

HORÁRIO	8 a 14	15 a 17	18 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	< 40
Dia geral	20,0	20,0	50,0	21,4	16,7	40,0	50,0	25,0
Dia genérico	0,0	20,0	25,0	0,0	16,7	40,0	50,0	6,3
Manhã	10,0	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0	6,3
Tarde	10,0	0,0	25,0	7,1	0,0	0,0	0,0	12,5
Noite	25,0	30,0	25,0	42,9	33,3	20,0	12,5	18,8
s/í	55,0	50,0	25,0	35,7	50,0	40,0	37,5	56,3
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Partindo das semelhanças obtidas com o cruzamento das informações, os dados parecem indicar que os soldados abusavam das mulheres mais maduras durante o dia e das mais jovens à noite. Os dados apoiam a hipótese inicial de que quanto mais fraca fosse a situação social da vítima, maior seria a incidência da violência sobre ela, pois, a fim de proteger as filhas e netas, as mulheres de mais idade mantinham-nas em locais relativamente mais protegidos ou vigiados, tais como os campos de refugiados situados na casa de John Rabe, no Colégio Ginling, no Seminário Teológico e na Universidade de Nanking, por exemplo. Por isso as mulheres que trafegavam nas ruas eram de mais idade. Já durante a noite, aqueles locais deveriam ser mais fáceis de ser invadidos. Além disso, se porventura algum soldado fosse flagrado nessa empreitada criminosa, ele poderia evadir-se com relativo sucesso e desaparecer na escuridão.

5.1.3 Distribuição espacial das ocorrências

Foram identificadas ao todo 365 referências. Limitando-se o estudo a apenas àquelas referências que detalhavam os locais das ocorrências esse número baixou para 139, uma queda nos dados em 61,9%. Essa mesma queda é percebida no número de vítimas, pois ao desconsideramos as vítimas em local incerto/duvidoso há uma perda de 66,4% do total de 1.904 mulheres.

Os locais com maior ocorrência, classificadas segundo o número de vítimas, estão apresentados na tabela 9.

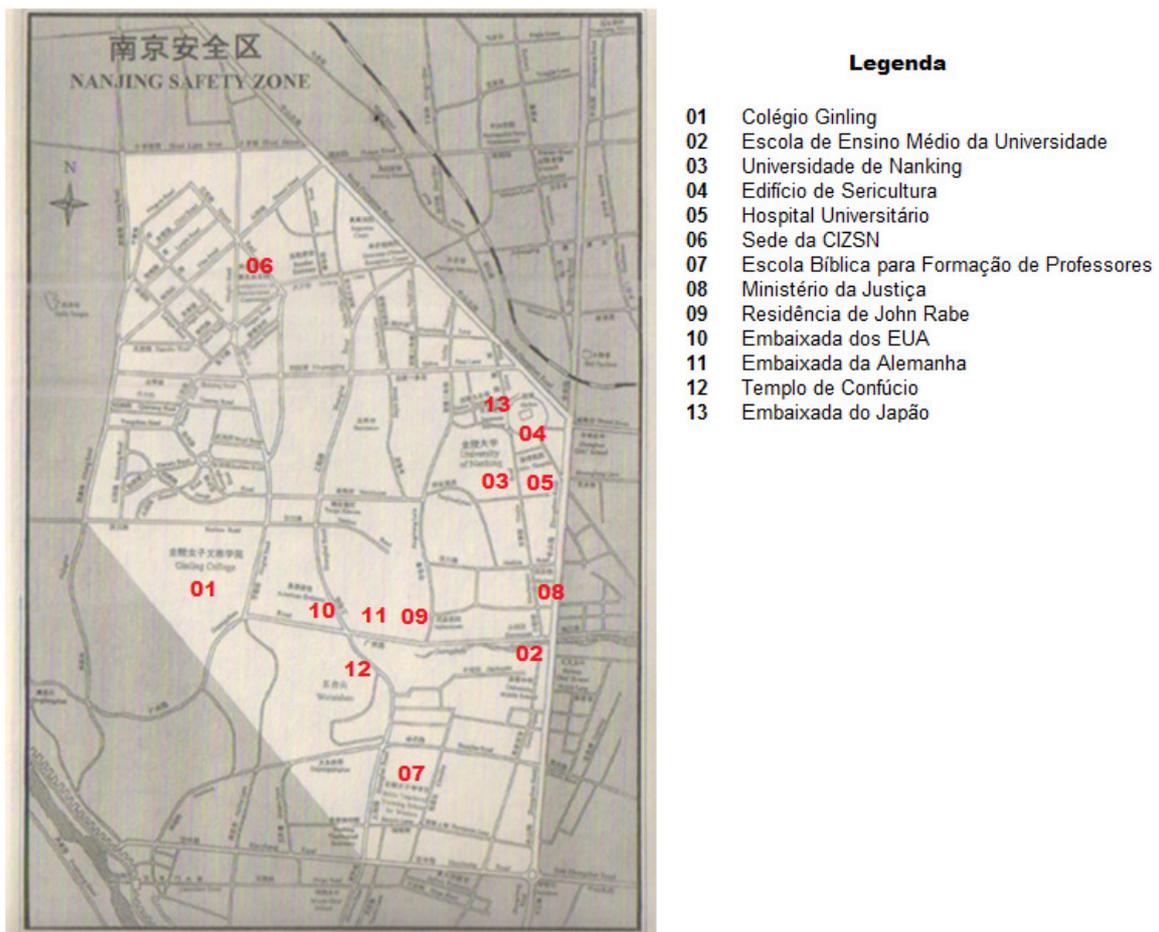
Tabela 9
Os 10 locais com maior ocorrência de abusos sexuais

LOCAL	VÍTIMAS (VM)	%
s/i	1.265	66,4
Colégio Ginling	123	6,5
Escola Bíblica para Formação de Professores	64	3,4
Universidade de Nanking	64	3,4
Estrada Ninghai	44	2,4
Alameda Chin Ying	43	2,3
Estrada Hankow	34	1,8
Edifício de Sericultura	20	1,1
Templo de Confúcio	20	1,1
Escola de Ensino Médio da Universidade	16	0,8
TOTAL PARCIAL GERAL	1.693	88,9
TOTAL PARCIAL IDENTIFICADO	428	22,5

Dos nove locais listados acima, cinco eram campos de refugiados, três eram vias públicas e um era um templo religioso. O Colégio Ginling liderou os locais de maior incidência de abusos com 123 vítimas. Esse número era desconcertante, pois, em média o número de abrigados em suas dependências, cerca de 7.000 pessoas entre mulheres e crianças, assim 1,7% delas foi vítima de abusos sexuais. A Escola Bíblica para Formação de Professores abrigava um número menor de refugiados. As fontes informam que era 1/3 da capacidade do Colégio Ginling. Isso significa, então, que as 64 vítimas representavam 2,8% das pessoas lá abrigadas. Não

obtivemos informações sobre o número de pessoas nos demais campos de refugiados, todavia, nenhum deles abrigava tanto quanto o Colégio Ginling, o que faz supor, portanto, que o número de vítimas nesses locais era relevante.

O Mapa 1 permite observar a localização espacial dos nove locais apontados na Tabela 10. A partir dessa visualização, constatamos que o Colégio Ginling, a Escola Bíblica para a Formação de Professores e a Escola de Ensino Médio da Universidade de Nanking estavam posicionados nas regiões limítrofes da ZSN. Isso significa que os soldados poderiam evadir com relativa facilidade para fora da ZSN, onde os membros da CIZSN não tinham autoridade ou competência. A Universidade de Nanking também estava relativamente próxima dos limites, mas não tanto quanto os locais anteriormente citados.



Mapa 1: Mapa da Zona de Segurança de Nanking (1937)
Fonte: LU, 2008, XXXIV

Outro aspecto a ser destacado é a pluralidade de localidades onde ocorriam os abusos sexuais. Ainda que seja relevante o número de vítimas nos seis locais apresentados na Tabela 10 é igualmente importante lembrar que 27,6% das ocorrências foram praticadas em locais de diferentes naturezas: residências, acampamentos menores, praças e ruas públicas.

Esse quadro já se faz sentir na própria Tabela 9, uma vez que nela estão listados três locais que eram vias públicas, onde sofreram abusos 121 vítimas, representando 6,5% do número total geral e 28,2% do total parcial. Ou seja, esses percentuais correspondem a mais de 1/4 das ocorrências listadas na referida tabela. Se acrescentarmos as vítimas em residências particulares e vias públicas identificadas nas fontes, esse número saltará para 205 mulheres das mais variadas idades. A cifra representa proporcionalmente 32,1% das mulheres abusadas sexualmente em locais conhecidos e 10,8% do total geral de vítimas.

Podemos vislumbrar que esse número é ainda superior, pois diante desse cenário é plausível supor que parte dos 66,4% locais indeterminados onde sofreram abusos 1.265 vítimas, também pode referir-se a residências, praças e ruas. Porém, embora isso represente uma parcela significativa no número de vítimas, é impossível determinar com precisão a exata distribuição espacial onde as mulheres foram estupradas, não nos permitindo, então, desenvolver fidedignamente os cálculos estatísticos.

5.1.4 Fiscalização e censura

Os dados apresentados demonstram que os abusos sexuais poderiam ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar. Mesmo existindo locais preferenciais ou mais suscetíveis à invasão, ainda assim os habitantes da ZSN viviam em constante sensação de perigo. Aliado a isso há de se ressaltar que o número de policiais militares era insuficiente para cobrir toda a área.

Essas características permitiram formular uma hipótese sobre a grande incidência de abusos a partir da impunidade dos agressores. Ou seja, o corporativismo dos

soldados e a convivência das autoridades incentivavam a prática da violência, mesmo que não a encorajassem explicitamente.

O corporativismo explica-se, possivelmente, pelo sentimento de pertencimento ao “grupo Nós”, cultivado entre os militares do baixo escalão, que não denunciavam seus companheiros de farda. Essa situação fica evidente quando, em 1º. de janeiro de 1938, às 16 horas, três soldados japoneses estupraram uma garota de 14 anos de idade numa residência da Universidade de Nanking. Uma mulher que também estava no local conseguiu fugir em direção ao portão da universidade. Lá ela encontrou alguns policiais militares, e avisou-os do que estava ocorrendo, mas eles foram caminhando lentamente para onde ocorria o estupro. Quando chegaram os estupradores já se tinham evadido do local.²⁹²

Os oficiais, ainda que oprimissem os seus subalternos, podendo exercer seu poder sobre eles como desejassem, eles não adotavam medidas disciplinadoras efetivas. Apesar dos constantes pedidos dos membros da CIZSN, as autoridades militares não abriam processos disciplinares contra os infratores. As poucas medidas de censura eram tomadas sem a realização do devido processo legal. Eram, portanto, fiscalizações pontuais, cujos efeitos punitivos não passavam dos procedimentos realizados no local da ocorrência.

Em 3 de janeiro de 1938, John Rabe escreveu em seu diário sobre uma tentativa de abuso sexual e homicídio premeditado praticado por um soldado e as medidas disciplinares adotadas para punir o agressor. Dando voz à fonte:

Ontem cedo, pela manhã, o soldado japonês tentou estuprar a esposa de Liu, mãe de cinco filhos. Então o marido chegou e, com alguns tapas no rosto, forçou o japonês a se retirar. Naquela tarde o soldado, que estava desarmado pela manhã, retornou com uma arma, procurou e encontrou Liu escondido na cozinha e atirou nele, mesmo após todos os vizinhos de Liu terem implorado pela vida do homem, um deles até havia se ajoelhado perante o soldado japonês. Tanaka prometeu notificar os militares prontamente sobre o incidente. Não tenho dúvidas de que ele cumpriu sua promessa; entretanto, ainda não ouvimos nada a respeito do caso desde então. Também nunca soubemos de qualquer punição que tenha sido aplicada a algum soldado, com exceção de alguns tapas.²⁹³

Se, por conseguinte, a polícia militar e os oficiais eram coniventes ou complacentes com os agressores, então as poucas atuações deveriam ser consideradas como

²⁹² CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 63.

²⁹³ RABE, 2000, p. 111.

resultado da pressão feita pelos membros da CIZSN. Cada membro do comitê internacional atuava veementemente para coibir os abusos sexuais, todavia, o poder de influência era diferenciado. Neste sentido a atuação respeitava a lógica da hierarquia e da política internacional.

John Rabe destaca-se sobre os demais, porque era alemão e membro do partido nazista. Com essas “qualidades”, decorrentes da aliança entre Alemanha e Japão após a assinatura do *Pacto Anticomintern* (1936), ele obtinha a cooperação dos militares japoneses. Porém essa não era uma relação automática ou absoluta; por vezes ele tinha que se fazer valer do seu prestígio explicitamente. Assim, para obter o reconhecimento da própria autoridade que lhe era investida, ele fazia uso de indumentárias e das ligações com militares japonesas. Para surtir o efeito desejado, ele deveria estar acompanhado de um oficial superior. Em seu diário ele anotou dois momentos nesse sentido. O primeiro ocorreu em 18 de dezembro, quando quatro soldados invadiram a residência de um vizinho de John Rabe a fim de estuprar uma garota. Ele, juntamente com o major japonês Y. Nagai, interpelou os soldados, capturando um deles e afugentando outros três.²⁹⁴ O segundo ocorreu em 7 de janeiro, quando um soldado invadiu a residência para raptar uma garota, mas foi surpreendido por um oficial que o expulsou do local.²⁹⁵

Ainda assim, a situação dos membros da CIZSN era delicada quando interpelavam os soldados. Todos os estrangeiros envolvidos na vigilância ostensiva da ZSN sofreram ameaças dos japoneses. Essas ameaças consistiam, na maioria das vezes, em trocas de ofensas ou gritos exasperados; noutras vezes, os soldados apontavam suas armas (fuzis, pistolas ou facas) para os estrangeiros. Os desentendimentos, entretanto, nunca chegaram às vias de fato.

As duas exceções eram John Rabe e Minnie Vautrin. O primeiro estava sempre trajando a insígnia do partido nazista, ora um broche de lapela ora uma braçadeira, e isso lhe assegurava certo prestígio entre os soldados japoneses, pois eles temiam uma possível reprovação de um oficial superior caso fossem denunciados. Por sua vez, a segunda era constantemente ofendida pelos japoneses, foi a única a ser agredida fisicamente. Isso ocorreu no dia 17 de dezembro de 1937, quando dois

²⁹⁴ RABE, 2000, p. 80. CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 34.

²⁹⁵ RABE, 2000, p. 115.

soldados exigiram que abrisse as portas do prédio principal do Colégio Ginling. Diante a sua recusa, justificando não ter a chave, ela recebeu um tapa no rosto de um dos soldados, que também esbofeteou o funcionário chinês que a acompanhava.²⁹⁶

O descaso no tratamento com Minnie Vautrin não se manifestava apenas na atitude dos soldados que invadiam o campus do colégio, era igualmente visível no comportamento das autoridades militares. Mesmo que já tivesse recebido 30 cartas e proclamações da Embaixada japonesa proibindo que os soldados invadissem o Colégio Ginling, eles descumpriam as proibições sem muitos receios. Essa indisciplina fica evidente numa carta endereçada à Embaixada estadunidense, datada de 7 de janeiro de 1938, na qual relata que:

A polícia militar comum é a que tenho considerado a mais prestativa e bem-disciplinada. Os soldados comuns, que chegaram ao campus de todas as direções possíveis por inúmeras vezes, passando por portões e sobre muros e cercas, pareciam não ter respeito pelas autoridades americanas, e apenas um pouco mais pelas autoridades japonesas. Fiz esta última afirmação porque, de fato, vi soldados zombando e rindo das proclamações japonesas, assim como os vi rasgando e atirando ao chão uma ordem dada por um oficial de nível mais alto. O fato de não terem um número de identificação pelo qual possam ser reportados previne que a disciplina seja aplicada de maneira cabível.²⁹⁷

John Rabe comentou igualmente o colapso da disciplina entre os militares japoneses em seu relatório à Embaixada alemã, escrito em 15 de janeiro de 1938, na qual salientava a destruição de residências de propriedade de cidadãos alemães.²⁹⁸

A atuação da polícia militar era pontual, não apenas porque ela era conivente com os agressores, mas também porque havia carência de pessoal.²⁹⁹ Ainda assim foram identificadas nas fontes algumas intervenções feitas por esses soldados. Um exemplo ocorreu no dia 23 de dezembro, quando soldados japoneses raptaram, por volta das 4 horas da manhã, duas meninas. Elas foram salvas por um policial japonês, pois, assim que este se deparou com os raptadores, eles as largaram e se puseram a fugir.³⁰⁰ Há outros episódios similares que podem ser dados como exemplos, entre eles citam-se os seguintes.

²⁹⁶ VAUTRIN, 2008, p. 84.

²⁹⁷ VAUTRIN, 2008, p. 113.

²⁹⁸ RABE, 2000, p. 124.

²⁹⁹ CHANG, 1998.

³⁰⁰ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 55.

Os relatórios da CIZSN, datados de 2 e 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1938, também escrevem episódios similares. Eles ressaltam, por exemplo, que no dia 27 de dezembro, por volta das 13 horas, cinco soldados japoneses e um servo foram à Escola Primária da Rua Hankow e levaram embora duas meninas. Felizmente, quando estas meninas estavam sendo arrastadas para fora alguns policiais militares chegaram ao nosso local para inspecioná-lo. Eles então perceberam o que acontecia e capturaram três soldados e o servo.³⁰¹ Naquele mesmo dia, em torno das 15 horas, três soldados japoneses usando colarinhos amarelos e carregando baionetas se dirigiram à uma residência situada na Alameda Lo Chia, número 5. Quando eles estavam pretendendo estuprar a esposa de Tu Pey-ying, de 18 anos, alguns policiais militares chegaram e levaram embora esses três soldados.³⁰² No dia 30 de janeiro, à tarde, um soldado japonês invadiu as residências situadas na alameda Chien Ying, n. 1 e 3 (propriedades estadunidenses; casas de Frank Price e Handel Lee) a procura de mulheres. Em seguida ele atravessou a rua em direção à Escola Bíblica para a Formação de Professores e lá raptou uma mulher. Exatamente no momento mais urgente um policial militar chegou ao local e capturou o soldado levando consigo tanto o agressor quanto a vítima.³⁰³ No mesmo dia 30 de janeiro, um soldado japonês veio à Escola de Ensino Médio da Universidade, por volta das 17 horas a procura de uma mulher. Um trabalhador que estava no local o persuadiu a ir embora. Ele então invadiu uma casa nas proximidades e levou a mulher, porém foi abordado um policial militar que o pôs em custódia disciplinar.³⁰⁴

Há episódios em que oficiais que não tinham a competência para o policiamento também atuavam de alguma forma, censurando os soldados ou socorrendo algumas mulheres. Dois casos identificados são particularmente interessantes. O primeiro ocorreu em 2 de fevereiro, quando uma jovem de 24 anos foi estuprada por soldados japoneses. Após a violação, ela foi libertada pelos seus agressores e rumou para casa. No caminho, ela foi abordada por outros soldados que também pretendiam estuprá-la, mas felizmente ela foi salva por um oficial naval japonês que a levou de volta para um campo de refugiados.³⁰⁵ O segundo foi quando um soldado encontrou uma mulher agonizando numa casa abandonada. Ela havia sido raptada

³⁰¹ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 61.

³⁰² Ibid., p. 62.

³⁰³ Ibid., p. 120.

³⁰⁴ Ibid., p. 122.

³⁰⁵ Ibid., p. 160.

por soldados que a mantiveram no cativeiro. Ele a socorreu, levando-a para o Hospital de Nanking.

Ainda que o comportamento de vigilância e proteção apresentassem em seus conteúdos uma complexa subjetividade de itinerários socioculturais individuais e coletivos, a singularidade da agressão que Minnie Vautrin sofreu, pois ninguém mais denunciou ter sido efetivamente agredido pelos soldados, demonstra a visão discriminatória dos japoneses para com as mulheres. Isso porque os valores tradicionais, como expostos no capítulo anterior, deixavam evidente a posição de inferioridade da mulher. Assim, a ação de Minnie Vautrin foi sentida pelos soldados como uma afronta à pessoa deles como homens, uma vez que ela era mulher. A atitude esperada para Minnie Vautrin, na concepção de mundo dos japoneses, era que ela deveria submeter-se à vontade deles e não o contrário. Isso, portanto, deixa evidente que as mulheres eram discriminadas, consideradas socialmente inferiores. Essa concepção valorativa incentivava a prática das agressões e abusos sexuais contra as mulheres. Afinal, era a manifestação das representações de gênero que imputava o poder e a virilidade ao masculino e a submissão e passividade ao feminino.

5.2 TIPOS ESPECIAIS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Analisar a prostituição e a escravidão sexual difere do estudo desenvolvido para os estupros individuais ou coletivos. Principalmente pela sua essência, a venda do sexo durante os períodos de conflitos armados era tanto uma forma de dominação masculina quanto uma estratégia feminina para contornar as adversidades. Essas adversidades podiam ser desde uma forma de conseguir coibir as agressões físicas que acompanhavam o estupro até a de obter alguma vantagem material num período de escassez. Noutros momentos a submissão das mulheres à escravidão sexual, forçando-as a se prostituírem para os soldados, era manifestação radical do domínio masculino e dos preconceitos e estigmas dirigidos ao sexo e ao gênero feminino.

5.2.1 Prostitutas

O primeiro tipo especial faz referência às prostitutas. Das 356 referências identificadas como abuso sexuais, 02 parecem se tratar de prostituição ou tentativa de aliciamento.

O primeiro caso identificado ocorreu em 19 de dezembro de 1937. Minnie Vautrin havia percorrido o campus na manhã daquele dia a fim de abordar os soldados que o invadiam, e tentar expulsá-los das dependências do campus estudantil. Ainda naquela manhã alguns funcionários do colégio lhe disseram que soldados estavam no antigo prédio do Colégio Ginling. Rapidamente ela dirigiu-se para o local e encontrou no segundo andar dois soldados, um de pé em frente à porta do quarto 538 e outro trancado naquele quarto com uma garota.³⁰⁶ O segundo caso refere-se a uma proposta frustrada. O ato foi registrado no relatório emitido pelo CIZSN no dia 8 de fevereiro de 1938. A testemunha, chamada Sr. Pao, prestou a seguinte declaração: Quando um soldado avistou uma garota andando na rua ao lado do irmão, ele aproximou-se amigavelmente e tentou ser simpático. Ofereceu a ela alguns cigarros e doces. Após essa investida convidou a garota para segui-lo, mas esta recusou. Diante da recusa o soldado tentou levá-la à força e empurrou o irmão que a acompanhava.³⁰⁷

O primeiro caso é suspeito de prostituição por diferentes indícios. Um deles refere-se à reação dos soldados que ao serem flagrados por Minnie Vautrin, não se assustaram ou a ameaçaram. Esse foi um comportamento que destoava dos demais casos, pois a reação adotada em geral era de fazerem ameaças, empunharem armas ou fugirem. Outro indício é a paciência dos soldados, pois o relato salienta que um deles estava aguardando do lado de fora do quarto, enquanto o outro estava tendo relações sexuais com a vítima. O terceiro trata das agressões, não sendo feita nenhuma remissão ao uso de armas para ameaçar a vítima ou a lesões que esta tenha sofrido.

³⁰⁶ VAUTRIN, 2008, p. 87.

³⁰⁷ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 153-4.

5.2.2 Amantes

O segundo tipo especial faz remissão às amantes. Por vezes as mulheres tornavam-se amantes de um soldado. Com esse relacionamento, elas almejavam salvaguardarem-se dos molestamentos dos demais. Essa situação fica evidente numa anotação de Minnie Vautrin datada de 20 de janeiro de 1938. Citando a fonte:

Fui chamada ao meu escritório para realizar uma conferência com um jovem oficial japonês que estava prestes a deixar Nanking e queria que nós abrigássemos duas garotas chinesas, uma de 20 e a outra de 14 anos, que agora vivem perto de Wai Giao Bu. Ele disse que realmente não era seguro que elas morassem ali – o que achei interessante, uma vez que os refugiados estão sendo estimulados a retornar para suas casas! Expliquei a ele, muito claramente, como era desconfortável ficar aqui como um refugiado, e o deixei ver como as mulheres estavam vivendo. Será interessante observar se ele as trará. Realmente espero que elas não venham. Meu palpite é que ele tenha se interessado pela garota mais velha e que esteja com medo de deixá-la na casa em que ela mora, fora da Zona de Segurança.³⁰⁸

O oficial tinha receio de que, após sua partida (ele havia sido transferido para outro local), as jovens ficassem em perigo. Passados dois dias depois desse encontro, o oficial que havia feito o pedido a Minnie Vautrin levou as duas garotas chinesas para o Colégio Ginling. A contragosto ela as recebeu, pois não sabia como recusá-las. Isso porque a jovem de 24 anos era aluna de uma escola cristã e conhecia duas amigas de Minnie Vautrin, as missionárias Edna May Whipple Gish e Mary Frances E. Kelly.³⁰⁹

Esse caso demonstra o quanto era frágil a situação das mulheres, pois não havia um órgão ou entidade pública que pudesse garantir-lhes a segurança. Esse mesmo caso permite humanizar os soldados. Quem sabe aquele oficial buscasse mais o contato humano, feminino, do que meramente o sexo. A jovem talvez lhe desse esse afeto de boa vontade, pois dentre as bestas humanas, que estupravam as mulheres de forma bruta e ávida, ele parecesse o mais tolerável dos homens. Além disso, ela poderia controlá-lo, pois ele parecia disposto a fazer concessões, protegê-la e alimentá-la. Diante às privações e insegurança, então, a jovem adotava um comportamento que moralmente estivesse afrontando a dignidade, mas ela o fazia por questões de necessidade e contornar as adversidades.

³⁰⁸ VAUTRIN, 2008, p. 128.

³⁰⁹ VAUTRIN, 2008, p. 131.

5.2.3 A escravidão sexual ou o sistema *jûgun ianfu*

O terceiro tipo especial são das mulheres submetidas à escravidão sexual., eram as denominadas *jûgun ianfu*. Essa é uma expressão japonesa que pode ser traduzida para o português como “mulheres para o conforto de militares”, porém trata-se de um eufemismo cunhado no período do expansionismo japonês para designar as mulheres submetidas à escravidão sexual pelos militares daquele país durante a Segunda Guerra Mundial.³¹⁰ Segundo Nishino,³¹¹ as mulheres submetidas a essa escravidão não eram chamadas pelos militares por esse pomposo termo, mas pela palavra *pi*, cujo significado é variável, podendo fazer remissão a “bens” ou “artigos”, como também de forma vulgar, ao órgão sexual feminino.

Não há um número exato de mulheres que foram escravizadas. Há autores que estimam em torno de 30.000 mulheres e outros, em torno de 410.000.³¹² Tais divergências têm suas razões no debate político em torno do assunto. A estimativa mais aceita pela maioria da historiografia assenta os números entre 100.000 a 200.000 escravas sexuais.

Autores revisionistas, tais como Hata,³¹³ advogam que a maioria das mulheres que serviram como prostitutas foram regularmente contratadas e negam a escravidão forçada. Outros autores mais céticos, como Hirofumi,³¹⁴ criticam a postura revisionista que nega a escravidão sexual pelas forças armadas japonesas durante a guerra. A descoberta de documentos feita por Yoshiaki³¹⁵ fez com que o autor considerasse essa prostituição um sistema de exploração racionalmente planejado e que, em tal administração burocratizada, as mulheres foram coisificadas, não passando de meros objetos para se alcançarem as metas estipuladas.

³¹⁰ SOH, Chunghee Sarah. From imperial gifts to sex slave: theorizing symbolic representations of the “comfort women”. **Social science Japan journal**, Tokyo, v. 3, n. 1, p. 59-76, 2000.

³¹¹ NISHINO, Rumiko. **Jûgun ianfu no hanashi**. Tokyo: Akashi Shoten, 1993.

³¹² ROSE, Caroline. **Sino-japanese relations: facing the past, looking to the future?** New York: Routledge, 2009. p. 88.

³¹³ HATA, Ikuhiko. **Ianfu to senjô no sei**. Tokyo: Shinchosha, 1999.

³¹⁴ HIROFUMI, Hayashi. **Kyôdô kenkyû: Nippon jûgun ianfu**. Tokyo: Otsuki shoten, 1995.

³¹⁵ YOSHIKI, Yoshimi. **Comfort women: sexual slavery in the Japanese military during World War II**. New York: Columbia University Press, 2000.

Nas fontes foram encontrados indícios do sistema *jûgun ianfu*. Das 356 referências de abusos sexuais, 23 entradas detalham claramente um tipo específico de “exploração sexual”. A gravidade dessa exploração sexual supera a da prostituição, isso porque as mulheres submetidas à condição de escravas sexuais sofriam um grau maior de violência.

O número total obtido foi de 105 mulheres, porém, após cruzarmos os dados das fontes esse número sofreu alteração. Isso porque foi necessário suprimir a duplicidade de casos, o que fez baixar esse para 91. Há, entretanto, outra ressalva a ser feita: o número de vítimas listado nas fontes é incerto, pois muitas vezes foram feitas anotações que não informavam a quantidade de mulheres submetidas ao trabalho no sistema de bordéis militares. Noutras palavras, das 23 entradas 12 não listam o número de mulheres, correspondendo a 47,8% do total de referências. Ou seja, foram apenas das 11 referências detalhando a quantidade de vítimas que se obtiveram essas 91 vítimas. Podemos presumir, então, que o número de mulheres submetidas à escravidão sexual foi superior às 91 vítimas identificadas.

Essa hipótese toma maior destaque quando se contabilizam apenas os casos que informam os locais do rapto. O número obtido, tendo em mente os locais, foi de 33 vítimas, representando, assim, 36,3% do total. Isso reforça a suposição de que esse número seria muito superior ao de mulheres submetidas a “serviços sexuais”, pois as informações obtidas das fontes salientam que uma parcela significativa dos casos ocorreu em lugares desconhecidos. Os casos sem essas indicações representam 39,1% dos eventos e 59,8% das vítimas totais.

Em meio a esses números há a situação de fragilidade social e as representações de gênero relacionadas com os comportamentos sexuais. Os valores e representações que imputavam aos homens a “natureza sexual ativa” justificavam e legitimavam a prostituição. Por sua vez, a prostituição não era avaliada como essencialmente a exploração do masculino sobre o feminino, mas, sim, como um instrumento para preservar a virgindade das mulheres honestas.

Essa situação pode ser percebido já na primeira anotação, feita por Minnie Vautrin, em 24 de dezembro de 1937. Dando voz à fonte:

Eles têm a sensação de que se inaugurarem um local regularizado para os soldados, estes últimos não irão molestar mulheres inocentes e decentes. Após prometerem que não levariam mulheres inocentes e decentes, permitimos que eles comessem suas buscas, com o oficial sentado em meu escritório enquanto procuravam. Após muito tempo, eles finalmente conseguiram vinte e uma mulheres.³¹⁶

John Rabe fez alguns comentários sobre esse ocorrido em seu diário. Ele escreveu, em 26 de dezembro de 1937.

Agora as autoridades japonesas tiveram a fabulosa idéia de erguer um bordel militar, e com as mãos contraídas em terror, Minnie é obrigada a observar enquanto os subalternos autorizados entram à força na Sala de Reuniões para Garotas, repleta de centenas de *gungyangs*. Ela não irá entregar voluntariamente uma garota sequer. Ela preferiria morrer ali mesmo; contudo, algo inesperado acontece. Um respeitável membro da Sociedade da Suástica Vermelha, uma pessoa familiar a todos nós, mas que nunca suspeitaríamos que tivesse qualquer conhecimento sobre o submundo, profere umas poucas palavras amigáveis ao salão – e eis o que acontece! Um número considerável de jovens refugiadas dá um passo à frente. Evidentemente, eram garotas que haviam sido prostitutas anteriormente e não estavam nada tristes em encontrar trabalho em um novo bordel. Minnie ficou sem fala!³¹⁷

As anotações transcritas acima nos possibilitaram visualizar as congruências e contradições dos relatos quando analisadas em conjunto. O principal aspecto em comum refere-se às assimetrias do masculino e do feminino em relação à sexualidade, em outras palavras, a prática reconhecidamente legítima da exploração comercial do sexo nas sociedades patriarcais, pois a prostituição era avaliada como um instrumento válido para suprir as necessidades sexuais dos homens. Minnie Vautrin, em suas anotações parece concordar com a prostituição, avaliando-a como uma forma de preservar as mulheres honestas daquelas destituídas de honra. Essa visão fica clara quando ela define a prostituta pela sua antítese as “mulheres inocentes e decentes”. John Rabe igualmente demonstra certa aceitação da prostituição. Mesmo que no início de sua anotação use um tom irônico para menosprezar ou reprovar o estabelecimento do bordel militar, ao fim ele salienta a “feliz oportunidade” de as antigas prostitutas encontrarem empregos.

As contradições contidas nas fontes, quando confrontadas foram algo que não permitiu a reconstrução do evento. Quando observadas simultaneamente são

³¹⁶ VAUTRIN, 2008, p. 92-93.

³¹⁷ RABE, 2000, p. 99.

constatados dois aspectos. O primeiro refere-se às pessoas envolvidas. Minnie Vautrin comenta que o oficial japonês estava acompanhado apenas de “um velho intérprete da Embaixada” e John Rabe salienta a presença de “um respeitável membro da *Sociedade da Suástica Vermelha*”.³¹⁸ O segundo remete à autorização dos militares japoneses em proceder a vistoria no campo de refugiados. Minnie Vautrin deixa claro em sua anotação que autorizou a procura de prostitutas no Colégio Ginling mediante a promessa do oficial japonês de que não levaria “mulheres inocentes ou decentes”. John Rabe, ainda que faça remissão a entrada autorizada dos subalternos nas dependências do Colégio Ginling, diz explicitamente que Minnie Vautrin foi obrigada pelos soldados japoneses, pois ela não entregaria voluntariamente nenhuma mulher sob sua tutela.

O segundo caso contido nas fontes data de 1^o. de janeiro de 1938. As anotações foram feitas por John Rabe, nas quais ele comenta que na noite daquele dia, por volta das 21 horas, um caminhão parou em frente à sua residência. Vários soldados desembarcaram da caçamba e exigiram que lhes entregassem garotas. John Rabe manteve o portão fechado fazendo os soldados desistirem. Os soldados, então, retornaram para o caminhão e se dirigiram para a Escola de Ensino Médio da Universidade de Nanking que se localizava próxima à sua casa.³¹⁹ John Rabe informou o ocorrido à CIZSN e esta registrou o fato no relatório entregue às autoridades japonesas no dia 2 de janeiro de 1938.³²⁰

A última anotação identificada encontra-se na carta de John G. Magee datada de 2 de abril de 1938. Na carta, ele relata a história de uma garota de 15 anos, mantida no bordel militar contra sua vontade por mais de 40 dias. Ela somente foi libertada pelos seus captores após adoecer, pois os soldados ficaram receosos de contraírem a doença que a fatigava.³²¹

A partir dos dados disponibilizados pelas fontes, foi possível que desenvolvêssemos algumas ponderações sobre a distribuição espacial. Os locais onde ocorreram os

³¹⁸ A Sociedade da Suástica Vermelha era um ramo da Sociedade da Cruz Vermelha que atuava no continente asiático, principalmente na China e na Índia. A suástica é um símbolo comumente associado ao budismo e em outras culturas asiáticas representa boa sorte ou riqueza. Formalmente ela não era reconhecida internacionalmente como símbolo para representar a Cruz Vermelha, mas era usualmente utilizada para esse fim.

³¹⁹ RABE, 2000, p. 109.

³²⁰ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 62-3.

³²¹ MAGEE, apud, LU, 2004, p. 119.

eventos eram vários. Como já dito anteriormente, em 39,1% deles e 59,8% das vítimas foram levadas de locais desconhecidos. Desconsiderando esses locais, foi desenvolvido um estudo buscando verificar a distribuição dos eventos. A Universidade de Nanking ocupava a primeira posição, com cinco relatos (21,7% do total geral) e era seguida pelo Colégio Ginling (13,0%) e pela residência situada na alameda Chien Ying (13,0%), cada um destes com três relatos. Ao todo três relatos remanecentes (13,2% do total geral), estavam distribuídos em três locais diferentes: a residência de John Rabe, a Escola de Ensino Médio da Universidade de Nanking, e o Edifício de Sericultura, correspondendo cada qual a 4,4% do total.

Ao refazermos os cálculos baseando-nos no número de vítimas, essa ordem de classificação foi alterada. O primeiro colocado foi o Colégio Ginling, com 21 vítimas (23,1% do total geral). Empatados no segundo lugar estavam a Escola de Ensino Médio da Universidade de Nanking e o Edifício de Sericultura, cada um desses estabelecimentos contabilizando seis mulheres raptadas (12,4% do total geral). O quarto colocado foi a casa de John Rabe e a Universidade de Nanking, pois ambos não listam o número de vítimas, representado, portanto, por 0,0%. A Tabela 10 permite observar o quadro geral apresentado.

Tabela 10

Lista de locais e vítimas de exploração sexual e sua porcentagem (%)

LOCAL	INCIDÊNCIA (InI)	VÍTIMAS (VM)	% InI/TG	% VM/TG
Casa de John Rabe	1	0	4,4	0,0
Alameda Chien Ying, 6 (Imóvel residencial)	3	6	13,0	6,2
Colégio Ginling	3	21	13,0	21,6
Escola de Ensino Médio da Universidade	1	6	4,4	6,2
Edifício de Sericultura (anexo à Universidade de Nanking)	1	6	4,4	6,2
s/i	12	58	39,1	59,8
Universidade de Nanking	5	0	21,7	0,0
TOTAL GERAL (TG)	23	91	100,0	100,0

A porcentagem que desconsidera os eventos ocorridos em locais desconhecidos, peca pela desproporcionalidade real. Ou seja, mesmo esses locais não sejam considerados, estão sendo contabilizados. Assim, foi feito um novo estudo buscando compreender uma situação mais próxima dos relatos. Nesse sentido, passamos a

observar os eventos que apontavam os locais da ocorrência, relativas ao grupo que não as apontava.

A Universidade de Nanking ocupou assim a primeira posição, com 35,7% dos eventos identificados. Em segundo lugar estavam o Colégio Ginling e a residência na Alameda Chie Ying, ambos com 21,4%. No terceiro lugar ficaram empatados os demais locais, com 7,1% cada um. Somados, eles correspondiam a 27,3% do total de casos com local.

Fazendo um estudo proporcional que tenha por base o número de vítimas, essa classificação sofre alterações. O primeiro colocado passa a ser o Colégio Ginling, com 63,6% das vítimas, seguido do Edifício de Sericultura e da Escola de Ensino Médio da Universidade de Nanking com 18,2% cada um. Na última posição ficaram a Universidade de Nanking e a casa de John Rabe com 0,0%. Esses dados podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11

Lista de locais e vítimas de exploração sexual identificáveis e sua porcentagem (%)

LOCAL	INCIDÊNCIA (InI)	VÍTIMAS (VM)	% InI/TI	% VM/TI
Casa de John Rabe	1	0	7,1	0,0
Chien Ying Hsiang, 06 (Imóvel residencial)	3	6	21,4	15,4
Colégio Ginling	3	21	21,4	53,8
Escola de Ensino Médio da Universidade	1	6	7,1	15,4
Edifício de Sericultura	1	6	7,1	15,4
Universidade de Nanking	5	0	35,7	0,0
TOTAL IDENTIFICÁVEL (TI)	11	33	100,0	100,0

Outro estudo que nos propusemos foi sobre a idade das vítimas submetidas à escravidão sexual. Este, entretanto, não pôde ser desenvolvido adequadamente pelas próprias deficiências das fontes. Há apenas duas referências informando a idade das vítimas, 15 e 40 anos respectivamente. Os comentários sobre as idades são generalizados. Às vezes o termo usado é “garota”, outras vezes, “mulheres”, ou ainda, *gungyangs* (virgens), portanto, não foi possível fazer nenhuma especulação mais profunda sobre a exploração sexual em relação à idade.

Se as informações objetivas em torno da distribuição espacial e do número de vítimas não foram suficientes para traçar o cenário quantitativo de exploração de natureza sexual, as informações identificadas de caráter subjetivo, por outro lado, foram extremamente valiosas, pois detalham os meios e subterfúgios que os militares japoneses utilizavam para abastecer o sistema de escravidão sexual e as agressões que as mulheres sofriam durante o cativeiro.

O relato mais detalhado foi obtido do testemunho de uma mulher de 40 anos de idade encontrada quase morta numa residência abandonada. Esse relato foi registrado em quatro fontes diferentes: o diário de James H, McCallum, na anotação datada de 1^o de janeiro de 1938,³²² a carta de Lewis S. C. Smythe, escrita em 5 de janeiro de 1938,³²³ no relatório da CIZSN, protocolado no dia 4 de janeiro de 1938,³²⁴ e na correspondência de Robert O. Wilson, enviada em 3 de janeiro de 1938.³²⁵

Conjugando as anotações feitas pelas quatro fontes se recuperamos o seguinte acontecimento. Essa mulher foi mantida em cativeiro por vários dias, junto com outras cinco mulheres, em um local que ela julgava ser um posto médico ou um hospital. Elas foram levadas de um dos campos de refugiados situado na ZSN com o propósito de trabalharem como lavadeiras. De fato, elas lavavam roupas dos oficiais durante o dia, mas à noite eram molestadas sexualmente pelos soldados. Ela e outra mulher de idade similar eram forçadas a satisfazer entre 15 a 20 soldados por noite; a mais jovem do grupo era abusada mais de 40 vezes no mesmo período. Após três dias no cativeiro, a mulher foi levada por três soldados para uma residência abandonada e lá eles tentaram assassiná-la cortando seu pescoço. O corte lesionou a parte de trás do pescoço e foi até a coluna vertebral. Ela também sofreu seis golpes de faca nas costas e algumas lesões no rosto e nos braços. Os soldados a abandonaram caída ao chão, agonizando, porém pouco tempo depois outro soldado japonês a encontrou quando entrou na residência e a trouxe para um local mais seguro. Posteriormente foi encaminhada para o Hospital de Nanking, onde foi atendida pelo médico cirurgião Robert O. Wilson, que tomou as providências de emergência e conseguiu salvá-la, mas a recuperação da mulher não seria completa.

³²² MCCALLUM, apud ZANG, 2001, p. 235.

³²³ SMYTHE, apud ZANG, 2003, p. 292.

³²⁴ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 65.

³²⁵ WILSON, apud ZANG, 2001, p. 405-6.

Do evento descrito acima foi possível extrairmos quatro aspectos fundacionais. O primeiro se refere aos meios de se obterem mulheres para servir como escravas sexuais nos bordéis militares. O segundo diz respeito ao cotidiano dessas mulheres durante o período que em foram mantidas no cativeiro. O terceiro relaciona-se à violência a que eram submetidas. O quarto às formas de os militares se “desfazerem” das mulheres que já não tinham utilidade para o sistema *jûgun ianfu*.

5.2.3.1 Formas de ingresso

Existiam três formas diferentes de se submeterem as mulheres à condição de escravas sexuais. Eram elas o aliciamento, os subterfúgios enganosos e os raptos.

Quando os oficiais japoneses iam aos campos de refugiados com o propósito explícito de aliciar mulheres para trabalhar nos bordéis, eles salientavam estar à procura de prostitutas. Isso ficou evidente nas duas visitas que fizeram ao Campo Ginling, em 24 e 27 de dezembro de 1937, e ao escritório central da CIZSN, em 2 de fevereiro de 1938. Na visita ao Colégio Ginling, o exército aliciou 21 mulheres, e no escritório central da CIZSN aliciou outras duas. As fontes declaram que as 23 mulheres eram prostitutas e se apresentaram voluntariamente durante a revista. Dando voz às fontes:

Diário de Minnie Vautrin, em 24 de dezembro de 1937.

Véspera de natal! Por volta das 10 horas, fui chamada ao meu escritório para entrevistar o alto conselheiro militar para a – divisão. Felizmente, ele havia trazido um intérprete, um velho intérprete chinês da Embaixada. Eles haviam pedido que lhes fosse permitido escolher prostitutas dentre nossos dez mil refugiados. Eles disseram que queriam cem. Eles têm a sensação de que, se inaugurarem um local regularizado para os soldados, estes últimos não irão molestar mulheres inocentes e decentes. Após prometerem que não levariam mulheres inocentes e decentes, permitimos que eles comesçassem suas buscas, com o oficial sentado em meu escritório enquanto procuravam. Após muito tempo, eles finalmente conseguiram vinte e uma mulheres.³²⁶

³²⁶ VAUTRIN, 2008, p. 92-3.

Carta de John G. Magee, em 2 de fevereiro de 1938.

[...] hoje pela manhã um caminhão carregado de soldados armados veio à nossa sede à procura de pelo menos 13 garotas ou mais do que eles podiam encontrar. O chinês tentou impedi-los, mas eles cercaram o local e ainda estavam lá a tarde. O Comitê foi bem sucedido em encontrar duas prostitutas, mas estas não foram suficientes ³²⁷

Essa, entretanto, não era a única forma. outras vezes os oficiais iam aos campos de refugiados alegando estarem procurando “lavadeiras” e “cozinheiras” para trabalharem nos quartéis, hospitais e casas de oficiais. Das 23 referências identificadas como “exploração sexual” 10 fazem remissão ao trabalho de lavadeiras e destes, 06 são sobre visita de oficiais à campos de refugiados. Os pontos suspeitos para a compreensão da procura por lavadeiras/cozinheiras de um subterfúgio, ou no mínimo de um eufemismo, pois as fontes relatam que os oficiais procuravam mulheres que fossem jovens e bonitas.

No relatório da CIZSN, protocolados nos dias 4 de janeiro de 1938, era descrito o seguinte casos. No 30 de dezembro de 1937 uma mulher foi levada com outras cinco de uma residência situada na Alameda Chien Ying para lavar as roupas dos oficiais japoneses. Elas haviam sido levadas pelos soldados japoneses a um local na porção centro-oeste da cidade, no qual, a julgar pelas atividades, acreditava-se existir um hospital militar japonês. No dia 3 de janeiro de 1938 ela conseguiu de alguma forma evadir do cativeiro, e dirigiu-se para o Hospital Universitário buscando ajuda. ³²⁸

Outros relatórios da CIZSN também noticiavam casos similares. Por exemplo, os datados dos dias 17 e 22 de janeiro de 1938, informavam:

16 de janeiro, pouco depois das 8 horas da manhã. Vários caminhões com soldados japoneses se dirigiram à Biblioteca Universitária e pediram por trabalhadores e seis mulheres que cozinhassem. Quando os empregados encontraram seis mulheres dispostas a ir, os soldados fizeram uma objeção, dizendo que eram velhas demais e que voltariam na manhã seguinte, querendo a certeza de que haveria mulheres mais novas. Eles voltaram mais tarde, à noite, no dia 16, e pediram mulheres; contudo, quando nenhuma se voluntariou, foram embora. Na manhã do dia 17, cerca de 8 horas, eles vieram novamente com dois caminhões, dois carros com dois oficiais e pegaram alguns homens e sete mulheres do Edifício de Sericultura. Dr. Bates estava lá e observou todo o processo, descobrindo que havia sido um ato completamente voluntário da parte dos homens e das mulheres que iam. Uma das mulheres era jovem, mas foi voluntariamente. ³²⁹

³²⁷ MAGEE, apud ZANG, 2001, p. 193.

³²⁸ CIZSN, apud BROOK, 2003, P. 65.

³²⁹ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 89.

19 de Janeiro, Sr. Takadama da polícia consular japonesa, veio à Escola de Ensino Médio da Universidade pediu por seis mulheres para lavarem roupas. Com de costume, foi-lhe dito que se alguém fosse voluntário que eles poderiam ir. Sr. Takatama disse que elas deveriam ser jovens e quando perguntado porque jovens para ser capaz de lavar roupas ele respondeu que deveriam ser bonitas.³³⁰

Nos diários e correspondências particulares também são feitas anotações. John Rabe escreveu, no dia 24 de janeiro de 1938, que o oficial japonês de nome Takadama retornou à sede da CIZSN naquela manhã. Ele, com a assistência de outro oficial do alto escalão fluente em mandarim, foi surpreendido por Miner Searle Bates quando exigia garotas no campo de refugiados situado na Universidade de Nanking. Takadama alegava estar procurando por lavadeiras e cozinheiras. O tom sarcástico de John Rabe ficaria marcado no comentário final a esse ocorrido quando dizia que “[...] obviamente ninguém acredita, uma vez que é de conhecimento público no Extremo Oriente que na China empregam-se homens para lavar e cozinhar”.³³¹

Outros exemplos seriam as cartas de Ernest H. Foster, de 24 de janeiro de 1938, e de John G. Magee, em 30 de janeiro de 1938. O primeiro comenta o caso de um dos membros da polícia Consular Japonesa estar muito zangado por que o funcionário da Embaixada estadunidense chamado John M. Allison reportou a Washington D.C que aquele havia vindo à Universidade de Nanking para buscar mulheres que lavassem suas roupas. O oficial havia recusado aquelas que haviam se prontificado a ir e pediu por outras que fossem jovens e bonitas, colocando seus motivos sob grave suspeita. Mais a frente na narrativa Ernest H. Foster ressalta que aquele mesmo oficial já havia abordado um funcionário para que esse fornecesse garotas chinesas.³³² O segundo escreve que um policial Consular Japonês tinha ido a uma semana atrás à Escola de Ensino Fundamental da Universidade exigindo cinco mulheres para lavar roupas. As pessoas presentes escolheram cinco mulheres mais idosas, e ele as recusou dizendo que não serviam, pois as mulheres deveriam ser jovens e bonitas.³³³

³³⁰ CIZSN, apud BROOK, p. 94.

³³¹ RABE, 2000, p. 153.

³³² FOSTER, apud ZANG, 2001, p. 134.

³³³ MAGEE, apud ZANG, 2001, p.191-2.

As fontes ressaltam que as mulheres aliciadas como prostitutas ou contratadas como “cozinheiras” e “lavadeiras” não eram o suficiente para a implantação do serviço de bordéis militares. A terceira forma para se abastecerem os prostíbulo de mulheres seria então o rapto. Nesse sentido são feitas as seguintes anotações:

Cartas de John G. Magee, dos dias 11 e 30 de janeiro de 1938.

[...] esposa havia sido sequestrada em 29 de janeiro e levada em um caminhão com outras 20 mulheres para uma casa no sul da cidade para uso dos oficiais, mas escapou induzindo o próprio vômito.³³⁴

Um caminhão parou e carregou consigo vinte mulheres para o sul da cidade onde elas foram conduzidas para uma casa onde estão oficiais japoneses – para serem usadas por eles, é claro, para seus propósitos abomináveis. [...] Os japoneses parecem ser um povo sem moralidade sexual.³³⁵

Carta de Ernest H. Foster, de 26 de janeiro de 1938.

Uma mulher deu entrada no hospital esta manhã; ela havia sido carregada para a parte sul da cidade há mais de um mês. Seu marido foi carregado ao mesmo tempo e ainda não retornou, provavelmente nunca retornará. Eles estavam casados há quatro anos e não tinham filhos. Os soldados japoneses estupraram-na de sete a nove vezes todos os dias e finalmente libertaram-na quando ela já não era de serventia.³³⁶

Relatório da CIZSN, protocolado em 31 de janeiro de 1938.

25 de janeiro, tarde, uma mulher chinesa veio ao Hospital Universitário. Ela e seu marido se mudaram para a Zona de Segurança e estavam vivendo numa cabana de palha próxima a Escola Bíblica de Formação de Professores. Em 13 de dezembro seu marido foi levado por soldados japoneses e a esposa, essa mulher, foi carregada para o sul da cidade, onde ela estava desde então.³³⁷

O número de mulheres raptadas devia ser superior ao dis casos listados, pois foram identificadas 73 referências como rapto. Dessas apenas cinco foram subclassificadas também como “exploração sexual”. Isso se pautou com base no tempo em que as mulheres eram mantidas em cativeiro, porque em alguns casos as vítimas raptadas eram soltas pelos agressores após ser estupradas.

As ponderações acima desenvolvidas a partir das informações colhidas nas fontes, estão refletidas na Tabela12.

³³⁴ MAGEE, apud ZANG, 2001, p. 188.

³³⁵ MAGEE, apud ZANG, 2001, p. 191.

³³⁶ FOSTER, apud ZANG, 2001, p. 137-8.

³³⁷ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 119.

Tabela 12
Formas de ingresso de mulheres no sistema ianfu e porcentagem

TIPO	INCIDÊNCIA	VÍTIMAS	% InI	%VM
Aliciamento	6	23	26,1	21,9
Subterfúgios	10	25	43,5	23,8
Raptos	5	35	21,7	33,3
s/i	2	22	8,7	21,0
TOTAL GERAL	23	105	100,0	100,0

Fica evidente que a grande maioria das mulheres que serviam nos bordéis militares como prostitutas eram aliciadas mediante falsas promessas de emprego como lavadeiras ou cozinheiras, o que foi identificado em 43,5% do total de incidências. Todavia, quando se atenta para o número de vítimas, os subterfúgios caem para a segunda posição, correspondendo a 23,8% do total de vítimas, uma vez que foram superados pela modalidade raptos, que representa 33,3% do total de vítimas e 21,7% do total de incidências identificadas.

5.2.3.2 *O cotidiano e a cronicidade da violência nos bordéis militares*

Feitos os estudos sobre as formas de ingresso de mulheres nos bordéis militares, cabe analisar o cotidiano do cativo. As informações contidas nas fontes permitem constatar que a vivência dessas mulheres era regida pela exploração e pela violência. Elas eram submetidas a várias formas de violência, desde a redução à condição de escravas, trabalhando efetivamente como lavadeiras em jornadas extensas, privadas do direito de locomoção e de qualquer remuneração, o número absurdo de parceiros por dia e a vergonha de serem molestadas.

As informações obtidas nas fontes fazem concluir que os locais de cativeiro, onde funcionavam os prostíbulos militares, eram hospitais militares ou casas abandonadas. Nos dois entretanto os quartos em que essas mulheres eram trancadas abusadas sexualmente eram simples galpões sem nenhum conforto para elas, que também eram mal-alimentadas e sofriam da falta de higiene.

Além disso, havia diferenças no tratamento dado a essas mulheres. As mais jovens e bonitas, por exemplo, mantinham relações sexuais com mais frequência do que as de mais idade. A média obtida a partir dos relatos colhidos nas fontes era de 10 relações sexuais por noite. Todavia, muitas jovens chegavam a ter 40 parceiros numa única noite. Dando voz às fontes:

Carta de James H. McCallum de 1º de janeiro de 1938.

Outra mulher chegou esta manhã em uma triste condição e com uma história horrível. Ela era uma das cinco mulheres que os soldados japoneses haviam levado às suas unidades médicas, para lavarem suas roupas durante o dia e serem estupradas à noite. Duas delas eram forçadas a satisfazer de 15 a 20 homens e as mais bonitas chegavam a 40 homens por noite.³³⁸

Relatórios da CIZSN protocolados nos dias 4 e 31 de janeiro de 1938.

As mulheres lavavam as roupas durante o dia e eram estupradas, noite adentro. As mais velhas eram estupradas de 10 a 20 vezes, enquanto as mais novas e as bonitas chegavam a ser estupradas 40 vezes por noite.³³⁹ [...] Ela tem sido estuprada de sete a dez vezes todos os dias, mas geralmente lhe concediam a oportunidade de dormir à noite.³⁴⁰

Carta de John G. Magee de 11 de janeiro de 1938.

De acordo com a história dessa mulher, as mais jovens e bonitas dentre elas haviam sido estupradas cerca de 40 vezes por noite após lavarem roupas durante o dia. Ela e as outras trabalhavam durante o dia e em seguida eram estupradas de dez a vinte vezes por noite.³⁴¹

Carta de Lewis S. C. Smythe de 5 de janeiro de 1938.

Nesta tarde de segunda-feira que nós tomamos conhecimento de 6 garotas levadas ao que parecia um hospital militar japonês, lá elas lavavam roupas de dias e eram estupradas a noite, de 10 a 40 vezes conforme fosse sua beleza.³⁴²

Além da grande frequência de conjunções sexuais com vários parceiros a que eram submetidas durante toda a noite, elas ainda sofriam agressões físicas. Algumas chegavam a apresentar escoriações e cortes nos braços, pernas e rosto. Todavia o maior perigo que corriam, excluído o assassinato, era o de serem contaminadas com doenças venéreas. O fato de não haver muitos cuidados por parte dos soldados, fazia com que fossem um grupo de risco.

³³⁸ MCCALLUM, apud ZANG, 2001, p. 235.

³³⁹ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 65.

³⁴⁰ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 119.

³⁴¹ MAGEE, apud ZANG, 2001, p. 188.

³⁴² SMYTHE, apud ZANG, 2001, p. 292.

Das 23 referências identificadas como exploração sexual, sete delas fazem remissão a doenças venéreas. Por exemplo, a mulher que havia sido sequestrada no dia 13 de dezembro desenvolveu todos os três tipos de doenças venéreas em suas formas mais virulentas: sífilis, gonorréia e cancróide. Devido a essas enfermidades ela foi libertada no dia 20 de janeiro, ou seja, permaneceu em cativeiro por 38 dias.³⁴³ Esse caso foi relatado também por Ernest H. Foster, quando salientou que “[...] os soldados japoneses estupraram-na de sete a nove vezes todos os dias e finalmente libertaram-na quando ela já não era de serventia. Ela tem três formas de doenças venéreas em seus piores estados como resultado de sua experiência”.³⁴⁴

Quando era constatado que a mulher submetida à escravidão sexual estava contagiada com alguma doença venérea, ela era descartada como se fosse apenas um objeto defeituoso. Isso não significa que ela ganhasse a liberdade, pois ainda corria o risco de se tornar infértil ou de ser assassinada.

James H. McCallum comenta sobre a tentativa de assassinato de uma dessas mulheres em sua carta datada de 1º de janeiro de 1938. Segundo ele “[...] os músculos do pescoço haviam sido cortados, mas eles [soldados japoneses] não conseguiram dilacerar a medula espinhal. Ela fingiu estar morta e se arrastou até o hospital”.³⁴⁵

John G. Magee complementa os relatos de James H. McCallum numa carta escrita em 11 de janeiro de 1938. Em suas palavras:

Ontem, no hospital, vi uma mulher que havia sido esfaqueada em vários lugares e sua cabeça quase havia sido decepada. [...] Um dia, dois soldados lhe disseram para segui-los e então eles a levaram para uma casa vazia e lá tentaram cortar sua cabeça. Ela tem um corte perfeitamente horrível em seu pescoço e o surpreendente é que ela ainda está viva. Felizmente, nenhuma parte vital foi cortada. Ela disse que alguns dos homens eram oficiais.³⁴⁶

Como este estudo abrangeu o período de dezembro de 1937 a fevereiro de 1938, compreendendo assim apenas os três primeiros meses da ocupação japonesa de Nanking, podemos supor que os estabelecimentos careciam de equipamentos e infraestrutura. Podemos aventar também que não eram realizados um

³⁴³ CIZSN, apud BROOK, 2003, p. 119.

³⁴⁴ FOSTER, apud ZANG. 2001, p.137-138.

³⁴⁵ MCCALLUM, apud ZANG. 2001, p.235.

³⁴⁶ MAGEE, apud ZANG. 2001, p.188.

acompanhamento médico adequado, pela falta de médicos e medicamentos.³⁴⁷ Essa suposição adquire ainda maior fundamento quando nos reportamos à historiografia e constatamos que, nesse período, o domínio japonês sobre as regiões próximas à cidade não estava consolidado, uma vez que estavam sob constante ataques das forças chinesas nacionalistas e maoistas.³⁴⁸ Essa situação se fez sentir na própria cidade, quando as fontes relatam os constantes bombardeios da força aérea chinesa à cidade. O nível de estresse das tropas japonesas posicionadas em Nanking estimulava a prática de ações terroristas contra a população civil, como se fosse uma transferência de opressão. As escravas sexuais estavam numa situação de fragilidade extrema, pois não havia nenhum instrumento que assegurasse um nível mínimo de segurança. Elas eram meros objetos utilizados para suprir os desejos sexuais dos soldados japoneses, e, assim, quando não tinham mais utilidade, eram simplesmente descartadas pelos seus agressores. Temendo que elas denunciassem os maus tratos à CIZSN ou a uma possível rede clandestina de *partisans* chineses, os agressores as assassinavam, misturando-as às várias mulheres vítimas de homicídio.

Por último, ressalte-se que o tratamento dado às mulheres submetidas à condição de escravas sexuais deixava clara a conjugação das discriminações de gênero e de etnia. Existiam prostitutas de origem japonesa na cidade de Nanking, mas estas não eram mantidas em cativeiro, Minnie Vautrin anotou em seu diário ter visto *geisha* andando com tranquilidade nas ruas da cidade sem nenhuma escolta de soldados ou mesmo conduzidas por eles.³⁴⁹

Entre as prostitutas japonesas e as escravas sexuais de origem chinesa há um ponto em comum: as relações de poder assimétricas entre os gêneros masculino e o feminino, ao investir ao homem viril a acessibilidade ao sexo. A escravidão sexual era uma forma tripla de demonstração de poder. Primeiro, poder sobre as mulheres. Segundo, poder do grupo Nós invasor sobre o grupo Outros conquistado. Terceiro,

³⁴⁷ O acompanhamento médico não visava a saúde da mulher, mas manter a qualidade do seu trabalho. Não era também um serviço gratuito, uma vez que era descontado do valor que deveriam receber a título de salário. Era descontado 50% dos custos de tratamento médico caso ela se contagiasse com doença venérea ou ficasse grávida. Já no caso de doenças comuns, todas aquelas não relacionadas à atividade sexual, as mulheres deveriam arcar com 100% dos custos de tratamento. (YOSHIKI, 2000, p. 142)

³⁴⁸ YAMAMOTO, 2000.

³⁴⁹ VAUTRIN, 2008, p. 166.

poder do indivíduo dentro de seu próprio grupo, ao reconhecer-se como autor de proezas sexuais. Em meio a essa demonstração de poder, o impacto que recaiu sobre as mulheres gerou efeitos colaterais. Muitas delas sofreram traumas que acompanharam toda a vida; outras foram afligidas com problemas físicos-motores; outras tornaram-se inférteis e algumas foram repudiadas pelos maridos e pais, bem como renegadas pelas suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres são vítimas da violência física e simbólica devido as assimetrias de poder entre os gêneros. Essa situação é decorrente das desigualdades materiais e ideológicas. Na atualidade, vivemos uma série de conflitos que fazem uso da violência de gênero, em especial da violência sexual, como instrumento para promover o terror e demonstrar intolerância étnica. Em 1991, presenciamos a guerra civil na antiga Iugoslávia, e em 1994, o genocídio em Ruanda. Somente esses dois eventos, tão próximos de nosso tempo, fazem-nos pensar no quanto esse fenômeno é recorrente e no quanto é necessário compreender o que tem motivado a agressão sexual às mulheres ao longo da história. Os estupros, sejam individuais ou coletivos, são uma prática inerente às guerras, porém foram pouco explorados nas obras que estudam os conflitos armados.

Não almejamos fazer aqui um estudo comparativo, os casos ilustrados só assistiram no desenvolvimento da pesquisa. Buscamos a todo instante afastar-nos das generalizações produzidas pela mídia e pelo discurso político. Afinal, um dos erros mais frequentes cometidos pelos aparelhos de comunicação de massa é difundir a ideia de que a violência industrial praticada nas guerras contemporâneas mais ou menos se equivale; a importância das guerras é considerada a partir do número de mortos que delas resulta.

Os efêmeros discursos jornalísticos e políticos tendem a assentar no mesmo plano eventos-exemplos socioculturais diferentes ocorridos em momentos diversos. Em sua ânsia de exporem o conhecimento de forma instantânea, misturam ou divulgam nostalgias, reações de defesa diante do futuro, necessidade de continuidades marcadas e sede de identidade coletiva ou nacional. Eles desconhecem ou, por vezes, aparentam não entender que o trabalho de comparar eventos diferentes de forma científica é extremamente penoso e arriscado. A dificuldade se deve, principalmente, porque o pesquisador que pretende comparar vários acontecimentos históricos deve municiar-se de um arcabouço erudito que consiga comportar as especificidades dos acontecimentos históricos, os regimes políticos, os traços

culturais, os relevos geográficos e a realidade macroeconômica de diferentes países ou regiões. O perigo advém do fato de o pesquisador vir a focar seu trabalho num único evento, cultura ou país, isso porque a dedicação a um único tema faz dele um *expert em um*, e não em diversos acontecimentos que são analisados num estudo comparativo.

A consulta a uma vasta historiografia sobre a violência de gênero durante os períodos de conflitos armados em outras sociedades foi de valiosa importância para a compreensão desse fenômeno, porém apenas apontou aspectos gerais para orientar o estudo de caso sobre o “Massacre de Nanking”. Para examinarmos o evento privilegiado foi necessário fazer um estudo minucioso sobre suas especificidades, em especial sobre as matrizes ideológicas do patriarcalismo japonês e chinês. Somente após esse aprofundamento é que foi possível analisá-lo em sua singularidade.

A escolha pessoal pelo “Massacre de Nanking” explica-se por duas razões. A primeira foi o interesse que os conflitos armados e as teorias geopolíticas despertaram em nós desde o início da graduação. O segundo foi a curiosidade em conhecer melhor os países do Extremo-Oriente. Posteriormente, acrescentamos a essas razões as nossas inquietações advindas do estudo da violência, em especial a violência de gênero. A junção de tais interesses possibilitou o diálogo do macro com o micro e tornou perceptíveis as violências perpetradas nos conflitos armados em sua dimensão “atômica”, no momento em que conjugou fatores estruturadores e macropolíticos com acontecimentos circunstanciais.

O “Massacre de Nanking” é objeto de uma acalorada discussão na historiografia. O principal assunto refere-se à quantidade de vítimas. Os juristas que presidiram o Tribunal de Tokyo estimaram em mais de 200.000 o número de pessoas assassinadas e em cerca de 20.000 o de mulheres estupradas. Essas cifras são as mais comuns na historiografia, todavia historiadores chineses advogam que o número de assassinatos ultrapassa 300.000, conforme registrado no monumento em memória aos mortos no episódio. Há historiadores japoneses, por outro lado, que minimizam essa cifra, mas há também aqueles que defendem as apontadas nas estimativas do Tribunal de Tokyo. Esse evento foi um dos piores momentos da Segunda Guerra Sino-Japonesa e da Segunda Guerra Mundial e a memória política

o faz ser um evento-chave para compreender as relações diplomáticas do Japão com os seus vizinhos no Extremo Oriente.

Esse estudo ainda que desenvolvesse suas análises sobre as estruturas sociais de gênero e ter feito uma análise quantitativa, buscou ir além da discussão sobre o número de vítimas. Em meio a essa relevância política, há de se deslocar as atenções para a violência como ação cotidiana. Isso faz aflorar a situação de fragilidade social das mulheres, que foram as principais vítimas do referido episódio, sofrendo, inclusive, violências específicas decorrentes das representações de gênero e das características de sexo.

A análise das fontes permitiu que alcançássemos os objetivos de dialogar o macro com o micro. Esse sucesso não se deve à pesquisa em si, é uma característica das fontes. Como se trata de diários e correspondências particulares, na maioria das vezes endereçadas a membros da família, neles estão contidos aspectos do cotidiano, acontecimentos microscópicos e informações pontuais que não estavam detalhados nos documentos públicos.

A obtenção de dados sobre a escala e a natureza da violência sexual foi muito difícil. Apesar da riqueza das fontes, esses dados correspondem a apenas uma fração decimal do total do número de vítimas estimado no Tribunal de Tokyo. Muitos casos de abusos sexuais listados nas fontes não informam com precisão quantas foram as vítimas, assim é impossível determinar com exatidão o número de mulheres que sofreram tais abusos.

As fontes apresentavam outras limitações; entre elas as escassas informações detalhando aspectos elementares para caracterizar as vítimas: condições socioeconômicas e faixa etária. Porém, a partir de uma pequena amostragem de 87 vítimas, constatamos que o tratamento dado pelos soldados às mulheres tanto idosas quanto jovens foi igualmente terrível. Meninas sofriam abusos sexuais tão brutais que após o estupro não tinham condições de andar. Assim, eram abandonadas pelos agressores no local do incidente. Outras tinham seus corpos dilacerados, o que exigia intervenções cirúrgicas, ou morriam. As grávidas também eram vítimas de abusos sexuais, mesmo quando em avançado estágio de gestação. Há vários relatos de mulheres estupradas que estavam em vias de trabalho de parto ou que tinham dado à luz havia poucos dias.

Para entendermos os fatores que levaram à violência de gênero, partimos inicialmente das desigualdades patriarcais, principalmente do tratamento diferenciado dado ao comportamento sexual que favorecia o masculino em relação ao feminino e da situação de fragilidade social que impunha a submissão das mulheres. Na China e no Japão, as mulheres sofriam discriminações em uma sociedade misógina dominada por homens.

Com o desenvolvimento das análises, percebemos que as desigualdades em relação ao gênero decorrentes do patriarcalismo eram acrescidas pela miséria e pela falência dos aparelhos de controle do Estado. As privações favoreciam a exploração sexual, dando a qualquer soldado a oportunidade de se deitar com uma jovem, que nem sempre era uma prostituta clandestina, em troca de alimento ou cigarros. A inexistência de aparelhos de controle, a conivência da polícia militar e a complacência dos oficiais para com os agressores também incentivavam a prática de estupros, pois não havia a imputação efetiva de penas disciplinares nos casos em que estes ocorriam.

O estupro sistemático das mulheres chinesas fez alguns historiadores considerarem essa prática como uma “arma de guerra”. Talvez a complacência do Alto Comando para com os distúrbios causados pelos soldados seguisse nesse sentido, haja vista que visava ao domínio pela via do terror. Assim, o cenário que emergia era de uma sociedade caótica onde as autoridades eram monstros misóginos e soldados brutos/indisciplinados. Todavia, imputar essa racionalidade aos soldados é uma generalização. Há de se observar o contexto em que o fato está inserido, um contexto que não envolve apenas a cultura, mas também a própria situação de exceção que são os conflitos armados. Nas guerras, muitos preceitos estabelecidos nos códigos de conduta são abolidos, atitudes consideradas desviantes são incentivadas e a sensação de insegurança é uma constante.

Esse modo de compreensão da guerra desenvolvido pela nova polemologia causou apreciável impacto nos estudos contemporâneos, possibilitando a análise dos conflitos armados como um fenômeno social complexo. A deterioração psíquica e a vulnerabilidade dos indivíduos que viviam em situação de risco, fossem eles os civis ou os próprios soldados, geravam em determinados casos a delinquência. Essa delinquência não deve ser entendida como uma atitude criminosa, mas como um processo de desarticulação ou a ausência de pertencimento.

Creemos que, em que pese ao planejamento dos oficiais, os estupros são mais precisamente práticas individuais conjugadas. O complexo ideológico e material formado por essas práticas constitui-se numa espécie de amálgama de interesses estritamente individuais com um sistema hierárquico e um código de condutas de um grupo específico – os soldados japoneses – que não reconheciam as vítimas – as mulheres chinesas – como parte do “grupo Nós”. A convivência ou a complacência eram sustentadas pela “paz armada” entre os soldados. Isso porque entendiam a coesão como massa fechada ou sabiam que a contestação implicava retaliações físicas.

O desvio moral causado pelo incentivo à violência tem o seu lado mais perverso. Com o não reconhecimento da vítima como membro do “grupo Nós”, a violência praticada contra ela tinha um grau de reprovação ou culpabilidade menor. A mulher era duplamente atingida. Isso porque era discriminada tanto pelo seu sexo quanto pela sua etnia. A situação de fragilidade social decorrente das assimetrias de gênero era agravada pela xenofobia cultivada pelos soldados japoneses.

Evidentemente, existiam manifestações mais cruéis. As fontes relatam acontecimentos extremos quando vítimas sofreram horrores inimagináveis. Os exemplos mais desconcertantes descreviam um cenário em que corpos de mulheres eram jogados nas ruas com as pernas abertas. Elas tinham inseridos em seus órgãos sexuais galhos, varas de bambus e bastões dos mais variados tipos.

Alguns soldados apresentavam sociopatias ou distúrbios mentais, por isso não conseguiam gerir suas emoções do ponto de vista de uma interação social; daí imputar a responsabilidade desses abusos a esses distúrbios. Ademais, mesmo sem apresentar sociopatias ou distúrbios mentais, certos indivíduos eram incapazes de aceitar a normalidade e burlavam as normas gerais que regulavam os limites da conduta social. Envolvidos em circunstâncias-limite, tendiam a cultivar a violência como virtude. As representações do feminino como algo inferior e as situações de carência material foram os fatores preponderantes para incentivar a prática da violência sexual no “Massacre de Nanking”.

A escravidão sexual agrega outros fatores. As justificativas das autoridades políticas e militares japonesas para a submissão da mulher à condição de escrava eram a diminuição da ocorrência de estupros nas áreas ocupadas e o controle sanitário das doenças venéreas. Os bordéis serviam também como um instrumento importante

para manter a moral das tropas elevada. O sexo era uma forma de confortar os soldados diante as privações e tensões diárias. A manutenção de um sistema para atender à sexualidade masculina era decorrente das representações do masculino e das relações de poder desiguais entre os gênero evocados pela ideologia patriarcal. Advogava-se, à época, que o desejo sexual dos homens era inevitável e incontrolável, então, era necessário submeter mulheres à escravidão para resolvê-lo.

Em suma, compreendemos que o “Massacre de Nanking” foi um fenômeno pautado a partir de duas premissas. A primeira é que a violência de gênero nos conflitos armados fazia parte do processo de construção da masculinidade que permeava as relações desiguais de poder entre os gêneros em meio às assimetrias socioeconômicas e ao estranhamento étnico. A segunda é que no ambiente caótico, marcado pela extrema violência e pela falência do Estado, diante a ausência de aparelhos de controle social, a violência de gênero e o estranhamento étnico eram intensificados. Em meio à desordem social a situação social das mulheres, já marcado pela situação de fragilidade, era agravada. A prevalência da lei do mais forte vitimava aquele em situação mais delicada, o que faz aflorar novamente a situação de desigualdade que as mulheres estavam submetidas na estrutura patriarcal.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

ASO, Tetsuo. **From Shanghai to Shanghai: the war diary of an imperial japanese army medical officer, 1937-1941.** New York: Eastbridge, 2004.

BROOK, Timothy (Org.). **Documents on the Rape of Nanking.** Ann Arbor: University of Michigan press, 2003.

COLEMAN, Frederic Abernethy. **The far east unveiled.** New York: Cassel & company ltda, 1918.

GRIFFIS, William Eliot. **The religions of Japan** From the Dawn of History to the Era of Meiji: Shinto, Buddhism and Confucianism. New York: Harris, 1896.

HAUSHOFER, Karl. **Japan baut sein reich.** Berlim: Zeitgeschichte, 1941.

HAUSHOFER, Karl. **Japan und die japaner: eine landes-und volkskunde.** Berlim: Verlag und Druck von B.G. Teubner, 1933.

HAYASHI, Ichizô. **Hi nari tate nari: nikki, haha eno tegami,** Hayashi Ichizô ikôshû. Fukuoka: Tôka shobô, 1995.

LU, Suping (Org.). **They were in Nanjing: the Nanjing Massacre witnessed by american and british nationals.** Hong Kong: Hong Kong University press, 2004.

RABE, John. **The good man of Nanking: the diaries of John Rabe.** New York: Vintage books, 2000.

TAYA-COOK, Haruko & COOK, Theodore F. (Org.). **Japan at war: an oral history.** New York: New press, 1995.

VAUTRIN, Minnie. **Terror in Minnie Vautrin's Nanjing: diaries and correspondence.** Chicago: University of Illinois press, 2008.

ZANG, Kaiyuan (Org.). **Eyewitnesses to massacre:** american missionaries bear witness to japanese atrocities in Nanjing. New York: East Gate Book, 2000.

OBRAS DE APOIO

ALLISON, E. Robert (Org.). **Understanding the chinese mind:** the philosophical Roots. Hong Kong: Oxford University Press, 1989.

ALVES, Ana Cristina. **A mulher na China.** Lisboa: Editorial Tágide, 2007.

ALVES, Ana Cristina. Os ritos chineses. **Revista Macau**, n. 14. s/d. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=014083>> Acessado em: 27 de agosto de 2010.

ARAUJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência.** São Paulo: Arte&Ciência, 2004.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalem:** um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Lisboa: Bertrand, 2008.

BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha:** a guerra civil espanhola, 1936-1939. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BEEVOR, Antony. **Stalingrado:** o cerco fatal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BEEVOR, Antony. **Berlim 1945:** a queda. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Ilusões biográficas. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMANDO, Azevedo (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOWKER, Lee H. **Masculinities and violence**. Los Angeles: Sage Publications, 1997.

BRAINWHITTE, Rodric. **Moscou 1941: uma cidade e seu povo na guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women and rape**. New York: Bantam, 1975.

BUENO, André. **Os deveres femininos**. s/d. Disponível em: <<http://amulhernachina.blogspot.com/2010/07/os-deveres-femininos.html>> Acessado em: 10 de setembro de 2010.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CAPDEVILA, Luc et al. **Hommes et femmes dans la France en guerre (1914-1945)**. Paris: Payot, 2003.

CHANG, Iris. **The rape of Nanking: the forgotten holocaust of World War II**. New York: Penguin, 1997.

CHANG, Jung. **Cisnes selvagens: três filhas da China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARTIER, Roger. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

CHARTIER, Roger. **Entrevista, história, conversa com Roger Chartier, por Isabel Lustosa**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004, p. 3 (mimeo).

CHAUÍ, Marilena. Ética, política e violência. In: CAMACHO, Thimoteo (Org.). **Ensaio sobre a violência**. Vitória: EdUFES, 2003.

CHINKIN, Christine. Rape and sexual abuse of women in international law. **European journal of international law**, v. 05, n. 03, 1994. p. 326-341.

CHRISTENSEN, F. M. **Pornography: the other side**. New York: Praeger, 1986.

CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a história. PINSKY, Carla Bassanezi et al (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

DAVIES, Norman. **Europa na guerra, 1939-1945: uma vitória nada simples**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DIXON, Rosalind. Rape as a crime in international humanitarian law: where to from here? **European journal of international law**, v. 13, n. 03, 2002. p. 771-795.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1955.

DOWER, John W. **Embracing defeat: Japan in the wake of World War II**. New York: W. W. Norton Company, 1999.

DURANT, Will. Os alicerces morais e políticos. In: **Nossa herança oriental**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIAS, Nobert et al. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Nobert. Civilização e violência. In: **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Lisboa: Teorema, 1999.

FAVERJON, Philippe. **Las mentiras de la Segunda Guerra Mundial.** Buenos Aires: Al Ateneo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2007.

FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão:** dicionário e civilização. São Paulo: Globo, 2008.

FRIEDRICH, Jörg. **O incêndio:** como os aliados destruíram as cidades alemãs. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FRÜHSTÜCK, Sabine. **Colonizing sex:** exology and social control in modern Japan. Los Angeles: University of California press, 2003,

FUESS, Harald. **Divorce in Japan:** family, gender and the state, 1600-2000. Stanford: Stanford University press, 2004.

GALTUNG, Johan. Contribución específica de la irenologia al estudio de la violencia: tipologías. In: JOXE, Alain (Org.). **La violencia y sus causas.** Paris: Unesco, 1981.

GAY, Peter. **O coração desvelado.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: UNESP, 1996.

GORDON, Andrew. **Modern history of Japan:** from Tokugawa times to the present. New York: Oxford University press, 2003.

HANE, Mikiso. **Reflections on the way to the gallows:** rebel women in prewar Japan. Los Angeles: University of California press, 1993.

HATA, Ikuhiko. **Ianfu to senjô no sei.** Tokyo: Shinchosha, 1999.

HENRIOT, Christian. **Prostitution and sexuality in Shanghai.** New York: Cambridge University press, 1997.

HICKS, George. **The comfort women:** Japan's brutal regime of enforced prostitution in the Second World War. New York: W. W. Norton and company, 1997.

HIROFUMI, Hayashi. **Kyôdô kenkyû:** Nippon jûgun ianfu. Tokyo: Otsuki shoten, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMBERT, Agnés. **Resistência:** a história de uma mulher que desafiou Hitler. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ITZIN, Catherine (Org.). **Pornography women, violence and civil liberties.** New York: Oxford University press, 1992.

FUJIEDA, Mioko. Japan's first phase of feminism. In: FUJIMURA-FANSELOW, Kumiko et al (Org.). **Japanese women.** New York: Feminist press, 1995.

KEEGAN, John P. D. **A mascara do comando:** como os grandes líderes militares determinaram o curso da história. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2009.

KEEGAN, John P. D. **Uma história da guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

KEEGAN, John P. D. **A batalha e a história.** São Paulo: Biblex Cooperativa, 2006b.

KEEGAN, John P. D. **A face da batalha.** São Paulo: Biblex Cooperativa, 2000.

KELLY, Joan. The double vision of feminist theory. In: **Women, history and theory.** Chicago: University of Chicago press, 1986.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KIM-GIBSON, Daí Sil. **Silence broken:** Korean comfort women. Parkersburg: Mid-Prairie books, 1999.

KO, Dorothy. **Cinderella's sisters:** a revisionist history of footbinding. Los Angeles: University of Califórnia press, 2005.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson. **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações**. São Paulo: Gradiva, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LECKIE, Robert. **Delivered from evil: the saga of World War II**. New York: Harper Collins, 1989.

LEE, Pik Kuen Anne. 1994. 136 fls. **Sexual violence against women in Hong Kong: socio-structural & cultural perspective**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia, University of Hong Kong, Hong Kong, 1994,

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. As delegacias especializadas de atendimento à mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In: Maria Beatriz Nader; Lana Lage da Gama Lima. (Org.). **Família, Mulher e Violência**. Vitória: PPGHis/UFES, 2007.

LÓPES, Amelia Sáiz. Mujeres y género en la sociedad china contemporânea. In: **Visions de la Xina**. Lleida: Institut d'Estudis Ilerdencs, 2009.

LOUIE, Kam. **Theorising chinese masculinity: society and gender in China**. New York: Cambridge University press, 2002.

MACKIE, Vera. **Feminism in modern Japan**. Cambridge: Cambridge University press, 2003.

MACKIE, Vera. **Creating socialist women in Japan: gender, labour and activism, 1900-1937**. Cambridge: Cambridge University press, 1997.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MICHEL, Henri. **La second guerre mondiale**. Paris: Presses Universitad de France, 1968.

MILGRAN, Stanley. **Obediência à autoridade**. Rio de Janeiro: F. A. Alves, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 01, 1999.

MIYAZAKI, Silvio. O comércio externo da seda japonesa: antecedentes da estratégia de crescimento dirigida pelas exportações. MIYAZAKI, Nobue (Org.). **Cultura japonesa pré-industrial: aspectos socioeconômicos**. São Paulo: Edusp, 1998.

MOLASKY, Michel S. **The american occupation of Japan and Okinawa: literature and memory**. New York: Routledge, 2001.

MUCHEMBLED, Robert. **Une histoire de la violence**. Paris : Seuil, 2009.

MÜLLER, Melissa. **Anne Frank: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. **História, mulher e poder**. Vitória: UFES, 2006.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001.

NAGY, Margit Maria. 1981. 178 fls. **How shall we live?** social change, the family institution and feminism in prewar Japan. Tese (Doutorado em História), Universidade de Washington, Washington D.C, 1981.

NISHINO, Rumiko. **Jûgun ianfu no hanashi**. Tokyo: Akashi Shoten, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PATEMAN, Caroline. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra**. São Paulo: Larousse, 2009.

QUIAN, Zhenchao; LICHTER, Daniel T.. Measuring marital assimilation: intermarriage among natives and immigrants. **Social Science Research**. N. 30, Ohio State University, 2001.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIAL, Carmen Silvia. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, 2007. p. 14-49.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnés et al (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

ROSE, Caroline. **Sino-Japanese relations: facing the past, looking to the future?** New York: Routledge, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A guerra civil espanhola**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHNAPPER, Dominique. **Juifs et israélites**. Paris: Gallimard, 1980.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 02, 1990.

SHIRE, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: o começo do fim, 1939-1945.** Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Altino Silveira. 2006. 98 fls. **Todos erraram: os crimes de guerra e contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial no conteúdo do Livro Didático Brasileiro.** Monografia (Especialização em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

SOH, Chunghee Sarah. From imperial gifts to sex slave: theorizing symbolic representations of the “comfort women”. **Social Science Japan Journal**, v. 03, n. 01, 2000.

SOMMER, Matthew H. **Sex, law, and society in late imperial China.** Stanford: Stanford University Press, 2000.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe ? sobre a desigualdade brasileira. Lua nova: revista sobre cultura e política, v. 65, São Paulo, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

TESCARI, Adriana Sader. **Violência sexual conta a mulher em situação de conflito armado.** Porto Alegre: Sergi Antonio Fabris Editor, 2005.

TILLMAN, Barrett. **Whirlwind: the air war against Japan, 1942-1945.** New York: Simon & Schuster, 2010.

THOMPSON, E. P. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: UNICAMP, 2001.

TSURUMI, E. Patrícia. **Factory girls: women in the thread mills of Meiji Japan.** New Jersey: Princenton University press, 1990.

VIOTTI, Cássio Abrances. **Crônicas de guerra: a força expedicionária brasileira na Itália.** Belo Horizonte: Lutador, 1998.

YANG, Daqing. Diary of a Japanese army medical doctor, 1937. In: DREA, Edward et al (Org.). **Researching Japanese war crimes records**. Washington: Nara, 2006.

YOSHIKI, Yoshimi. **Comfort women: sexual slavery in the Japanese military during World War II**. New York: Columbia University press, 2000.

WALZER, Michel. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos**. São Paulo: Martins, 2003.

WATHALL, Anne. The life cycle of farm women in Tokugawa Japan. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Org.). **Recreating Japanese women, 1600-1945**. Los Angeles: University of California press, 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

WEINBERG, Gerhard L. **World at arms**. New York: Cambridge University press, 1994.

WOLF, Margary. Mulheres chinesas: antigos costumes em novos contextos. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist et al (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

XIRAN, Xue. **As boas mulheres da China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ZUIN, João Carlos Soares. Primo Levi: escritor-testemunha de Auschwitz. **Perspectivas**, v. 29, São Paulo, 2006.